

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS – ESAN
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE**

ANDRÉIA COSTA MALDONADO

**PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

CAMPO GRANDE - MS

2016

ANDRÉIA COSTA MALDONADO

**PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob a forma de Relatório Técnico, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Barros de Azevedo

**CAMPO GRANDE - MS
2016**

FICHA BIBLIOGRÁFICA

MALDONADO, Andréia Costa. **Plano de Gestão de Logística Sustentável: Um Estudo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. 141f. 2016. Trabalho de Conclusão Final (TCF) - Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS.

É concedida à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) permissão para reproduzir cópias deste Relatório Técnico-Científico de Mestrado para propósitos técnicos, acadêmicos e científicos. A autora reserva para si todos os direitos autorais de publicação. Nenhuma parte deste Relatório pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

ANDRÉIA COSTA MALDONADO

**PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob a forma de Relatório Técnico, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP – para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 05 de julho de 2016.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Denise Barros de Azevedo
(UFMS – Campo Grande/MS)
Orientadora

Profa. Dra. Rosa Maria Cox Moura Leite Padgett
(UFMS – Campo Grande/MS)
Membro Interno

Profa. Dra. Vera Luci de Almeida
(UFGD – Dourados/MS)
Membro Externo

Msc. Cláudio Zárate Max
(UFMS – Campo Grande/MS)
Membro Técnico

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre me deram espaço suficiente para que eu crescesse e me tornasse a pessoa que hoje sou.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela Vida, por me amar tanto, por não desistir de mim e sempre me fazer acreditar que eu tudo posso Naquele que me fortalece.

A minha mãe Querubina (anjo da minha vida) e ao meu pai Edgar (meu grande companheiro) (*in memoriam*) que sempre me protegeram e ensinaram, oferecendo apoio constante em toda minha vida.

A minha filha Ana Júlia por estudar comigo e estar sempre ao meu lado.

Ao meu esposo por me ensinar a sempre me superar.

Aos meus irmãos, irmãs e cunhadas pelo apoio e amor fraterno, que me impulsionaram a continuar acreditando.

A minha querida orientadora, Profa. Dra. Denise Barros de Azevedo, pela colaboração em todos os momentos deste processo, por sua firmeza e companheirismo, pelo exemplo de comprometimento com a educação e especialmente com as pessoas.

Aos meus queridos amigos que comigo e por mim oraram sendo presença constante durante esta caminhada de estudos.

Aos meus amigos de trabalho, em especial ao meu chefe Kleber e à minha grande incentivadora Anne, por toda torcida, companheirismo, compreensão, incentivo e apoio aos meus estudos.

Aos mentores do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional pela coragem da proposta e confiança na produção de resultados.

Aos meus amigos de sala, a primeira turma do PROFIAP, meu muito obrigada por terem me ajudado a crescer, foi um grande privilégio aprender com cada um de vocês, viver alegrias e dificuldades, partilhar conhecimento e vida neste período tão importante da minha vida.

Aos meus professores, pelos conhecimentos compartilhados ao longo deste período de formação e crescimento.

Aos dirigentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela disponibilização das informações, do ambiente e do tempo necessário de sua equipe para realização da presente pesquisa.

E por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste estudo.

*“Tenham coragem. Não tenham medo de
sonhar coisas grandes”*

Papa Francisco.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo elaborar proposta de um Plano de Ações para o PLS da UFMS. Para tanto, propõe-se primeiramente a realização de um diagnóstico da necessidade/oportunidade ou não de melhoria do atual Plano de Ações, utilizando-se de um modelo cientificamente estruturado denominado Modelo de Luiz (2014). Servirão de subsídios para a elaboração da proposta: a Instrução Normativa N° 10, de 12 de novembro de 2012, que estabelece as regras para elaboração do PLS; o Plano de Ações vigente da UFMS; o modelo de Luiz (2014); ações executadas ou planejadas pela UFMS, mas que não foram localizadas no atual Plano de Ações; e, ações propostas no programa de inovação intitulado “Desafio da Sustentabilidade”. Quanto aos objetivos, a natureza da pesquisa é descritiva e exploratória. A abordagem do problema é qualitativa. Em se tratando de procedimentos a pesquisa é bibliográfica e documental. Por meio do diagnóstico efetuado, foi confirmada a existência de oportunidade de melhoria no Plano de Ações da UFMS. Após o diagnóstico, foram selecionadas ações que pudessem integrar a proposta. Por fim, a intenção do estudo foi propor melhoria no Plano de Ações do PLS da UFMS, para que o mesmo fosse mais abrangente e detalhado, podendo ser considerado como um instrumento de planejamento que possa auxiliar no alcance da integração da sustentabilidade na gestão da UFMS.

Palavras-chave: Administração Pública. Sustentabilidade. Universidade Sustentável.

ABSTRACT

This study aims to develop proposal for an Action Plan for the PLS UFMS. Therefore, first it proposes to carrying out a diagnosis of the need / opportunity or no improvement in the current Plan of Action, using a scientifically structured model named Luiz Model (2014). Will serve as a support for the preparation of the proposal: the Normative Instruction No. 10, of 12 November 2012 laying down rules for drawing up the PLS; the current Action Plan UFMS; Luiz model (2014); actions taken or planned by UFMS but were not located in the current Plan of Action; and proposed actions in the innovation program entitled "Challenge of Sustainability". As to the objectives, the nature of the research is descriptive and exploratory. The problem approach is qualitative. In the case of procedures research is bibliographical and documentary. Through the diagnosis made, it confirmed the existence of opportunity for improvement in the UFMS Action Plan. After diagnosis, actions were selected that could integrate the proposal. Finally, the intention of the study was to propose improvement in PLS UFMS the Action Plan, so that it was more comprehensive and detailed and can be considered as a planning tool that can assist in achieving the integration of sustainability in the management of UFMS.

Keywords: Public Administration. Sustainability. Sustainable University.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Pilares da Sustentabilidade.....	27
Figura 02 - Principais fluxos de um campus universitário.....	42
Figura 03 - Resumo dos procedimentos metodológicos.....	48
Figura 04 - Exemplo de campanha de conscientização.....	51
Figura 05 - Estrutura da proposta do Plano de Ações do PLS da UFMS.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Principais acontecimentos em favor de uma sociedade sustentável...	23
Quadro 02 - Eixos temáticos da A3P.....	35
Quadro 03 – Normas brasileiras relacionadas com a Sustentabilidade na Administração Pública Brasileira.....	36
Quadro 04 - Perspectivas do PES.....	38
Quadro 05 - Documentos relacionados ao PLS da UFMS.....	53
Quadro 06 - Verificação da conformidade do Conteúdo Mínimo do PLS da UFMS	55
Quadro 07 - Verificação da conformidade com os Temas Mínimos.....	56
Quadro 08 - Quantidade de ações por Tema Mínimo.....	57
Quadro 09 - Verificação da conformidade dos Tópicos Obrigatórios.....	58
Quadro 10 - Macro áreas do PLS da UFMS e seus respectivos objetivos.....	59
Quadro 11 - Ações sustentáveis identificadas no RG UFMS 2014, não localizadas no Plano de Ações.....	65
Quadro 12 - Ações sustentáveis identificadas no RG UFMS 2015, não localizadas no Plano de Ações.....	66
Quadro 13 - Ações sustentáveis identificadas no PDI UFMS 2015-2019, não localizadas no Plano de Ações.....	67
Quadro 14 - Ações sustentáveis identificadas na Resolução Nº 124 (CONSELHO DIRETOR, 2014), não localizadas no Plano de Ações.....	68
Quadro 15 - Ações sustentáveis identificadas no web site www.ufms.br, não localizadas no Plano de Ações.....	69
Quadro 16 - Ações sugeridas com base no atual Plano de Ações do PLS da UFMS.....	72
Quadro 17 - Ações sugeridas com base no Modelo de Luiz (2014).....	74
Quadro 18 - Ações sugeridas com base na Coletânea de ações propostas no concurso “Desafio da Sustentabilidade”.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Comparativo do Nº de ações totais.....	60
Gráfico 02 - Comparativo do Nº de ações por temas mínimos.....	60
Gráfico 03 – Análise de ações semelhantes entre os Planos de Ação.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública.
CGU – Controladoria Geral da União
CISAP - Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública.
CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.
DS – Desenvolvimento Sustentável
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IN - Instrução Normativa.
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MG – Minas Gerais
MMA - Ministério do Meio Ambiente.
MME - Ministério de Minas Energia.
MP - Ministério do Planejamento.
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
ONU – Organização das Nações Unidas
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEG – Programa de Eficiência do Gasto Público
PLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável.
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PPA - Plano Plurianual
PROCEL – Programa Nacional de Conservação da Energia Elétrica
PROINFRA – Pró-Reitoria de Infraestrutura
RG - Relatório de Gestão
RSC – Responsabilidade Socioambiental Corporativa
RSE - responsabilidade social empresarial
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente.
SLTI/MPOG - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
TCU - Tribunal de Contas da União
UEMT - Universidade Estadual de Mato Grosso
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

WBCSD - Conselho Organizacional Mundial para o Desenvolvimento Sustentável

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA	18
1. DIAGNÓSTICO DA OPORTUNIDADE DE MELHORIA	20
1.1 ABORDAGENS TEÓRICO-CIENTÍFICAS	20
1.1.1 <i>Evolução do Desenvolvimento Sustentável</i>	20
1.1.2 <i>Responsabilidade Socioambiental</i>	28
1.1.2.1 <i>Responsabilidade Socioambiental na Administração Pública Brasileira</i>	30
1.1.3 <i>A Importância da Agenda 21</i>	30
1.1.4 <i>Legislações Ambientais para a Administração Pública Brasileira</i>	31
1.1.5 <i>Responsabilidade das Universidades</i>	39
1.1.6 <i>Modelo de Luiz (2014)</i>	43
1.2 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	44
1.3 DESCRIÇÃO DA OPORTUNIDADE DE MELHORIA.....	50
1.3.1 <i>Programa UFMS Sustentável</i>	50
1.3.2 <i>Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFMS</i>	52
2 ANÁLISE DA OPORTUNIDADE DE MELHORIA.....	54
2.1 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS ALTERNATIVAS PARA OPORTUNIDADE DE MELHORIA ..	54
2.1.1 <i>Conformidade com Conteúdo Mínimo</i>	54
2.1.2 <i>Conformidade com Temas Mínimos</i>	55
2.1.3 <i>Conformidade com os Tópicos Obrigatórios</i>	57
2.1.4 <i>Outras Informações da Estrutura do Plano de Ações da UFMS</i>	58
2.1.5 <i>Diagnóstico com base na comparação com o Modelo de Luiz (2014)</i>	59
2.1.6 <i>Identificação de Ações executadas e planejadas pela gestão da UFMS, não localizadas no Plano de Ação</i>	64
2.1.7 <i>Proposta de Plano de Ações do PLS da UFMS</i>	70
2.2 BENEFÍCIOS A SEREM GERADOS PELA PROPOSTA DE PLANO DE AÇÕES	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
ANEXOS	91
ANEXO I – MODELO DE LUIZ (2014).....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.2
ANEXO II – INDICADORES DE LUIZ (2014).....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.9
ANEXO III – PROPOSTA DE PLANO DE AÇÕES DO PLS DA UFMS.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.104
ANEXO IV – RESOLUÇÃO Nº10 (BRASIL, 2012)	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.119
ANEXO V – RESOLUÇÃO Nº 124 – INSTITUIÇÃO DO PLS ...	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.124
ANEXO VI - PORTARIA Nº 168 - INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA UFMS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.130
ANEXO VII - RESOLUÇÃO Nº 179 - APROVA O PLANO DE AÇÕES PARA O PLANO DE GESTÃO E DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – 2015.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.131

ANEXO VIII – DETALHAMENTO DO PLANO DE AÇÕES 2016 DA UFMSE~~RO~~! **INDICADOR NÃO DEFINIDO.132**

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, determina que todos possuem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este um bem de uso comum do povo, essencial à boa qualidade de vida. E sendo um bem de uso comum, seu responsável é o poder público, o qual possui o dever de buscar a promoção de melhorias, que assegurem cada vez mais o bem da coletividade, aliado à sustentabilidade e a qualidade de vida dos cidadãos.

Na condição de possuidora da responsabilidade em contribuir no enfrentamento das questões ambientais, a Administração Pública tem buscado estratégias que repensem os atuais padrões de produção e consumo, para tanto, tem editado normas, desenvolvido programas e projetos, promovendo a adoção de uma política de Responsabilidade Socioambiental no setor público, de forma que suas ações sejam socialmente responsáveis.

Responsabilidade Socioambiental é o comportamento ético dos gestores, onde todas as suas ações buscam promover a melhoria da qualidade de vida e da qualidade ambiental, integradas com as necessidades e expectativas humanas, como proteção ao meio ambiente, proteção social, à saúde, à educação, ao lazer e à organização do trabalho (BIEDRZYCKI, 2005).

Uma gestão pública baseada na Responsabilidade Socioambiental pode tornar-se um instrumento de avaliação e controle das ações que afetam o meio ambiente, sejam próprias ou de terceiros, fazendo com que o ente público aja preventivamente, impedindo ou amenizando desastres ambientais.

Assim, em 1981, por iniciativa do Governo Federal, ocorreu o estabelecimento de uma Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, por meio da Lei Nº 6.938, que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BRASIL, 1981). Apesar disso, uma das primeiras ações governamentais com foco na Responsabilidade Socioambiental foi a instituição da

Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, que surgiu em 1999 e o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública criado em 2001.

Outrossim, uma das iniciativas mais importantes é o Projeto Esplanada Sustentável instituído no ano de 2012, pela Portaria Interministerial MP/MMA/MME/MDS Nº 244, que tem por objetivo principal incentivar órgãos e instituições públicas federais a adotarem modelo estruturado de gestão organizacional e de processos, na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal, fazendo a integração entre os programas existentes: Programa da Eficiência do Gasto Público – PEG; Programa Nacional de Conservação da Energia Elétrica – Procel, A3P e a Coleta Seletiva Solidária (MPOG, 2016).

Para a promoção da adoção de uma política de Responsabilidade Socioambiental no setor público, destaca-se a edição do Decreto Nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP (BRASIL, 2012a).

O artigo 16 do referido Decreto determina que a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS para a busca da promoção do desenvolvimento sustentável na administração pública.

Dessa forma, destaca-se também a edição da Instrução Normativa Nº 10 (BRASIL, 2012b) da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS.

De acordo com o artigo 3º da Instrução Normativa – IN Nº10 (BRASIL, 2012), os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

Dentre os vários órgãos da Administração Pública se encontram as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, as quais também devem adequar suas ações ao uso racional de recursos, buscando a sustentabilidade.

Essa adequação apresenta dificuldades, pois, segundo Pessoa (2000) as universidades públicas tem sofrido com a escassez de recursos, com a rigidez de sua estrutura administrativa onde sua autonomia administrativa é muito restrita, dificultando as ações voltadas à racionalização de recursos. Ressalta, porém que, “não significa dizer que esta seja uma tarefa impossível”.

Prova disso são as ações que estão sendo planejadas e executadas nas diversas IFES, a exemplo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, por meio do Programa UFMS Sustentável. Um Programa instituído em outubro de 2013, constituído por programas, projetos, iniciativas e ações voltadas para a uma gestão com Responsabilidade Socioambiental (PROINFRA, 2013). Dentro do Programa UFMS Sustentável, destaca-se o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS, instituído por meio da Resolução Nº 124 (CONSELHO DIRETOR FUFMS, 2014).

A partir deste contexto, o estudo possui a finalidade de proposição de melhoria do Plano de Ações do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFMS. Tratando-se de uma oportunidade de melhoria, a questão de pesquisa é: O que pode ser melhorado no Plano de Ações do PLS da UFMS?

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é elaborar proposta de um Plano de Ações para o PLS da UFMS.

Especificamente o estudo pretende:

- a. Averiguar a conformidade do PLS da UFMS com a IN Nº10 (BRASIL, 2012b);
- b. Diagnosticar a oportunidade de melhoria com base em um modelo cientificamente estruturado, o modelo de Luiz (2014);
- c. Detectar ações que a UFMS executa, mas que não foram localizadas no Plano de Ações do PLS vigente;
- d. Estruturar proposta de melhoria do Plano de Ações do PLS da UFMS.

Caracterização do Local da Pesquisa

Contextualizando o local da pesquisa com a oportunidade de melhoria, caracteriza-se a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por meio de um breve relato de suas origens, sua missão e sua estrutura organizacional.

De acordo com histórico apresentado em seu web site, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul originou-se por iniciativa do Governo Estadual, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande em 1962. Por meio da Lei Estadual Nº 2.620, de 1966, estes cursos foram integrados ao Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG) e criado o Curso de Medicina.

Em 1967, com o objetivo de ampliar a rede pública estadual de ensino superior, houve a criação do Instituto Superior de Pedagogia em Corumbá e do Instituto de Ciências Humanas e Letras, no município de Três Lagoas.

Em 16 de setembro de 1969, foi criada por meio da Lei Estadual Nº 2.947, a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas. Posteriormente, em 1970, foram incorporados à UEMT os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Em decorrência da divisão do Estado, ocorreu a federalização da UEMT que, por meio da Lei Federal Nº 6.674, de 05 de julho de 1979, passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FUFMS).

Após a federalização, a UFMS além da sede em Campo Grande, implantou *Campus* em várias cidades do interior do Estado, atualmente contando os seguintes *Campus*: Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas.

A UFMS é uma Instituição Federal de Ensino Superior cuja missão é: *“Desenvolver e socializar o conhecimento, promovendo a formação e o aperfeiçoamento do capital humano”* (PDI UFMS 2015-2019, 2015).

A Visão da UFMS é: *“ser reconhecida por sua dinamicidade e qualidade na prestação de serviços educacionais, sociais e tecnológicos”* (PDI UFMS 2015-2019, 2015).

Em auxílio ao cumprimento de sua missão a UFMS está estruturada em Conselhos Superiores, Reitoria, Pró-Reitorias, Coordenadorias, Núcleos, Centros, Faculdades, *Campus*, Institutos, Escola de Administração e Negócios, Procuradoria Jurídica, Ouvidoria e Auditoria Interna.

O resultado da pesquisa enseja contribuir com a Gestão Socioambiental da UFMS, que vem buscando desde 2013, por meio do Programa UFMS Sustentável,

uma gestão sustentável, de forma efetiva, consciente e com a participação da comunidade acadêmica.

1. DIAGNÓSTICO DA OPORTUNIDADE DE MELHORIA

1.1 Abordagens Teórico-Científicas

Neste tópico é realizada uma revisão teórica da literatura que ampara o estudo, com discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável - DS, com destaque para os principais acontecimentos relacionados à preocupação global com a sustentabilidade e o conceito de DS; abordagem sobre a Responsabilidade Socioambiental e seu valor; a importância do estabelecimento da Agenda 21; apresentação das principais legislações ambientais brasileiras para a Administração Pública, com ênfase para o PLS; reflexão sobre a responsabilidade das universidades na busca da sustentabilidade; e, ainda a apresentação de um estudo relacionado ao PLS, um modelo cientificamente estruturado considerando as características das IFES.

1.1.1 Evolução do Desenvolvimento Sustentável

Historicamente, pode-se perceber que a humanidade começa a se preocupar com determinado problema somente quando ocorrem consequências negativas, sejam às pessoas, à economia, ao patrimônio, entre outros. Com a sustentabilidade planetária não seria diferente, a preocupação dos governantes, com a sustentabilidade no mundo, ocorreu somente após significativos desastres ambientais que atingiram grande número da população ou que trouxeram grandes prejuízos financeiros, ambientais ou sociais.

Antes da preocupação global com o futuro do nosso planeta, o mundo vivenciou exemplos de que o homem, tão capaz de criar soluções para melhorar a vida sobre a Terra, também é perfeitamente capaz de estragar o ambiente que o

rodeia. Prova disso são os inúmeros desastres ambientais registrados em nossa história, causados pela ação do ser humano.

Na manhã de 6 de agosto de 1945, em Hiroshima, no Japão, um avião americano B-29, chamado Enola Gay, soltou uma bomba atômica denominada “Little Boy”. Como resultado do ataque, pela liberação intensa de calor e ocorrência de incêndios, a cidade de Hiroshima foi destruída e 90 mil pessoas morreram naquele mesmo dia. Três dias após destruir Hiroshima, outro avião atacou a cidade de Nagasaki. Até o final de 1945, 145 mil pessoas tinham morrido em Hiroshima e 75 mil em Nagasaki. Milhares de pessoas sofreram ferimentos sérios. Devido aos efeitos da radiação, várias mortes ocorreram nos anos seguintes, e causaram também nascimentos de bebês com má formação genética (XAVIERET AL., 2007).

Segundo Logan (1953), em 1952, em Londres, aconteceu o “*Great Smog*”, quando ocorreu uma grande frente fria, ocasionando uma maior queima de carvão nos sistemas de calefação e, ao mesmo tempo, dificultando a dispersão de poluentes, ocasionando doenças oculares e pulmonares em sua população.

De acordo com Llorry *et al.* (2013), em 1956, descobriu-se que a empresa Chiso, uma empresa de fertilizantes, despejou durante quatro décadas toneladas de dejetos que continham mercúrio orgânico no oceano, contaminando peixes e frutos do mar. Este desastre sanitário, conhecido como desastre de Minamata fez 30.000, 40.000 mortos, não se sabe ao certo o número de vítimas humanas, tendo ocorrido devido ao envenenamento de uma baía pelos referidos dejetos químicos.

Temos ainda, a poluição do “*Love Canal*”, em *Niagara Falls*, em *New York*, quando, a partir de 1978, moradores de um conjunto habitacional de classe média baixa descobriram que suas casas estavam erguidas sobre um canal que havia sido aterrado com dejetos químicos industriais e bélicos” (HERCULANO, 2002).

Os desastres ambientais ainda incentivaram a criação de obras como o livro *Primavera Silenciosa* publicado em 1962 por Rachel Carson, que expunha os perigos do pesticida químico sintético DDT, Cientista e escritora, Carson destacou a necessidade de respeitar o ecossistema em que vivemos para proteger a saúde humana e o meio ambiente. E ainda a criação do Clube de Roma, em 1968, uma organização informal cujo objetivo era promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes econômicos, políticos, naturais e sociais, que formam o sistema global (DIAS, 2006).

Em razão dos desastres ocorridos, e ainda, segundo Kraemer (2004), por causa de motivos como o aquecimento da temperatura pela emissão dos gases poluentes, a extinção da fauna e da flora, e a degradação dos recursos naturais, a questão ambiental passou a ser discutida mundialmente, ocasionando uma reflexão mundial sobre a sustentabilidade, tornando-se assunto de todos e não somente de ambientalistas ou técnicos da área.

Eventos mundiais surgiram em resposta à preocupação mundial com o meio ambiente e em favor de uma sociedade mundialmente sustentável, conforme se apresenta no Quadro 01:

Quadro 01 - Principais Acontecimentos em Favor de uma Sociedade Sustentável

ANO	ACONTECIMENTO
1968	Conferência da Unesco sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera.
1971	Criação do programa MAB da Unesco
1972	Publicação do Livro “Os Limites do Crescimento”
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia.
1980	I Estratégia Mundial para a Conservação
1983	É formada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD)
1987	Publicado pela CMMAD, ou Comissão Brundtland (como ficou conhecida), o Relatório inovador chamado “Nosso Futuro Comum”
1991	II Estratégia Mundial para a Conservação: “Cuidando da Terra”
1992	Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra. (Rio 92)
1997	Cúpula da Terra + 5 (Rio + 5)
1997	3ª Conferência das Partes da Convenção do Clima
2000	I Foro Mundial de âmbito ministerial – Malmo (Suécia)
2002	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio + 10
2005	Entra em vigor o Protocolo de Kyoto
2009	Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, também chamada Conferência de Copenhague

2012	Rio + 20
2015	Agenda 2030
2015	Acordo de Paris sobre o Clima

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Dias (2006).

Dentre estes acontecimentos destaca-se a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, a chamada Conferência de Estocolmo, onde entidades governamentais do mundo todo se reuniram pela primeira vez para discutirem sobre as degradações ecológicas e suas possíveis consequências, dando início a grandes mobilizações de conscientização ecológica.

Na conferência de Estocolmo ocorreu também o confronto entre as perspectivas propostas por países desenvolvidos e em desenvolvimento, onde os países desenvolvidos preocupavam-se com os efeitos da devastação ambiental sobre a Terra, propondo um programa voltado para a conservação dos recursos naturais e genéticos do planeta. Por outro lado, os países em desenvolvimento argumentavam o fato de estarem desolados pela miséria, com problema de moradia, saneamento básico, com riscos de doenças infecciosas, propondo assim desenvolvimento econômico rápido, devido às suas necessidades (DE BHOPAL, 2006).

Apesar desse confronto de perspectivas, na Conferência de Estocolmo foram aprovados: a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, com 26 princípios e o Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano, com 109 recomendações, e, conforme Lago (2006):

A maioria dos autores considera que as principais conquistas da Conferência de Estocolmo – independentemente dos êxitos ou derrotas de países específicos ou de grupos negociadores – teriam sido as seguintes: a entrada definitiva do tema ambiental na agenda multilateral e a determinação das prioridades das futuras negociações sobre meio ambiente; a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (UNEP, pelas iniciais em inglês); o estímulo à criação de órgãos nacionais dedicados à questão de meio ambiente em dezenas de países que ainda não os tinham; o fortalecimento das organizações não-

governamentais e a maior participação da sociedade civil nas questões ambientais (LAGO, 2006, p. 48).

Conforme exposto, uma das conquistas da Conferência de Estocolmo foi o estabelecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, principal autoridade global em meio ambiente. É a agência do Sistema das Nações Unidas (ONU) responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável. Tem entre seus principais objetivos manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para melhorar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das gerações futuras (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Destaca-se também, em 1992, a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro. Esta Conferência abordou novas perspectivas globais e de integração da questão ambiental, nela houve a criação do programa Agenda 21, o qual é tratado em tópico específico deste trabalho e ainda, houve a definição concreta do modelo de desenvolvimento sustentável.

Todavia o conceito de Desenvolvimento Sustentável não teve sua origem somente na Rio 92. O conceito de Desenvolvimento Sustentável vem sendo construído e estudado ao longo dos anos, e, conforme Capra (2008):

O conceito foi introduzido no início da década de 1980 por Lester Brown fundador da World Watch Institute, que definiu comunidade sustentável como a que é capaz de satisfazer as próprias necessidades sem reduzir as oportunidades das gerações futuras (CAPRA, 2008, p. 19).

Em 1987, o Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CMMAD, "Nosso Futuro Comum", o Chamado Relatório Brundtland, encomendado pelas Nações Unidas, usou a mesma definição para apresentar o conceito de "desenvolvimento sustentável" e relata que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações e que para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar

suas aspirações de uma vida melhor. Sendo necessários esforços econômicos, sociais e políticos, com mudanças institucionais e de estilo de vida compatíveis com os recursos ecológicos do planeta (CMMAD, 1987).

Ou seja, desde a década de 80 as discussões em torno do desenvolvimento sustentável cresceram e aprofundaram-se, na busca de seu conceito, propostas, novos métodos de gestão, políticas públicas, mudança de paradigmas, educação ambiental, entre outros, sempre considerando interesses sociais, ambientais, econômicos e políticos.

De acordo com Roorda (2010), esta definição de Desenvolvimento Sustentável da CMMAD é ainda hoje amplamente aceita, mas, contudo, deixa margem a interpretações, com relação a quanto e a quais seriam as necessidades a serem satisfeitas e o que deve ser sustentado. Além disso, também não define sobre “como fazer” para atingir tal modelo de desenvolvimento.

Contudo, para Oliveira (2012), o documento “Nosso Futuro Comum” serviu para o alinhamento dos interesses econômicos com a questão ambiental, combinando as ideias de desenvolvimento sustentável com o neoliberalismo econômico, ou seja, prevendo uma estratégia de desenvolvimento dentro do sistema capitalista.

No decorrer da década de 1990, várias tentativas foram feitas para sistematizar esta complexidade a fim de torná-la mais compreensível e o conceito mais aprofundado (GÓES, 2015).

Steurer *et al.* (2005) expõe que a princípio o destaque no Desenvolvimento Sustentável eram os aspectos ambientais, sendo os econômicos e sociais abordados apenas quando relevantes para o ambiente, aos poucos esses foram sendo incorporados até chegar-se à compreensão de igualdade de importância entre os três aspectos ou dimensões ou ainda, como são mais comumente chamados, os três pilares do Desenvolvimento Sustentável.

Gilbert *et al.* (1996) apresentam a abordagem do Triplo P ou 3P: *People, Planet e Profit*, que significam respectivamente: pessoas, planeta e lucro. O conceito é que os três 'P' devem estar em equilíbrio, conforme sugerido por estes autores o conceito de sustentabilidade diz respeito à manutenção e melhoria dos recursos ambientais, sociais e econômicos, a fim de satisfazer as necessidades das gerações atuais e futuras.

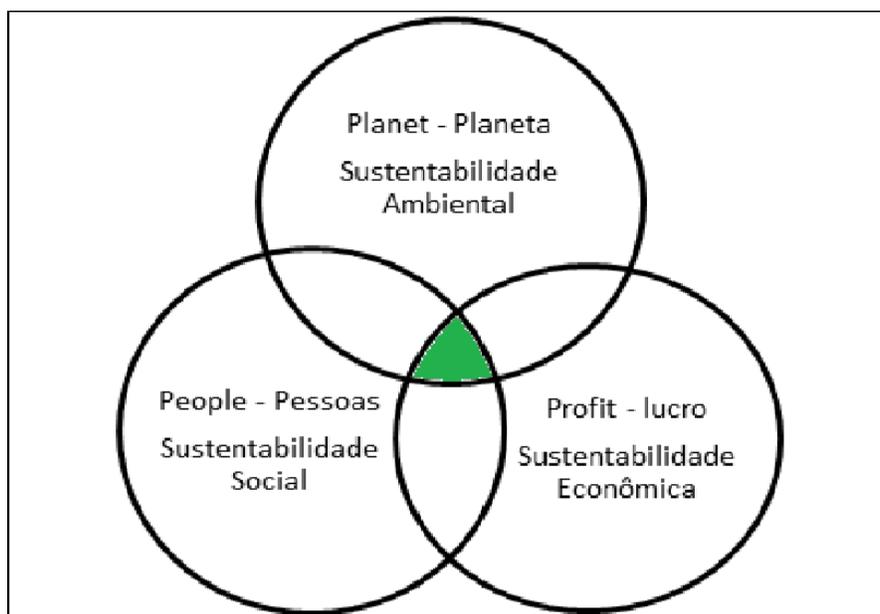
A partir do qual se pode entender a origem da nomenclatura dada ao Programa A3P do governo federal, que será apresentado mais adiante. Acerca dos três componentes da sustentabilidade (ambiental, social e econômica), Barbieri (2010, p.50) afirma que a dimensão ambiental da sustentabilidade preconiza basicamente a “preocupação com os impactos ambientais pelo uso de recursos naturais e pelas emissões de poluentes”.

Sob a ótica de Barbosa (2008), sustentabilidade social implica na inclusão da comunidade do entorno aos cuidados pela promoção de qualidade de vida, utilizando a implementação de políticas de equidade de direitos básicos, tais como: saúde, educação e segurança moral e social.

Para Barbieri (2010) a sustentabilidade econômica está diretamente ligada à sobrevivência do negócio, o autor afirma que a sustentabilidade do negócio pode ser entendida como a capacidade de provisionar e obter recursos, para aquisição de máquinas, material e contratação de capital humano para realização de sua atividade fim, para fazer girar o processo no âmbito produtivo e para realizar investimentos e manter-se na competitividade do mercado do segmento em que atua.

Dessa forma, os pilares da sustentabilidade são apresentados na Figura 01, onde a sustentabilidade encontra-se na intersecção entres seus três componentes, ou seja, em seu equilíbrio.

Figura 01: Pilares da Sustentabilidade



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Gilbert *et al.* (1996)

Sachs (1993) discute a questão do desenvolvimento sustentável e aponta mais duas dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos, que devem ser observados para se planejar o desenvolvimento: social, econômica, ecológica, ambiental e política.

Sobre o conceito descrito por Sachs (1993):

1. Sustentabilidade social – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social;
2. Sustentabilidade econômica – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica a avaliação da eficiência por processos macro sociais;
3. Sustentabilidade ecológica – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados as atividades produtivas.
4. Sustentabilidade ambiental – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.
5. Sustentabilidade política – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento”

Diante do exposto, verifica-se que, em decorrência do aumento da preocupação global com a sustentabilidade no planeta, dos encontros mundiais e dos documentos originados desses encontros, a busca pelo Desenvolvimento

Sustentável tem sido cada vez maior, por parte dos governos e das organizações, ocasionando a busca pela Responsabilidade Socioambiental, a qual será tratada no próximo subtópico do estudo.

1.1.2 Responsabilidade Socioambiental

Para Nascimento, Lemos e Mello (2008) até quase o final do século XX, a Gestão Socioambiental era vista como custo: despesas necessárias para que as organizações atendessem à legislação, ou seja, de conformidade.

No entanto, Nascimento (2008) vislumbra a Gestão Socioambiental como uma estratégia da organização, ocorrendo ao inserir a variável socioambiental ao longo de todo o processo gerencial de planejar, organizar, dirigir e controlar, utilizando-se das funções que compõem esse processo gerencial, bem como das interações que ocorrem no ecossistema do mercado, visando a atingir seus objetivos e metas da forma mais sustentável possível, fazendo com que a organização tenha Responsabilidade Socioambiental.

Corroborando dessa forma o pensamento de Barbieri (2007): de que a solução de muitos problemas ambientais, ou a sua minimização está vinculada a uma nova atitude dos empresários ou administradores que devem passar a considerar os aspectos ambientais em suas decisões e adotar concepções administrativas e tecnológicas que contribuam para ampliar a capacidade de suporte do planeta, demonstrando ter responsabilidade socioambiental. Logo, a Gestão Socioambiental é a forma da organização, seja pública ou privada, ter Responsabilidade Socioambiental.

A partir de 1980, verifica-se a importância de integrar a responsabilidade socioambiental corporativa ao planejamento estratégico organizacional (NASCIMENTO, 2008, p. 17).

Diversas pesquisas tentam definir o que é uma empresa socialmente responsável, e assim, muitas definições de Responsabilidade Social Empresarial - RSE são adotadas (TIAN, WANGYANG, 2011).

Segundo Nascimento, Lemos e Mello (2008), o termo Responsabilidade Social Empresarial – RSE tem sido o mais utilizado para o “conjunto de ações socioambientais desenvolvidas por uma determinada empresa”. Visando a

identificação e minimização dos possíveis impactos ocasionados por sua atividade, bem como o desenvolvimento de ações para a construção de uma imagem positiva.

Outro aspecto de singular importância está na definição de Responsabilidade Socioambiental dada por Maignan, Ferrell e Hult (1999), em que a definem como a extensão em que as empresas satisfazem as responsabilidades econômicas, legais, éticas e discricionárias esperadas por seus *stakeholders*. Porque o sucesso de qualquer gestão depende da percepção de suas partes interessadas, ou *stakeholders*. Wideman (2004) afirma que se deve fazer tudo o que for possível para envolver, informar e influenciar os *stakeholders*, não sendo suficiente atingir os objetivos de um projeto, de uma gestão, o resultado deve também agradar e atender as expectativas de seus *stakeholders*.

Nesse sentido, Nascimento, Lemos e Mello (2008), também destacam que a Responsabilidade Socioambiental está sempre associada ao engajamento de todas as partes interessadas na busca do desenvolvimento sustentável.

E para dar conhecimento a todas as partes interessadas, dos resultados de uma gestão socioambiental adequada, as organizações se utilizam de Relatórios que demonstrem suas ações.

Tachizawa e Andrade (2008) afirmam que a publicação de um relatório que abranja, além das questões financeiras, as dimensões econômicas, sociais e ambientais do negócio, e que cumpre dois grandes objetivos: o de ser uma ferramenta de gestão, o que permite uma melhor mensuração do desempenho de sua gestão sob a perspectiva da responsabilidade social, e o de ser uma ferramenta de diálogo com as partes interessadas, objetivando a construção e o refinamento contínuo do engajamento das partes interessadas.

Abonando a afirmação de Tachizawa e Andrade (2008), Carnevale e Mazzuca (2014) constataram, em sua pesquisa sobre os efeitos diretos e indiretos do relatório de sustentabilidade nos preços das ações, que a divulgação do relatório de sustentabilidade aumenta sua legitimidade e confiabilidade perante as partes interessadas, proporcionando transparência de atos para os investidores, que desejam obter informações adicionais que possam ajudá-los na tomada de decisão.

Diante do exposto verifica-se a importância de uma organização planejar e executar suas ações com a finalidade de atingir e demonstrar os requisitos da Responsabilidade Socioambiental, não somente para atingir a excelência de seu

desempenho na racionalização de recursos, mas especialmente para aumentar sua credibilidade perante seus *stakeholders*.

Essa importância reside também no âmbito dos governos, que necessitam sempre de mais recursos e de confiabilidade de seus *stakeholders*, dessa forma, no próximo subtópico aborda-se a Responsabilidade Socioambiental na Administração Pública Brasileira.

1.1.3 Responsabilidade Socioambiental na Administração Pública Brasileira

Segundo Luiz (2014) os governos participam no processo de Responsabilidade Socioambiental com seu poder indutivo e coercitivo, legislando para a resolução de conflitos ambientais e também efetuando articulações entre empresas e cidadãos.

Além disso, as instituições governamentais também são responsáveis por uma gestão sustentável, com Responsabilidade Socioambiental, conforme as diretrizes da Agenda 21 global.

Para tanto tem editado normas que visam estimular a produção e o consumo sustentável em suas atividades, as quais serão tratadas no subtópico “1.1.4 Legislações Ambientais para a Administração Pública Brasileira”

A Responsabilidade Socioambiental bem utilizada e demonstrada no setor público pode proporcionar, por exemplo, a redução de desperdícios, possibilitando o aumento de recursos disponíveis no orçamento das instituições para utilização em outras áreas deficitárias, além do aumento da confiança e satisfação de seus *stakeholders*.

1.1.3 A Importância da Agenda 21

Este subtópico foi incluído no presente estudo, devido sua importância, por tratar-se de um plano de ação global que se estende aos âmbitos nacional e local, e constitui a mais abrangente tentativa já realizada, de promover em escala mundial, um novo padrão de desenvolvimento (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Conforme Nascimento, Lemos e Mello (2008) a Agenda 21 Global é um documento com mais de 500 páginas, elaborado pelos 179 países participantes da Rio 92, dividido em 40 capítulos e subdividido em 04 seções: dimensões sociais e

econômicas, conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento, fortalecimento do papel dos grupos principais e meios de implementação.

Além da Agenda 21, resultaram da Rio 92 quatro outros acordos: a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios Sobre o Uso das Florestas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

O termo “Agenda 21” tem esse nome porque se refere às preocupações com o nosso futuro, agora, a partir do século XXI, por meio de um novo modelo de desenvolvimento, que projeta programas para construir sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. (Ministério do Meio Ambiente [MMA], 2016).

A Agenda 21 reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de tudo, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais (Agenda 21).

Destarte, seguindo os princípios da Agenda 21 Global, os países desenvolveram suas Agendas Nacionais e Locais com base nas prioridades de cada região. Foi o que ocorreu no Brasil, que no ano de 2002 desenvolveu a Agenda 21 Brasileira, coordenada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável - CPDS, a qual vem integrando os Planos Plurianuais do Governo Federal (PPA).

Além das Agendas 21 Nacional e Locais, o governo brasileiro vem editando uma série de normas que promovem as intenções desse novo modelo de desenvolvimento proposto na Agenda 21 Global, os quais se apresenta no próximo tópico do trabalho.

1.1.4 Legislações Ambientais para a Administração Pública Brasileira

Trata-se este subtópico de uma breve apresentação da evolução da legislação ambiental brasileira, desde a instituição do primeiro Código Florestal Brasileiro, até às atuais normas que estimulam uma gestão pública com Responsabilidade Socioambiental.

A partir de 1934, destaca-se a instituição do primeiro Código Florestal Brasileiro que, classificou de forma inovadora as florestas em: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento. Ainda em 1934 foi promulgado o Código das Águas por meio do Decreto Nº 24.643, onde foi definido o regime jurídico e de concessões das águas (OLIVEIRA, 2014).

Em 1946 ocorreu a promulgação de uma nova constituição que determinava a União como ente competente de legislar sobre florestas, riquezas do subsolo, mineração, água, entre outros (OLIVEIRA, 2014).

Surgiu em 1964, a partir da Lei Nº 4.504, o Estatuto da Terra, apresentando mecanismos para a conservação e preservação do meio ambiente e buscando o estado de harmonia entre o homem e o meio ambiente (HIRONAKA, 1997).

Um novo Código Florestal surgiu com a edição da Lei 4.771, em 15 de setembro de 1965, segundo Oliveira *et al.* (2014) este código destaca-se como um dos marcos mais significativos na evolução do Direito Ambiental, aperfeiçoando o código de 1934.

Foi instituída em 1981 a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), oportunidade em que houve o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, avaliação de impactos ambientais, licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e o zoneamento ambiental.

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BRASIL, 1981).

Em 1988 ocorre a promulgação de uma nova Constituição, a qual refletia as mudanças ocorridas no período, ou seja, a transição entre a ditadura e os valores democráticos.

Nessa Constituição, o tema florestal e o meio ambiente recebem destaque, sendo tratados em um capítulo inteiro, o Capítulo VI – Do Meio Ambiente, inserido no Título VIII – Da Ordem Social, além de outros artigos ao longo do documento.

Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e teve por objetivo integrar a gestão ambiental. Em 1989, houve a promulgação da Lei Nº 7.803, imprimindo nova redação ao Código Florestal de 1965, que seria novamente reformulado em 2012 por meio da Lei Nº

12.651, estabelecendo normas gerais de preservação, proteção, exploração e instrumentos como o desenvolvimento sustentável.

Almeida (2015) defende:

A busca por um país sustentável é crescente e acontece por meio de vários instrumentos, como as legislações que impõem normas de sustentabilidade e a educação ambiental por exemplo. O Estado tem papel preponderante nesse processo, pois pode conscientizar a sociedade a adotar ações de sustentabilidade, devendo tornar-se um exemplo a ser seguido. Para tanto, o Estado também deve cumprir as normas que estabelece e deve implantar em suas repartições, políticas que visem o desenvolvimento sustentável. É possível encontrar diversas ferramentas que, além de exigir, dão um forte apoio ao gestor público para praticar ações sustentáveis (ALMEIDA, 2015, p. 54 e 55).

Outrossim, considerando o cenário mundial instalado em torno dos acordos internacionais e das exigências de uma Gestão com Responsabilidade Socioambiental, o governo federal editou normas que direcionam a Administração Pública para uma gestão organizada com base nos aspectos ambientais, práticas de sustentabilidade e boa administração de recursos, sejam eles naturais, financeiros, intelectuais, podendo abrir caminhos para novas soluções.

Uma das ações é a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, um projeto do Ministério do Ambiente (MMA), que surgiu em 1999 e o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública criado em 2001. O programa possui cinco eixos temáticos, expostos no Quadro 02.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2016) a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P se fundamenta:

1. Nas recomendações do Capítulo IV da Agenda 21, que indica aos países o estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo;

2. No Princípio 8 da Declaração da Rio92, que afirma que os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas; e,
3. Na Declaração de Johannesburgo, que institui a adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável.

Quadro 02: Eixos temáticos da A3P

Eixo Temático	Implicação	Ações
Uso Racional de Recursos Naturais e Bens Públicos	Evitar o desperdício	Usar racionalmente a energia, água, madeira, copos plásticos, materiais de expediente, etc., reduzindo o consumo e combatendo o desperdício.
Gestão Adequada de Resíduos Gerados	Destinar corretamente os resíduos gerados	Reduzir a geração de resíduos; descartar e destinar adequadamente os resíduos gerados.
Qualidade de vida no Ambiente de Trabalho	Facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador (resultará no aumento da produtividade)	Melhorar as condições ambientais; promover a saúde e segurança; observar o acesso aos portadores de deficiências físicas; incentivar a integração social; usar e desenvolver as capacidades humanas, aproveitando as habilidades de cada um; dar autonomia para o servidor desempenhar sua função; respeitar a liberdade de expressão e privacidade pessoal.
Sensibilização e Capacitação	Mudar os hábitos e os comportamentos e padrões de consumo	Desenvolver e consolidar nos servidores, sobretudo nos gestores, a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental por meio da capacitação (palestras, minicursos, apresentações, fóruns...).
Licitações Sustentáveis	Promover a responsabilidade socioambiental nas compras	Incluir nos editais de licitações, com o máximo de detalhes possíveis, a descrição de produtos sustentáveis.

Fonte: Luiz (2014) adaptado de MMA (2009).

O Programa A3P foi desenvolvido para aplicabilidade no setor público, independente da esfera (federal, estadual, municipal). Entretanto, a adesão ao programa é voluntária e possui o objetivo de estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores públicos e gestores a fim de que estes incorporem critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras (MMA, 2016).

Outrossim, o Governo Federal, ainda preocupado com a questão do Desenvolvimento Sustentável na gestão dos órgãos públicos, também elaborou programas que auxiliam na aderência aos critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública. Como por exemplo:

1. Programa de Eficiência do Gasto – PEG: um programa coordenado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que visa melhorar a qualidade do gasto público por meio da eliminação do desperdício e da melhoria contínua na gestão de processos (Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão [MPOG], 2016);
2. Programa Nacional de Conservação da Energia Elétrica – Procel: um programa criado em 1985 pelo Ministério de Minas e Energia e gerido pela Eletrobrás, cujo objetivo é promover a racionalização na produção e consumo de energia elétrica, visando eliminar os desperdícios e reduzir os custos e investimentos no setor (Ministério de Minas e Energia [MME], 2016).

Além disso, o Governo Federal editou outras normas relacionadas com os princípios e diretrizes, presentes na Agenda 21 Global relacionadas com a sustentabilidade, das quais se destacam algumas, conforme Quadro 03:

Quadro 03: Normas Brasileiras relacionadas com a Sustentabilidade na Administração Pública Brasileira

LEGISLAÇÃO	CONTEÚDO
Decreto Nº 5.940/2006	Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.
Lei Nº 12.349/2010	Altera o Art. 3º Lei Nº 8.666/1993 com a inclusão da Promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável como objetivo das licitações.
Lei 12.187/2009	Institui a Política Nacional de Mudanças

	Climáticas – PNMC.
Lei 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos
Instrução Normativa Nº 1/2010 do MPOG	Estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal. Continua...
LEGISLAÇÃO	CONTEÚDO Continuação...
Lei 12.462/2011	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.
Recomendação CONAMA Nº 12/2011	Indica aos órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA a adoção de normas e padrões de sustentabilidade.
Portaria Interministerial MP/MMA/MME/MDS Nº 244/2012 – Projeto Esplanada Sustentável	Projeto com integração de vários programas, com metas de redução nos gastos e consumos pela administração pública federal.
Decreto Nº 7.746/2012	Estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.
Instrução Normativa Nº 10/2012: MPOG	Estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela administração pública federal bem como suas vinculadas.

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de MMA (2016).

Dentre essas normas, destaca-se a edição do Projeto Esplanada Sustentável-PES, instituído pela Portaria Interministerial MP/MMA/MME/MDS Nº 244/2012, que tem por objetivo principal incentivar órgãos e instituições públicas federais a adotarem modelo de gestão organizacional e de processos estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal, fazendo a integração os programas existentes: Programa da Eficiência do Gasto – PEG; Programa Nacional de Conservação da Energia Elétrica – Procel, A3P e a Coleta Seletiva Solidária (BRASIL, 2012b).

Outros objetivos do Projeto são: melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos; incentivar a implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas; estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos; garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta; melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho; e reconhecer e premiar as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais (BRASIL, 2012b).

O Projeto Esplanada Sustentável foi planejado para o alcance de metas como uma nova concepção de administrar, com um novo modelo de gestão, com a expectativa de ser um agente de mudança no setor público, sob certas perspectivas, presentes no Quadro 04:

Quadro 04: Perspectivas do PES

PERSPECTIVA	RESULTADO ESPERADO
Nova visão de gestão	Pactuação de resultados com metas de redução de despesas.
Nova cultura do gasto	Execução das despesas de forma sustentável.
Valorização do Órgão	Reconhecimento (financeiro) às economias obtidas, por meio da devolução de até 50% do resultado alcançado.
Valorização do Gestor	Reconhecimento (não financeiro) aos melhores gestores, por meio de certificado.
Valorização das boas práticas	Trocas de boas práticas entre os participantes por meio da Rede Esplanada Sustentável.
Combate ao Desperdício	Conscientização dos servidores, quanto a eficiência do gasto por meio do combate ao desperdício de recursos

Fonte: Elaborado pela autora com base no PES (BRASIL, 2012b).

Igualmente, destaca-se o Decreto Nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e ainda instituiu a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP (BRASIL, 2012c).

Este Decreto determina em seu art. 16 que a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG, com a previsão de no mínimo:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação (BRASIL, 2012, art. 5º).

Com a finalidade de regulamentar e orientar a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável, a SLTI/MPOG publicou a IN Nº 10 (BRASIL, 2012).

Em razão da obrigatoriedade de cumprimento da elaboração do PLS por parte da UFMS e ainda da questão de pesquisa do trabalho, pelo fato do Plano de Ações do PLS da UFMS ser o objeto de estudo, destaca-se a IN Nº 10 (BRASIL, 2012) da SLTI/MPOG.

Os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública (BRASIL, 2012).

Outrossim, a norma determina que deverá ser constituída a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, composta por no mínimo três servidores, designados pelos respectivos titulares dos órgãos ou entidades, no prazo de trinta dias, a contar da publicação da Instrução Normativa. Uma das atribuições da referida comissão é a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS (BRASIL, 2012).

Constam na Instrução Normativa:

As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas: material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão; energia elétrica; água e esgoto;

coleta seletiva; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes (BRASIL, 2012, art.8º).

Ainda de acordo com a IN Nº 10 (BRASIL, 2012) para a elaboração do PLS, deverão ser criados Planos de Ação com os seguintes tópicos:

1. Objetivo do Plano de Ação;
2. Detalhamento de implementação das ações;
3. Unidades e áreas envolvidas pela implementação de cada ação e respectivos responsáveis;
4. Metas a serem alcançadas para cada ação;
5. Cronograma de implantação das ações; e
6. Previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações (BRASIL, 2012, art. 9º)

Quanto à transparência das ações e divulgação do planejamento e dos resultados, a norma prevê que as ações definidas no PLS deverão ser publicadas semestralmente no site dos respectivos órgãos ou entidades, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores e ao final de cada ano deverá ser elaborado relatório de acompanhamento do PLS de forma a evidenciar o desempenho da instituição (BRASIL, 2012).

Ainda, com a finalidade de oferecer referência e pontos de partida para a elaboração do PLS, a IN Nº10 (BRASIL, 2012), em seu Anexo II, apresenta sugestões de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais/serviços. Igualmente, apresenta sugestões de indicadores dos temas mínimos em seu Anexo III.

1.1.5 Responsabilidade das Universidades

O comprometimento com a questão ambiental tem aumentado e adquirindo proporções cada vez maiores, deixando de ser uma discussão apenas de ambientalistas e técnicos especializados na área para tornar-se assunto de todos. Está envolvendo tanto as instituições de ensino, quanto as empresas, em face da

problemática ambiental vivida. Isso tem levado as pessoas a criarem espaços de discussões, de debates e a procurarem soluções para esses problemas (Pfitscher, 2004).

Em razão do aumento das influências, declarações e compromissos relacionados com a necessidade de que as instituições integrem a sustentabilidade em seus sistemas, o assunto tem se destacado no modo de gerir e ensinar das universidades.

O Ministério da Educação estabeleceu por meio da Resolução Nº 2 de 15 de junho de 2012, as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental, as quais devem ser observadas por todos os sistemas de ensino e suas instituições de educação básica e educação superior. A resolução apresenta a seguinte definição:

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (MEC, 2012).

A resolução estabeleceu ainda que as instituições de Educação Superior devem promover sua gestão administrativa e suas ações de ensino, pesquisa e extensão, orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

Segundo Almeida (2015) as universidades são importantes instituições de educação superior - IES que formam profissionais, pesquisadores e, principalmente, cidadãos críticos. E que é por meio delas que são realizadas pesquisas inovadoras com soluções para os problemas e necessidades da sociedade.

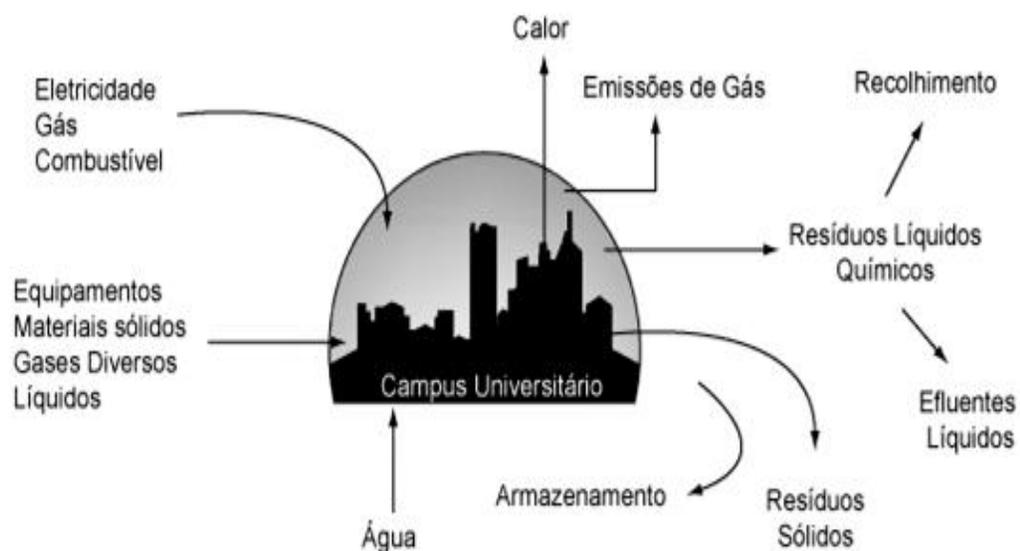
Tauchen e Brandli (2006) afirmam que o papel de destaque assumido pelas instituições de ensino superior deve ser utilizado, também, para promover o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e justa, para o qual se torna indispensável que elas comecem a incorporar princípios e práticas de sustentabilidade em todos os seus processos e decisões.

Os autores defendem que as universidades podem ser comparadas com pequenos núcleos urbanos envolvendo diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividades referentes à sua operação através de restaurantes, cantinas,

entre outras, tornando-se indispensável que essas organizações comecem a incorporar os princípios e práticas da sustentabilidade, seja para iniciar um processo de conscientização em todos, seja para tomar decisões fundamentais sobre planejamento, treinamento, operações ou atividades comuns (TAUCHEN e BRANDLI, 2006).

Tauchen e Brandli (2006) ainda expõem em seu trabalho que um campus precisa de infraestrutura básica, redes de abastecimento de água e energia, redes de esgoto, drenagem de águas pluviais e vias de acesso, além de suas atividades gerarem resíduos sólidos e efluentes líquidos e consumirem recursos naturais, comparando-o a um município de tamanho médio, conforme demonstra a Figura 02.

Figura 02: Principais fluxos de um campus universitário



Fonte: Tauchen e Brandli (2006, p.505).

Dessa forma as IFES devem administrar sustentavelmente seus processos, saindo da teoria à prática. E como afirma Bernardi (2011), é possível desenvolver um modelo de administração sustentável na gestão das universidades, pois é necessário que ela dê exemplo daquilo que ensina, praticando aquilo que ensina.

Assim, permanece a necessidade de escolha de um modelo de gestão adequado, que possa auxiliar, controlar e avaliar a aderência das atividades das IFES aos critérios de sustentabilidade. Para isso, o PLS torna-se uma ferramenta adequada.

E já que a pesquisa possui a intenção de unir a teoria acadêmica com a prática administrativa, buscou-se trabalhos acadêmicos que apresentassem modelos de PLS cientificamente estruturados.

Dentre os quais foram identificados:

1. Plano de gestão de logística sustentável: proposta de um modelo para avaliação do desempenho socioambiental em instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica de Lilian Campagnin Luiz (2014);
2. O Papel das instituições de educação superior na gestão voltada para a sustentabilidade: uma análise da Universidade Federal do Tocantins a partir do plano de gestão de logística sustentável, de Fernanda Costa Almeida (2015);
3. A responsabilidade socioambiental na administração pública: uma análise do programa de sustentabilidade implementado na agência Canoas (RS) da Caixa Econômica Federal, de Rodrigo Serdotte Freitas (2011).

Dos quais, após análise, foi selecionado o trabalho citado no item 01, de Lilian Campagnin Luiz: “Plano de gestão de logística sustentável: proposta de um modelo para avaliação do desempenho socioambiental em instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica”, por tratar-se de um trabalho que considerou as características específicas das IFES.

1.1.5.1 Desafio da Sustentabilidade

Antes de prosseguir com a pesquisa, se faz necessária a apresentação do Desafio da Sustentabilidade que servirá de subsídio para a formulação do Plano de Ações que será proposto.

O Ministério da Educação com a finalidade de promover e incentivar ideias inovadoras para o alcance da racionalização de recursos, da eficiência do gasto público e de ações sustentáveis no âmbito das IFES elaborou, em 2014, um programa de inovação com foco nos gastos com água e energia elétrica, intitulado Desafio da Sustentabilidade (Ministério da Educação [MEC], 2016).

Para tanto, o Desafio foi estruturado em 4 fases:

1. Identificação de soluções inovadoras por meio de consulta pública;
2. Recomendação às IFES para implementação dessas soluções;

3. Avaliação periódica dos resultados;
4. Estímulo e acompanhamento de projetos inovadores.

A primeira fase do Desafio da Sustentabilidade foi realizada por meio de consulta pública, com um concurso sobre práticas de sustentabilidade com retribuição pecuniária de 8 milhões de Reais em prêmios, promovido pelo Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal de Lavras e o Prêmio Ideia, a consulta foi realizada entre os meses de novembro de 2014 e fevereiro de 2015.

A UFMS participou do concurso, mas, no entanto, não foi contemplada, a instituição vencedora entre as universidades foi a Universidade Federal do Piauí.

As soluções apresentadas nessa primeira fase foram compiladas em uma coletânea, as quais algumas foram utilizadas na pesquisa para a proposição do Plano de Ações.

O próximo subtópico apresenta o Modelo de Luiz (2014) o qual se apresentou anteriormente e que foi escolhido para diagnosticar a necessidade ou não de melhoria do Plano de Ações da UFMS.

1.1.6 Modelo de Luiz (2014)

O modelo elaborado por Lilian Campagnin Luiz apresenta um rol de ações socioambientais estruturado com base nos cinco eixos temáticos da A3P: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação, e licitações sustentáveis.

A autora faz a proposição dos documentos que compõem o PLS: Plano de Ações, Indicadores Socioambientais e Relatório de Acompanhamento. Dos quais a pesquisa utilizará somente o Plano de Ações.

O modelo do Plano de Ações contempla ações para os temas mínimos previstos na IN Nº10 (BRASIL, 2012), além dos tópicos mínimos a serem observados, ou seja, o modelo obedece todos os quesitos solicitados na norma, cumprindo dessa forma a legislação.

O Modelo de Luiz (2014) sugere um total de 125 (cento e vinte e cinco) ações a serem implementadas, assim distribuídas:

1. Uso racional de recursos naturais e bens públicos: 43 ações;

2. Gestão adequada dos resíduos gerados: 12 ações;
3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho: 20 ações;
4. Sensibilização e capacitação: 12 ações;
5. Licitações sustentáveis: 36 ações;
6. Temas gerais: 02 ações.

A autora elaborou o Modelo de Plano de Ações especificamente para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, considerando a peculiaridade de suas atividades.

Apesar de haver diferenças entre os Institutos e as Universidades Federais, há mais semelhanças do que diferenças, por esse motivo optou-se pela comparação com este modelo, para a realização do diagnóstico, pela similitude de atividades entre as instituições.

Outrossim, a autora especifica que:

O modelo proposto pode ser aplicado a todos os órgãos públicos federais, bastando para isso, ajustar o Plano de Ações e os Indicadores Socioambientais, de acordo com as características e necessidades informacionais de cada órgão “(LUIZ, 2014, p.169).

Em razão da extensão do Plano de Ações proposto, decidiu-se por apresentá-lo nos Anexos deste trabalho, correspondendo ao Anexo I.

1.2 Descrição dos Procedimentos Metodológicos

Neste tópico é realizada a caracterização da pesquisa quanto a sua abordagem, objetivos e a descrição dos procedimentos metodológicos executados. O objeto da pesquisa é o Plano de Ações do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O qual será comparado com o Plano de Ações proposto por Luiz (2014), para a obtenção de um diagnóstico da necessidade ou não de melhoria. Havendo a necessidade/opportunidade de melhoria, procede-se à proposição de um Plano de Ações para a UFMS.

A pesquisa pode ser caracterizada sob vários critérios (Mattar, 1999), entre eles:

a) Quanto à sua abordagem:

Diehl e Tatim (2004) abordam que a pesquisa de natureza quantitativa usa a quantificação tanto na coleta dos dados como no tratamento das informações, faz uso de técnicas estatísticas, com o objetivo de evitar possíveis distorções na análise e interpretação dos resultados, garantindo uma margem de segurança maior.

Enquanto que a pesquisa de natureza qualitativa proporciona ao pesquisador maior familiaridade com o assunto, e segundo Silveira e Córdova (2009) a pesquisa qualitativa não se preocupa com a expressão em números, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão, seja de um grupo social, uma organização, etc. No caso deste estudo, entende-se como o aprofundamento da compreensão dos objetivos das ações constantes no Plano de Ação do PLS.

A análise dos dados da pesquisa qualitativa não segue um padrão específico, uma regra pré-determinada; o pesquisador tem a possibilidade de associar diversas concepções teórico-metodológicas conforme as circunstâncias da natureza da pesquisa. (FERREIRA, 2014)

Dessa forma, a pesquisa descrita neste relatório possui natureza qualitativa, permitindo um estudo, por meio da análise qualitativa das ações.

b) Quanto aos objetivos:

Vergara (2000) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, o qual se entende que também pode expor características de determinados planos de gestão, como é o caso do PLS.

Gil (1991) cita a existência de pesquisas que, “embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

Já as “pesquisas exploratórias geralmente proporcionam maior familiaridade como problema, ou seja, têm o intuito de torná-lo mais explícito. Seu principal objetivo é o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (FIGUEIREDO, 2007, p. 91).

Gil (1991) corrobora que esse tipo de pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

A natureza deste estudo é de característica descritiva por descrever e expor as características do PLS da UFMS e do Modelo proposto por Luiz (2014). Além de característica exploratória por proporcionar o aprimoramento de ideias, por meio da elaboração de proposta de Plano de Ações.

Existem outras classificações da pesquisa quanto aos objetivos, no entanto, expõe-se nesta oportunidade somente os tipos característicos do estudo em questão.

c) Procedimentos Técnicos:

Em se tratando de procedimentos a técnica para coleta de dados será a pesquisa bibliográfica e documental.

Segundo Silveira e Córdova (2009), a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, sendo a pesquisa um processo permanentemente inacabado. Processa-se por meio de aproximação da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção.

Dessa forma, entende-se a importância de um diagnóstico da realidade existente, para que ocorra a correta intervenção na Instituição gerando a melhoria.

Inicialmente foi feita uma revisão da literatura, um levantamento bibliográfico dos estudos relacionados à sustentabilidade, especialmente sobre o Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Socioambiental, apresentando os motivos que levaram à preocupação com a questão, os eventos que proporcionaram a sua discussão e propagação, as legislações que passaram a vigorar no Brasil, pesquisa documental sobre o Plano de Ações do PLS da UFMS e pesquisa sobre ações propostas no Desafio da Sustentabilidade.

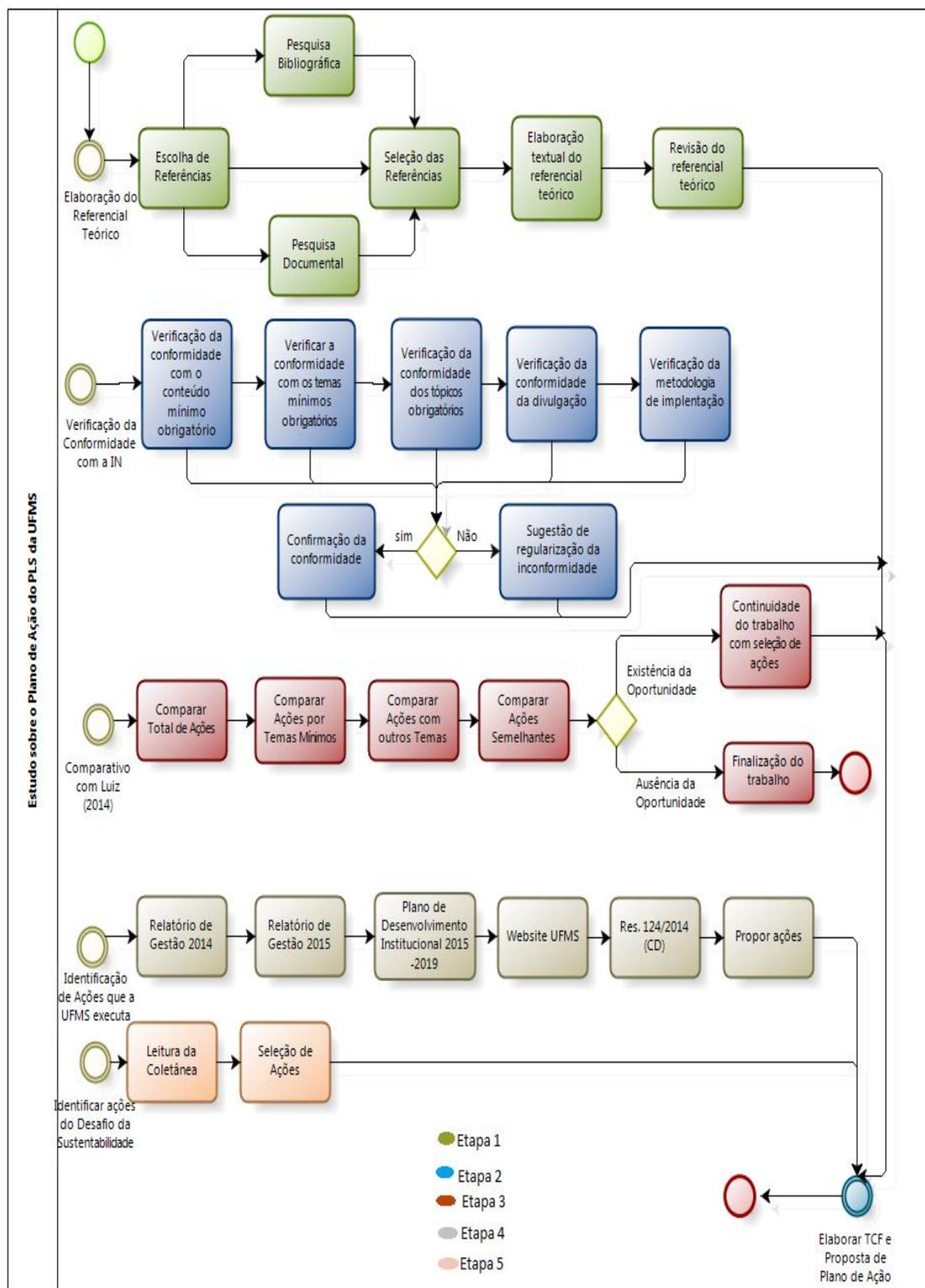
A revisão bibliográfica ocorreu a partir de artigos, textos, dissertações, teses e livros localizados a partir de busca no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, do Ministério da Educação - MEC e Google Acadêmico entre os anos 2015 e 2016.

Para o levantamento de fatos históricos, diretrizes e legislação ambiental aplicáveis às IFES o estudo se deu nos seguintes meios: Portais do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Instituto Brasileiro de Sustentabilidade, ONU Brasil, Google acadêmico e Unesco.

Procedeu-se ainda à consulta no web site da UFMS, aos seus Relatórios de Gestão dos anos de 2014 e 2015, ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UFMS referente ao período de 2015-2019 da UFMS e da Resolução N° 124, de 09 de outubro de 2014 do Conselho Diretor da UFMS, que instituiu o PLS da UFMS.

As etapas da pesquisa estão resumidamente apresentadas na Figura 03:

Figura 03: Resumo dos Procedimentos Metodológicos



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

O delineamento da pesquisa foi efetuado em 5 etapas. A primeira etapa consistiu na elaboração do referencial teórico, com a finalidade de levantamento bibliográfico e documental sobre a literatura que ampara o estudo.

A segunda etapa ocorreu por meio da identificação da conformidade do PLS da UFMS com a INN^o10 (BRASIL, 2012), oportunidade em que foi verificada a existência de todos os quesitos obrigatórios como o conteúdo mínimo, a abordagem dos temas mínimos, tópicos obrigatórios, divulgação e metodologia de implementação.

Na terceira etapa realizou-se comparação entre o Plano de Ações do PLS da UFMS e o Modelo de Luiz (2014), com a finalidade de realização do diagnóstico da existência ou não da necessidade de melhoria, onde foram comparados o quantitativo total de ações, ações por temas mínimos, ações por temas não previstos na IN N^o 10 (BRASIL, 2012) e ações semelhantes.

Na quarta etapa procurou-se identificar ações que a UFMS já executa e que não foram localizadas no Plano de Ações vigente, com a finalidade de integrar as atividades sustentáveis que a UFMS executa, mas que não são contabilizadas na apresentação dos resultados por ocasião do Relatório de Execução do PLS.

Na quinta etapa foram selecionadas boas práticas de sustentabilidade relacionadas ao consumo de água e energia elétrica da coletânea resultante do Desafio da Sustentabilidade, levando-se em consideração as características, necessidades e capacidade de implementação da UFMS, as quais foram julgadas pela pesquisadora em razão de sua experiência funcional na Auditoria Interna da Instituição.

Por fim, foi estruturada proposta de Plano de Ações para a UFMS com a finalidade de contribuir para o fortalecimento da Gestão com Responsabilidade Socioambiental.

1.3 Descrição da Oportunidade de Melhoria

Neste tópico é realizada a apresentação do Programa UFMS Sustentável, um programa do Sistema de Governança da Sustentabilidade na UFMS, que demonstra sua preocupação com a Responsabilidade Socioambiental. Apresenta-se ainda o detalhamento do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFMS para o entendimento da oportunidade de melhoria.

1.3.1. Programa UFMS Sustentável

As universidades vêm sendo chamadas a desempenhar um papel preponderante na orientação ao Desenvolvimento Sustentável, e a contribuição da universidade para o Desenvolvimento Sustentável se dá pelo aumento da sua sustentabilidade compreendida nos processos de gestão e governança, operações internas e, principalmente, nas suas funções: educação, pesquisa e extensão universitária. (GÓES, 2015)

Em razão dos normativos e da crescente necessidade da instituição de uma Gestão com Responsabilidade Socioambiental na Administração Pública, a UFMS, a partir de 2013 preocupou-se em estabelecer uma governança da sustentabilidade, por meio do Programa UFMS Sustentável, elaborado por sua Pró-Reitoria de Infraestrutura – PROINFRA.

O Programa UFMS Sustentável é constituído por eixos estratégicos, programas, projetos, metodologias, iniciativas e ações voltados para novos paradigmas de gestão sustentada e execução eficiente de suas atividades, e tem como finalidade principal direcionar esforços para o alcance de sua missão: *“tornar a UFMS ecologicamente sustentável, íntegra, socialmente articulada e financeiramente equilibrada na execução eficiente de suas atividades”* (PROINFRA, 2013, p. 07).

Percebe-se que a UFMS ao determinar a missão do Programa UFMS Sustentável utilizou os três pilares do Desenvolvimento Sustentável:

Sustentabilidade Ambiental: *“... tornar a UFMS ecologicamente sustentável...”*

Sustentabilidade Social: *“... socialmente articulada...”*

Sustentabilidade Econômica: *“... e financeiramente equilibrada na execução eficiente de suas atividades”* (PROINFRA, 2013, p. 07).

Desde seu início, as diretrizes da Governança da Sustentabilidade da UFMS estiveram dispostas à discussões com a comunidade acadêmica, por meio de audiências públicas, para sugestões, críticas e mudanças necessárias para seu aprimoramento e adequações necessárias (PROINFRA, 2013).

Estrategicamente, de acordo com o Documento Base do Programa UFMS Sustentável (PROINFRA, 2013) a UFMS optou por direcionar suas ações de sustentabilidade com foco na gestão de resíduos, nas obras sustentáveis, na eficiência energética, nas compras sustentáveis, na educação e formação em sustentabilidade, na eficiência logística, na qualidade no ambiente do trabalho, na eficiência no consumo de água e no uso da rede de esgoto e na eficiência no uso de material de consumo.

E para o alcance dessas estratégias a UFMS projetou diversas iniciativas a serem desenvolvidas, como por exemplo as campanhas de combate ao desperdício, como a mensagem na capa de abertura dos e-mails institucionais, conforme Figura 04:

Figura 04: Exemplo de campanha de conscientização



Fonte: UFMS, 2016.

Os projetos do Programa UFMS Sustentável “são entendidos como a materialização das iniciativas institucionais de sustentabilidade” (PROINFRA, 2013, p. 11). Entre eles destaca-se o “Campus Inteligente”, que se trata de um canal de comunicação entre a comunidade acadêmica e a Pró-Reitoria de Infraestrutura, um sistema concentrado no portal “<http://www.campusinteligente.com.br>.” Através deste site, os acadêmicos poderão visualizar o consumo e os indicadores de desempenho de cada local do campus, e enviar os relatos de problemas encontrados nestes locais.

Outro destaque do Programa UFMS Sustentável é o Plano de Gestão de Logística Sustentável, o qual será tratado no próximo subtópico.

1.3.2 Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFMS

Como dito anteriormente, a gestão da UFMS começou a ser direcionada para os critérios, práticas de sustentabilidade, de racionalização de recursos e de melhora na qualidade de vida de toda a comunidade acadêmica a partir do estabelecimento de uma governança de sustentabilidade na UFMS, que se deu por meio da criação do Programa UFMS Sustentável (PROINFRA, 2013).

Além disso, para dar cumprimento ao que determina o Decreto 7.746, de 05 de junho de 2012 e a IN Nº10 (BRASIL, 2012), a UFMS procedeu à elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável, que possui o objetivo de estabelecer critérios, práticas e diretrizes para promover o desenvolvimento sustentável nacional por meio das aquisições e contratações da Administração Pública.

O PLS da UFMS foi instituído por meio da Resolução Nº 124, de 09 de outubro de 2014 do Conselho Diretor da UFMS, que definiu os seguintes elementos de orientação estratégica para o atendimento à referida Instrução Normativa:

1. *Plano de Gestão de Resíduos;*
2. *Plano de Redução de Emissões de Gases Poluentes pela Logística de Pessoal e Material;*
3. *Plano de Gestão das Ações de Educação Continuada em Sustentabilidade e Qualidade de Vida no Ambiente do Trabalho;*
4. *Plano de Eficientização do Consumo de Energia Elétrica;*
5. *Plano de Eficientização do Consumo de Água e Esgoto;*
6. *Práticas e Iniciativas de Sustentabilidade e do Uso Eficiente do Gasto Público;*
7. *Inventário dos Bens Permanentes Móveis;*
8. *Inventário de Material de Consumo; e,*
9. *Compras e Licitações Sustentáveis. (CONSELHO DIRETOR [CD], 2014)*

Desde a instituição do PLS, a UFMS:

- Estabeleceu a Comissão Gestora do PLS, que é a responsável pelo monitoramento, avaliação e a revisão do PLS, pela promoção de audiências públicas para aprimoramento do PLS. Ela é uma comissão composta por sete

integrantes, a qual foi nomeada pela primeira vez por meio da Portaria RTR Nº 421, de 04 de abril de 2014, e posteriormente revogada pela Portaria RTR Nº 1.168, de 29 de outubro de 2014;

- Elaborou dois Planos de Ações para serem executados em 2015 e 2016, com ações sustentáveis de racionalização de recursos;
- Apresentou dois Relatórios de desempenho das ações realizadas nos anos de 2014 e 2015. Em 2014 o relatório anual do PLS apresentou as ações desenvolvidas e implementadas pelos diversos setores da UFMS, uma apresentação sucinta dos resultados anuais relacionados à sustentabilidade, elencada por áreas. Em 2015, o relatório foi apresentado em um formato diferente, com a indicação dos objetivos de cada ação, seus responsáveis, a meta esperada, seus indicadores, se a meta foi realizada ou não e quais os motivos para a sua não realização. Conforme Quadro 05:

Quadro 05: Documentos Relacionados ao PLS da UFMS

AÇÃO	DOCUMENTO	ÓRGÃO COLEGIADO	ANO
Instituição do PLS	Resolução Nº 124	Conselho Diretor	2014
Institui a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFMS.	Portaria Nº 168	Reitoria	2014
Aprova o Plano de Ações para o Plano de Gestão e de Logística Sustentável – 2015 .	Resolução Nº 179	Conselho Diretor	2014
Aprova o Plano de Ações para o Plano de Gestão e de Logística Sustentável – 2016 .	Resolução Nº 142	Conselho Diretor	2015
Apresentação do Relatório das ações de 2014	Memorial Descritivo Relatório 2014	PROINFRA	2015
Apresentação do Relatório das ações de 2014	Relatório do Plano de Ações 2015	PROINFRA	2016

Fonte: Elaborado pela autora, com base no site institucional da UFMS.

2 ANÁLISE DA OPORTUNIDADE DE MELHORIA

2.1 Apresentação e Discussão das Alternativas para Oportunidade de Melhoria

Neste tópico é realizada a verificação da conformidade legal do PLS da UFMS com relação aos requisitos solicitados na IN Nº 10 (BRASIL, 2012).

Após essa verificação, procede-se à comparação do PLS da UFMS com o Modelo de Luiz com a finalidade de diagnosticar a existência ou não da necessidade/oportunidade de melhoria no Plano de Ações da UFMS.

Na sequência, apresenta-se a identificação de ações executadas ou planejadas pela gestão da UFMS e que não foram localizadas no Plano de Ação, com a finalidade de incluí-las na proposta.

E por fim, apresenta-se a proposta de um Plano de Ações para a UFMS, com base na IN Nº10 (BRASIL, 2012), no atual Plano de Ações da UFMS, no Modelo de Luiz (2014), nas ações identificadas e nas ações presentes na Coletânea do Concurso Desafio da Sustentabilidade.

2.1.1 Conformidade com Conteúdo Mínimo

Neste subtópico, atendendo ao primeiro dos objetivos específicos, foi efetuada verificação da conformidade legal do PLS da UFMS com a IN Nº10 (BRASIL, 2012) identificando a existência do conteúdo mínimo obrigatório.

Procedeu-se à verificação do cumprimento do art. 5º da referida Instrução Normativa, analisando-se as 41 (quarenta e uma) ações do atual Plano de Ações do PLS da UFMS e o conteúdo da Resolução Nº 124 (CONSELHO DIRETOR, 2014), que instituiu o PLS.

O Quadro 06 apresenta o resultado da análise.

Quadro 06: Verificação da conformidade do Conteúdo Mínimo do PLS da UFMS

CONTEÚDO MÍNIMO (Obrigatório)	AÇÕES INSERIDAS NO PLS UFMS	AÇÕES NÃO INSERIDAS NO PLS UFMS
1. Atualização do inventário de bens e materiais	✓	
2. Práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços	✓	
3. Responsabilidades do Plano, Metodologia de implementação do Plano e Avaliação do Plano	✓	
4. Ações de divulgação, conscientização e capacitação	✓	

Fonte: Elaborado pela autora (2016), com base na IN N°10 (BRASIL, 2012, art. 5°) e Plano de Ações 2016 do PLS da UFMS (PROINFRA, 2015)

Portanto, concluímos que a UFMS cumpre a legislação no que se refere ao conteúdo mínimo exigido na norma para a elaboração do PLS. No próximo subtópico será feita análise da conformidade com os temas mínimos.

2.1.2 Conformidade com Temas Mínimos

Na sequência, neste subtópico, promoveu-se a análise da verificação da conformidade legal das ações do PLS da UFMS com a IN N°10 (BRASIL, 2012), verificando-se a existência de ações que envolvam os 07 temas mínimos solicitados no art. 8° da IN N°10 (BRASIL, 2012):

1. *Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;*
2. *Energia elétrica;*
3. *Água e esgoto;*
4. *Coleta seletiva;*
5. *Qualidade de vida no ambiente de trabalho;*
6. *Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de*

limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e

7. *Deslocamento de pessoal (BRASIL, 2012, art. 8º).*

Sobre este exame, se analisou as ações do PLS, correlacionando-as com os 07 (sete) temas mínimos, conforme Quadro 07.

Quadro 07: Verificação da Conformidade com os Temas Mínimos

TEMAS MÍNIMOS (Obrigatórios)	INSERIDO NO PLS UFMS	NÃO INSERIDO NO PLS UFMS
1. Material de Consumo (Papel, cartuchos, copos descartáveis)	✓	
2. Energia Elétrica	✓	
3. Água e esgoto	✓	
4. Coleta seletiva	✓	
5. Qualidade de vida no ambiente de trabalho	✓	
6. Compras e contratações sustentáveis em obras		✓
7. Compras e contratações sustentáveis em equipamentos	✓	
8. Compras e contratações sustentáveis em serviços de vigilância.		✓
9. Compras e contratações sustentáveis em serviços de limpeza.		✓
10. Compras e contratações sustentáveis em serviços de telefonia.		✓
11. Compras e contratações sustentáveis em serviços de processamento de dados.	✓	
12. Compras e contratações sustentáveis em serviços de apoio administrativo.	✓	
13. Compras e contratações sustentáveis em serviços de manutenção predial.		✓
14. Deslocamento de pessoal	✓	

Fonte: Elaborado pela autora (2016), com base na IN Nº10 (BRASIL, 2012) e no Plano de Ações 2016 do PLS da UFMS (PROINFRA, 2015)

Optou-se por dividir-se o tema 06 (compras e contratações sustentáveis), pois o mesmo apresenta vários enfoques que merecem ser analisados individualmente, por apresentarem natureza distinta. E com relação a este tema, constatou-se a

necessidade da inclusão de ações específicas referentes a compras e contratações sustentáveis em obras, em serviços de vigilância, em serviços de limpeza, em serviços de telefonia, em serviços de processamento de dados, em serviços de apoio administrativo e em serviços de manutenção predial, pois a análise identificou a ausência de ações específicas sobre estes temas, configurando dessa forma, descumprimento da referida Instrução Normativa, podendo ocasionar sanções por parte dos órgãos fiscais de controle, como a Controladoria Geral da União – CGU e o Tribunal de Contas da União – TCU.

Ademais, se quantificou as ações do Plano de Ações da UFMS dividindo-as entre os temas mínimos, conforme o Quadro 08.

Quadro 08: Quantidade de Ações por Tema Mínimo

TEMAS MÍNIMOS	QUANTIDADE DE AÇÕES
1. Material de Consumo (Papel, cartuchos e copos descartáveis)	07
2. Energia Elétrica	09
3. Água e esgoto	05
4. Coleta seletiva	08
5. Qualidade de vida no ambiente de trabalho	07
6. Compras e contratações sustentáveis	02
7. Deslocamento de pessoal	03

Fonte: Elaborado pela autora (2016), com base na IN N°10 (BRASIL, 2012) e no Plano de Ações 2016 do PLS da UFMS (PROINFRA, 2015)

2.1.3 Conformidade com os Tópicos Obrigatórios

Neste subtópico verifica-se a existência ou não dos tópicos obrigatórios exigidos para cada tema solicitado no art. 8º da IN 10 (BRASIL, 2012). Os tópicos obrigatórios estão previstos no art. 9º da IN N° 10 (BRASIL, 2012).

Com relação a essa obrigatoriedade, o Plano de Ações da UFMS apresenta conformidade legal, pois todos os tópicos obrigatórios são encontrados no Plano de Ações da UFMS, conforme Quadro 09:

Quadro 09: Verificação da conformidade dos Tópicos Obrigatórios

TÓPICOS	PREVISTO NO PLS UFMS	NÃO PREVISTO EM PLS UFMS
Objetivo do Plano de Ação	✓	
Detalhamento de implementação das ações	✓	
Unidades e áreas envolvidas pela implementação de cada ação	✓	
Respectivos responsáveis pela implementação de cada ação	✓	
Metas a serem alcançadas para cada ação	✓	
Cronograma de implantação das ações	✓	
Previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais entre outros para a implementação das ações	✓	

Fonte: Elaborado pela autora (2016), com base na IN Nº10 (BRASIL, 2012b) e Plano de Ações 2016 do PLS da UFMS (PROINFRA, 2015)

2.1.4 Outras Informações da Estrutura do Plano de Ações da UFMS

A IN Nº10 (BRASIL, 2012) não faz menção a uma estrutura específica do Plano de Ação, apenas exige a existência do conteúdo mínimo, abordagem dos temas mínimos e tópicos obrigatórios.

Dessa forma, o Plano de Ações do PLS da UFMS foi estruturado de maneira livre e está estruturado por macro áreas, conforme demonstrado no Quadro 10:

A estrutura apresenta 08 (oito) macro áreas: energia, resíduos sólidos, água e esgoto, deslocamento de pessoal e de material, qualidade de vida no ambiente de trabalho, material de consumo, compras e contratações sustentáveis e práticas de sustentabilidade, abrangendo um total de 16 objetivos.

O maior número de objetivos foi concentrado na macro área “Energia” e o menor número na macro área “Práticas de Sustentabilidade”. Nesta estrutura, as macro áreas correspondem aos sete temas mínimos previstos na IN Nº 10 (BRASIL, 2012).

Quadro 10: Macro áreas do PLS da UFMS e seus respectivos objetivos.

MACROÁREA	OBJETIVOS
1. Energia	1. Instalação elétrica geral 2. Organização da manutenção 3. Estimular boas práticas sustentáveis sobre energia elétrica 4. Eficiência do sistema elétrico
2. Resíduos Sólidos	5. Estabelecer sistema de gestão para resíduos sólidos da UFMS 6. Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas sustentáveis.
3. Água e esgoto	7. Criar uma base de informação que possibilite a rápida formulação de um parecer técnico, informativo e corretivo. 8. Incentivar as boas práticas sustentáveis.
4. Deslocamento de Pessoal e de Material	9. Introduzir critérios de sustentabilidade na compra de veículos automotores e/ou suas manutenções 10. Inventariar as emissões dos gases poluentes de efeito estufa produzidas pelo deslocamento de pessoal e de material 11. Estimular a utilização de transportes coletivos e alternativos para a comunidade universitária.
5. Qualidade de vida no ambiente de trabalho	12. Fortalecer o Programa de Qualidade de Vida na UFMS.
6. Material de consumo	13. Manter a busca pela eficiência do uso de copos descartáveis 14. Manter a busca pela eficiência no consumo de papel de impressão
7. Compras e contratações sustentáveis	15. Incluir itens sustentáveis nas compras institucionais
8. Práticas de sustentabilidade	16. Prover limpeza e conservação ambientalmente correta.

Fonte: Elaborado pela autora (2016), com base na IN Nº10 (BRASIL, 2012b) e Plano de Ações 2016 do PLS da UFMS (PROINFRA, 2015)

Além disso, o Plano apresenta a macro área “Práticas de Sustentabilidade”, que não se refere a nenhum dos temas mínimos, mas que demonstra a pro - atividade da UFMS nas questões ambientais.

No próximo subtópico será efetuado diagnóstico da necessidade ou não de melhoria no Plano de Ações do PLS da UFMS.

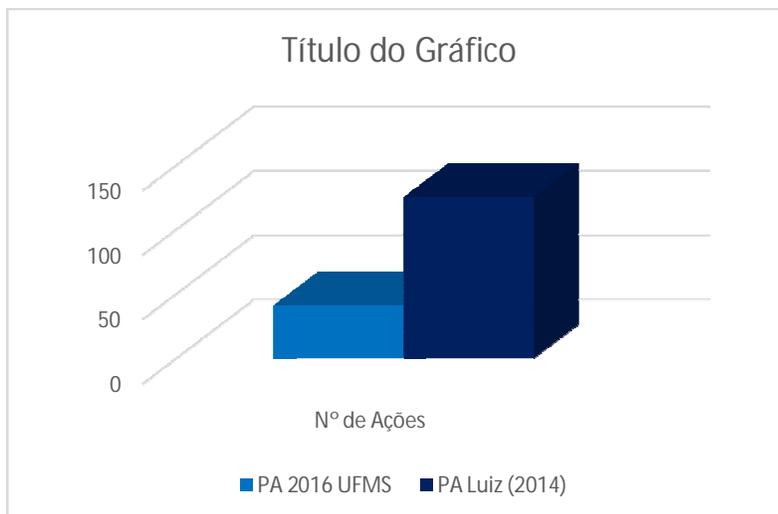
2.1.5 Diagnóstico com base na comparação com o Modelo de Luiz (2014)

Neste subtópico dá-se cumprimento ao segundo objetivo específico do trabalho: comparar as ações do Plano de Ações do PLS da UFMS com as ações do

Modelo de Luiz (2014) para diagnóstico da necessidade ou não de melhoria no Plano de Ações da UFMS.

Na análise constatou-se que o modelo proposto por Luiz (2014) possui no total 125 ações, enquanto que o Plano de Ações 2016 do PLS da UFMS possui no total 41 ações, conforme Gráfico 01:

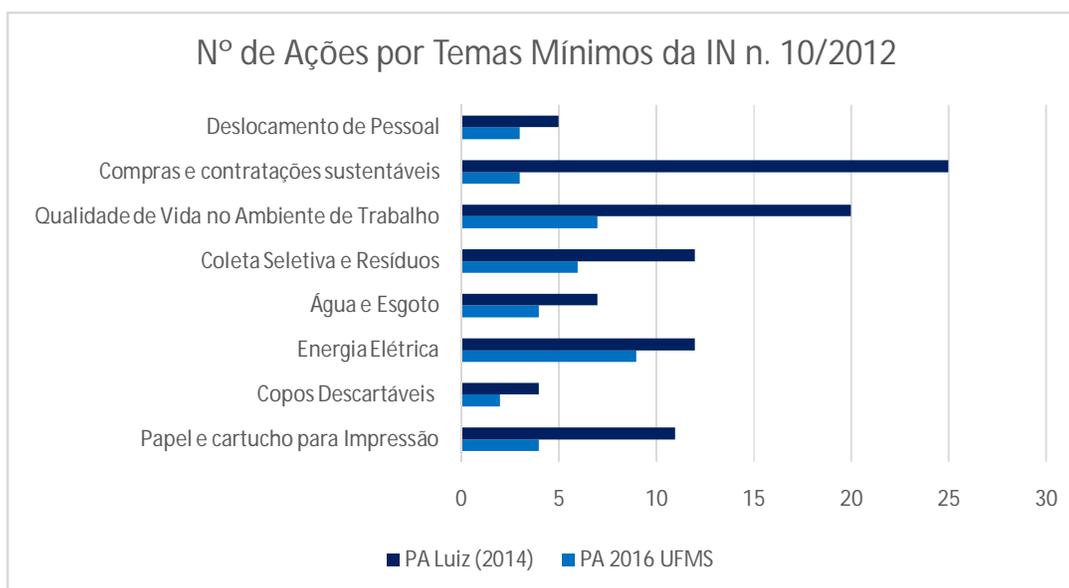
Gráfico 01: Comparativo do N° de ações totais



Fonte: Elaborado pela autora (2016), com base em Luiz (2014) e no Plano de Ações 2016 do PLS da UFMS (PROINFRA, 2015)

Levando-se em consideração apenas os temas mínimos determinados na IN N°10 (BRASIL, 2012), foram comparadas as ações de ambos os Planos, conforme Gráfico 02.

Gráfico 02: Comparativo do N° de ações por temas mínimos



Fonte: Elaborado pela autora (2016), com base na IN N°10 (BRASIL, 2012), em Luiz (2014) e Plano de Ações 2016 do PLS da UFMS (PROINFRA, 2015)

Assim, constata-se a oportunidade de aumento do número de ações no Plano de Ações do PLS da UFMS, com base no modelo elaborado por Luiz (2014), tendo em vista as seguintes constatações:

1. Papel, cartuchos para impressão e copos descartáveis:

Plano de Ação UFMS: 06 ações identificadas;

Modelo de Luiz (2014): 15 ações identificadas.

2. Energia Elétrica:

Plano de Ações UFMS: 09 ações identificadas;

Modelo de Luiz (2014): 12 ações identificadas.

3. Água e esgoto:

Plano de Ações UFMS: 05 ações identificadas;

Modelo de Luiz (2014): 07 ações identificadas.

4. Coleta seletiva:

Plano de Ações UFMS: 08 ações identificadas;

Modelo de Luiz (2014): 12 ações identificadas.

5. Qualidade de vida no ambiente de trabalho:

Plano de Ações UFMS: 07 ações identificadas;

Modelo de Luiz (2014): 20 ações identificadas.

6. Compras e contratações sustentáveis:

Plano de Ações UFMS: 03 ações identificadas;

Modelo de Luiz (2014): 25 ações identificadas.

7. Deslocamento de pessoal:

Plano de Ações UFMS: 03 ações identificadas

Modelo de Luiz (2014): 05ações identificadas.

Embora a IN Nº10 (BRASIL, 2012) faça previsão de temas mínimos, nada impede que durante o planejamento das ações do PLS sejam criados e adicionados outros temas, que incluam boas e inovadoras práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos.

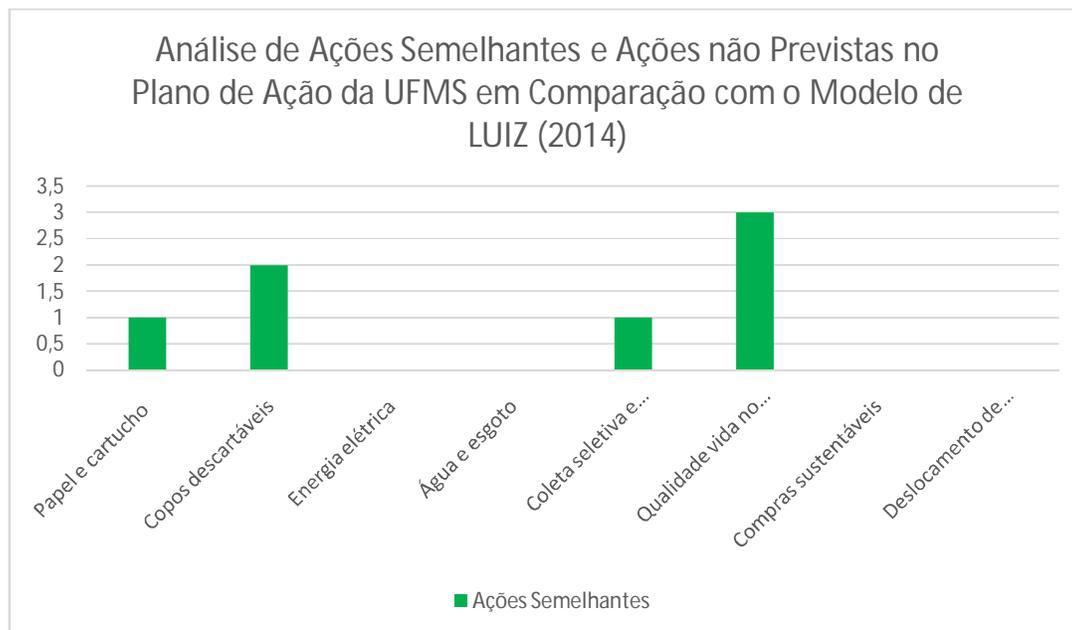
Desse modo, se analisou as ações elaboradas pro - ativamente pela UFMS e por Lilian Campagnin Luiz e que não se relacionam com nenhum dos temas mínimos, os quais foram comparados.

No Plano de Ações da UFMS foram encontradas no total 05 (cinco) ações. Sendo 02 (duas) ações sobre sensibilização e capacitação e 03 (três) ações sobre outras práticas (de acordo com as características da instituição) de sustentabilidade.

Enquanto que no Modelo de Luiz (2014) foram encontradas 18 (dezoito) ações no total. Sendo: 04 (quatro) ações sobre a utilização dos bens, 12 (doze) ações sobre sensibilização e capacitação, 01 (uma) ação de conformidade com a legislação ambiental e 01 (uma) ação sobre auditorias internas com base em critérios de sustentabilidade.

Outra análise realizada considerou as ações semelhantes. Do universo de 125 ações do Modelo de Luiz (2014) e das 41 ações do Plano de Ações 2016 do PLS da UFMS existem ações semelhantes para papel e cartucho, copos descartáveis, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva e resíduos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras sustentáveis e para deslocamento de pessoal.

De todas as ações foram encontradas somente 07 ações semelhantes, conforme demonstra o Gráfico 03:

Gráfico 03: Análise de Ações semelhantes entre os Planos de Ação

Fonte: Elaborado pela autora (2016), com base em Luiz (2014) e Plano de Ações 2016 do PLS da UFMS (PROINFRA, 2015)

As ações semelhantes consistem em:

1. Papel, cartucho e copos descartáveis: 03 ações identificadas. Sendo:

Plano de Ações UFMS: Incentivar a comunicação interna digital; Promover campanha para redução do consumo de copos descartáveis, incentivando o uso de canecas e garrafinhas, e de papel A4, orientando para o reuso e encaminhamento para reciclagem; Adquirir gradativamente copos biodegradáveis em substituição aos copos de plástico.

Modelo de Luiz (2014): Arquivar documentos em meio eletrônico, sempre que possível; Orientar alunos e servidores a utilizarem garrafas pet ou copos de plástico; Substituir os copos descartáveis por copos de vidro.

2. Energia elétrica: nenhuma ação semelhante identificada.

3. Água e esgoto: nenhuma ação semelhante identificada.

4. Coleta seletiva e resíduos: 01 ação semelhante identificada. Sendo:

Plano de Ações UFMS: Analisar diagnósticos dos resíduos gerados na UFMS e proposição de medidas para redução de geração de rejeitos.

Modelo de Luiz (2014): Identificar os resíduos gerados no órgão.

5. Qualidade de vida no ambiente de trabalho: 03 ações identificadas.

Plano de Ações UFMS: Identificar as fontes de riscos potenciais à saúde e a segurança; Avaliar, por meio de equipe multiprofissional em saúde, as situações de risco à saúde no trabalho dos servidores; Desenvolver indicadores de satisfação e bem-estar coletivo da comunidade Universitária.

Modelo de Luiz (2014): Avaliar periodicamente a salubridade dos ambientes; Realizar/solicitar exames periódicos nos servidores; Avaliar sistematicamente a satisfação dos servidores no que concerne aos aspectos organizacionais, ambientais e comportamentais.

6. Compras sustentáveis: nenhuma ação semelhante identificada.

7. Deslocamento de pessoal: nenhuma ação semelhante identificada.

Conclui-se, após esta comparação, a existência de uma oportunidade de melhoria no Plano de Ações da UFMS, em razão da oportunidade do aumento no número de ações, abrangência e conformidade legal.

O próximo subtópico trata de identificar ações que a UFMS já executa, mas que não são contabilizadas nos relatórios do PLS, por não estarem previstas no Plano de Ação.

2.1.6 Identificação de Ações executadas e planejadas pela gestão da UFMS, não localizadas no Plano de Ação

Neste subtópico dá-se cumprimento a um dos objetivos específicos do trabalho, que se refere à identificação de ações que já estejam em execução na gestão, mas que não foram localizadas no Plano de Ações do PLS vigente e por isso não são contabilizadas nos resultados apresentados nos relatórios do PLS.

Para tanto, à procura de tais ações, procedeu-se à consulta no web site da UFMS e aos seguintes documentos: Relatórios de Gestão– RG da UFMS dos anos de 2014 e 2015, Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UFMS para 2015-2019 e Resolução Nº 124, de 09 de outubro de 2014 do Conselho Diretor da UFMS.

Primeiramente, foi realizada a leitura dos Relatórios de Gestão da UFMS dos anos de 2014 e 2015, do PDI 2015-2019 e da Resolução Nº 124 (CONSELHO DIRETOR, 2014) com a finalidade de identificar qualquer atividade executada ou planejada pela gestão, que tivesse relação com a sustentabilidade e que não estava prevista no Plano de Ações do PLS da UFMS.

Assim, após a identificação das atividades, procedeu-se a elaboração de ações relacionadas a essas atividades e que pudessem ser integradas ao Plano de Ações, as quais foram nomeadas como “Ações Propostas pela Pesquisa”.

Com relação à consulta feita no web site da UFMS, pesquisou-se, nos meses de maio e junho de 2016, a palavra-chave “sustentabilidade”, e cujos resultados obtidos foram lidos, e selecionados aqueles que mantinham relação com o conteúdo mínimo ou com os temas mínimos exigidos para a elaboração do PLS.

Da mesma forma, foram sugeridas ações que pudessem ser adicionadas ao Plano de Ações da UFMS. Na sequência, apresenta-se de forma individual, o resultado das consultas, expostos nos Quadros 11, 12, 13, 14 e 15.

RELATÓRIO DE GESTÃO ANO 2014

O Quadro 11 identifica o resultado da pesquisa no Relatório de Gestão da UFMS relativo ao exercício de 2014 e mostra que foram identificadas 02 atividades executadas pela gestão e que se referem a Educação Ambiental e ao Controle, dessa forma, foram propostas 03 (três) ações.

Quadro 11: Ações sustentáveis identificadas no RG UFMS 2014, não localizadas no Plano de Ações

RELATÓRIO DE GESTÃO DA UFMS ANO 2014		
Atividades Identificadas/ Localização	Código Origem	Ações Propostas pela Pesquisa
Aprovar o Regulamento do Curso de Mestrado Profissional em Eficiência Energética e Sustentabilidade, áreas de concentração em Eficiência Energética, Energias Renováveis e Sustentabilidade, da UFMS, parte integrante desta Resolução. (Página 25)	RG 2014/01	- Implantar cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de concentração em Sustentabilidade
Relatório de Auditoria sobre a: Avaliação da aderência aos critérios de sustentabilidade ambiental. Escopo: Projetos de Sustentabilidade. (Página 42)	RG 2014/02 RG 2014/03	- Planejar auditorias internas sobre a Gestão Socioambiental da instituição. - Inserir nas auditorias internas a avaliação de critérios de sustentabilidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2016), com base no Relatório de Gestão da UFMS ano 2014.

Destaca-se que o “Código Origem” serve para identificar a ação no Plano de Ações proposto.

RELATÓRIO DE GESTÃO ANO 2015

O Quadro 12 identifica o resultado da pesquisa no Relatório de Gestão da UFMS relativo ao exercício de 2015, demonstrando que foram identificadas 03 atividades executadas pela gestão, que tratam da frota veicular e da destinação de resíduos, dessa forma, foram propostas 05 (cinco) ações.

Quadro 12: Ações sustentáveis identificadas no RG UFMS 2015, não localizadas no Plano de Ações

RELATÓRIO DE GESTÃO DA UFMS ANO 2015		
Atividades Identificadas/ Localização	Código Origem	Ações Propostas pela Pesquisa
Substituição da frota veicular - No ano de 2015 foram adquiridos 1 Ford Fusion, 1 Fiat Siena, 5 Micro-ônibus, e 5 Fiat Doblô, totalizando 12 novos veículos na frota da UFMS. (Página 241)	RG 2015/01	- Substituir gradativamente a frota veicular, considerando critérios de sustentabilidade.
A adoção de veículos menos poluentes foi realizada ao longo do ano (Página 243)	RG 2015/02	- Adotar veículos menos poluentes.
A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul realiza, através de empresa terceirizada, a separação e a mensuração dos resíduos recicláveis e resíduos comuns em todos os campi de atuação. Posteriormente os resíduos recicláveis são encaminhados para cooperativa formada por pessoas de baixa renda e os resíduos comuns são enviados para disposição final em aterros sanitários municipais (Página 262)	RG 2015/03 RG 2015/04 RG 2015/05	- Determinar que cada unidade proceda à separação de papéis descartados na unidade para reciclagem; - Separar os resíduos recicláveis e comuns por meio de empresa terceirizada; - Destinar os resíduos recicláveis para cooperativa

Fonte: Elaborado pela autora (2016), com base no Relatório de Gestão da UFMS ano 2015.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2015-2019

O Quadro 13 identifica o resultado da pesquisa no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMS de 2015-2019, demonstrando que foram identificadas 02 atividades planejadas pela gestão, e que podem fazer parte do rol de ações do Plano de Ações do PLS.

Dessa forma, foram propostas 02 (duas) ações.

Quadro 13: Ações sustentáveis identificadas no PDI UFMS 2015-2019, não inseridas no Plano de Ações

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL UFMS 2015-2019		
Atividades Identificadas/ Localização	Código Origem	Ações Propostas pela Pesquisa
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Procedimentos Conceber a avaliação de resultados do Sistema de Governança da Sustentabilidade da UFMS (Página 33)	PDI 01	- Avaliar os Planos constantes do Sistema de Governança da Sustentabilidade na UFMS.
O egresso deve ser um profissional eclético, consciente dos princípios éticos, científicos e de Cidadania [...] Deve ser capaz de exercer sua profissão, inserido no contexto social, acompanhar a evolução do conhecimento em sua área, ser comprometido com o desenvolvimento regional e com as questões ligadas à sustentabilidade ambiental e responsabilidade social (Página 71)	PDI 02	- Promover campanhas socioambientais com os alunos dos cursos, com metas a cumprir em contrapartida de benefícios.

Fonte: Elaborado pela autora (2016), com base no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMS 2015-2019.

RESOLUÇÃO Nº 124/2014 DO CONSELHO DIRETOR DA UFMS

O Quadro 14 identifica o resultado da pesquisa na Resolução Nº 124 (CONSELHO DIRETOR, 2014), demonstrando que foram identificadas 05 atividades planejadas e/ou executadas pela gestão, que tratam do monitoramento, avaliação e revisão do PLS, do inventário e substituição de bens móveis e inventário de material de consumo, podendo fazer parte do rol de ações do Plano de Ações do PLS.

Dessa forma, foram propostas 05 (cinco) ações para o Plano de Ações do PLS da UFMS. Conforme Quadro 14:

Quadro 14: Ações sustentáveis identificadas na Resolução Nº124 (CONSELHO DIRETOR, 2014), não localizadas no Plano de Ações

RESOLUÇÃO Nº 124/2014		
Ações Identificadas/ Localização	Código Origem	Ações Propostas Na Pesquisa
O monitoramento, a avaliação e a revisão do PLS serão realizados pela Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Capítulo I Art. 3º)	Res.124/01	- Monitorar, avaliar e revisar o PLS.
A elaboração e a atualização do inventário dos bens permanentes móveis devem ser realizadas observados critérios estabelecidos pela Instrução Normativa Sedap Nº 205 (Capítulo IV Art. 9º)	Res.124/02	- Elaborar e atualizar inventário dos bens móveis.
Os bens permanentes da Instituição devem ser substituídos gradativamente, observados os critérios de sustentabilidade (Capítulo IV Art. 10)	Res.124/03	- Substituir gradativamente os bens permanentes, de acordo com os critérios de sustentabilidade
A atualização do inventário de material de consumo deve ser desenvolvida no contexto de repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos, além do critério de uso eficiente do gasto público e devem contemplar as estratégias, o planejamento, as ações, as metas, os prazos, os indicadores de desempenho, os responsáveis e o monitoramento de seus resultados (Capítulo V Art. 11)	Res.124/04	- Realizar atualização do inventário de material de consumo.
O PLS deve ser avaliado anualmente, sobre as informações das ações, resultados alcançados no período anterior, com a respectiva análise crítica (Capítulo XII Art. 18)	Res.125/05	- Avaliar os resultados alcançados realizando análise crítica.

Fonte: Elaborado pela autora (2016), com base Na Resolução Nº124 (CONSELHO DIRETOR FUFMS, 2014).

Web Site institucional da UFMS

O Quadro 15 identifica o resultado da pesquisa realizada no site da UFMS, nos meses de maio e junho de 2016, por meio da palavra-chave “sustentabilidade” demonstrando que foram identificadas 07 atividades executadas pela gestão, que tratam do uso eficiente da frota, de projetos de pesquisa com foco socioambiental, uso eficiente de recursos de água e esgoto e participação da comunidade

acadêmica na gestão socioambiental da instituição, dessa forma, foram propostas 04 (quatro) ações.

Quadro 15: Ações sustentáveis identificadas no web site www.ufms.br, não inseridas no Plano de Ações

WEB SITE INSTITUCIONAL DA UFMS		
Atividades/ Localização	Código Origem	Ações Propostas pela Pesquisa
Agenda de viagens –agendamento de viagens programadas e encaminhamento de materiais (http://proinfra.sites.ufms.br/rotas-eficientes/)	Web site 01	- Agendar viagens e rotinas de entrega de materiais e documentos com a finalidade de uso eficiente da frota de veículos e contribuição para redução da emissão de gases de efeito estufa.
Programa Rio Apa para todos (https://www.ufms.br/equipe-do-programa-rio-apa-para-todos-participa-de-evento-pelo-meio-ambiente/)	Web site 02	- Incentivar projetos de pesquisa, ensino e extensão com foco em sustentabilidade socioambiental
Projeto de Extensão Proteção Animal UFMS – Campus Campo Grande (https://www.ufms.br/aprovado-projeto-de-extensao-protacao-animal-ufms/)		
Estudo busca harmonizar pecuária e onça-pintada (https://www.ufms.br/estudo-busca-harmonizar-pecuaria-e-onca-pintada/)		
Composição de comissões setoriais de acompanhamento do uso eficiente dos recursos de energia elétrica e de água e esgoto (https://www.ufms.br/ufms-institui-normas-de-boas-praticas-de-gestao-e-uso-de-energia-eletrica-e-de-agua/)	Web site 03	- Compor comissões setoriais de acompanhamento do uso eficiente dos recursos de energia elétrica e de água e esgoto
Participação da comunidade acadêmica para encaminhar sugestões, reclamações ou dúvidas para a PROINFRA (https://www.ufms.br/ufms-institui-normas-de-boas-praticas-de-gestao-e-uso-de-energia-eletrica-e-de-agua/)	Web site 04	- Elaborar banco de dados com sugestões de boas práticas de sustentabilidade, com foco em Gestão Socioambiental, encaminhadas por toda comunidade acadêmica para elaboração dos próximos Planos de Ação do PLS.

Fonte: Elaborado pela autora (2016), com base em consultas efetuadas em junho de 2016, no web site institucional da UFMS.

Portanto, essa análise tornou possível a proposição de 19 (dezenove) ações para a proposta do Plano de Ações do PLS da UFMS, que fazem parte do Anexo III.

2.1.7 Proposta de Plano de Ações do PLS da UFMS

Este TCF possui o objetivo de propor um Plano de Ações para a UFMS, com base: no Modelo de Luiz (2014); nas ações identificadas (a UFMS executa ou planeja, mas que não foram localizadas no Plano de Ações atual); no atual Plano de Ações da UFMS; e na coletânea de ações propostas no concurso “Desafio da Sustentabilidade”.

Para que a execução das ações propostas alcance alto índice de sucesso e realização, sugere-se ainda a criação ou adequação de uma unidade organizacional da UFMS, que cuide exclusivamente da Governança de Sustentabilidade, com vinculação direta à Reitoria, pois as ações propostas envolvem toda a comunidade universitária, em especial as unidades administrativas pertencentes à estrutura organizacional da UFMS. Para assim garantir o cumprimento e acompanhamento das ações por todas as unidades, em todos os níveis.

A proposta apresenta a seguinte estrutura: divisão baseada nos 5 eixos temáticos da A3P, subdivididos por macro áreas, que correspondem aos temas mínimos exigidos na IN Nº 10 (BRASIL, 2012), dos quais fazem parte os objetivos e suas respectivas ações. Além disso, a estrutura apresenta os tópicos mínimos obrigatórios, conforme exemplo da Figura 05:

Figura 05: Estrutura da Proposta do Plano de Ações do PLS da UFMS

PLANO DE AÇÕES – PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA UFMS

Eixo Temático da A3P: Uso Racional de Recursos Naturais e Bens Públicos							
Macro área: Energia Elétrica							
Nº	OBJETIVO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	METAS	RECURSOS

Fonte: Elaborado pela autora (2016) com base em Luiz (2014) e Proinfra (2015).

Desse modo, apresenta-se um total de 134 ações para a composição da proposta do Plano de Ações do PLS da UFMS, presente no Anexo III. De acordo com a base adotada:

1. Ações sugeridas com base no atual Plano de Ações do PLS da UFMS: cada ação foi analisada, foram selecionadas as ações que possuíam semelhança com o Modelo de Luiz (2014), as ações que podem ser implementadas todos os anos, excluiu-se as ações que já foram implementadas (avaliação segundo a experiência funcional da pesquisadora), algumas ações foram alteradas de forma que em seu início fossem utilizados verbos, ou seja, com ações. Conforme Quadro 16.
2. Ações sugeridas com base no Modelo de Luiz (2014): cada ação foi analisada, foram excluídas as ações que apresentaram semelhança com o PLS da UFMS, foram selecionadas ações que possuem objetivos diferentes dos objetivos do PLS da UFMS, foram selecionadas ações que não foram abordadas no Desafio da Sustentabilidade e ainda foram selecionadas ações que a pesquisadora considerou viáveis de implementação na UFMS, considerando suas características, tendo em conta o conhecimento da pesquisadora no PLS da instituição e na sua experiência profissional como servidora da mesma. Conforme Quadro 17.
3. Ações sugeridas com base nas ações que a UFMS executa, mas que não foram localizadas no Plano de Ações atual: foi realizada a leitura dos Relatórios de Gestão da UFMS dos anos de 2014 e 2015, do PDI 2015-2019 e da Resolução Nº 124 (CONSELHO DIRETOR, 2014) e pesquisa no web site da UFMS, com a finalidade de identificar qualquer atividade executada ou planejada pela gestão, que tivesse relação com a sustentabilidade e que não estava prevista no Plano de Ações do PLS da UFMS. Assim, após a identificação das atividades, procedeu-se a elaboração de ações relacionadas a essas atividades e que pudessem ser integradas ao Plano de Ações, as quais foram nomeadas como “Ações Propostas pela Pesquisa”, expostas nos Quadros 11, 12, 13, 14 e 15
4. Ações sugeridas com base na Coletânea de ações propostas no concurso “Desafio da Sustentabilidade”: foram excluídas as ações já contempladas nos itens 1, 2 e 3 explicados anteriormente e selecionadas ações viáveis de implementação na UFMS. Conforme Quadro 18.

Quadro 16: Ações sugeridas com base no atual Plano de Ações do PLS da UFMS

Código Origem	TEXTO DA AÇÃO PROPOSTA	TEXTO ORIGINAL
PA UFMS 01	Reformular o sistema elétrico para permitir operação e controle do uso mais eficiente	Projetar a reformulação do sistema elétrico para permitir operação e controle do uso mais eficiente
PA UFMS 02	Desenvolver campanhas junto à comunidade universitária para redução do consumo de energia.	Sem alterações
PA UFMS 03	Revisar os contratos de energia elétrica.	Sem alterações
PA UFMS 04	Mapear o uso da energia através de medidores	Sem alterações
PA UFMS 05	Adquirir gradativamente copos biodegradáveis em substituição aos copos de plástico	Sem alterações
PA UFMS 06	Incentivar a comunicação interna digital	Sem alterações
PA UFMS 07	Projetar o mapeamento da rede de esgoto, bem como das caixas de gorduras, caixas de inspeção, poços de visita e tubulação geral	Sem alterações
PA UFMS 08	Revisar a rede de abastecimento de água na UFMS com base no mapeamento realizado	Projetar o mapeamento da rede de abastecimento de água na UFMS
PA UFMS 09	Criar sistema de compostagem de resíduos orgânicos, para destinação do resultado das podas efetuadas	Executar compostagem de resíduos orgânicos proveniente de podas, para produção de adubo
PA UFMS 10	Promover campanhas de conscientização para a redução de desperdício de água, orientando o uso de maneira consciente	Sem alterações
PA UFMS 11	Realizar anualmente inventário das emissões de gases de efeito estufa produzidas pelo deslocamento de pessoal e material	Projetar o inventário das emissões de gases de efeito estufa produzidas pelo deslocamento de pessoal e material
PA UFMS 12	Instituir campanhas incentivando o uso de transporte coletivo e veículos não-motorizados nos Campi	Sem alterações
PA UFMS 13	Realizar diagnósticos dos resíduos gerados na UFMS e propor medidas para redução de geração de rejeitos	Analisar diagnósticos dos resíduos gerados na UFMS e proposição de medidas para redução de geração de rejeitos
PA UFMS 14	Incluir dados na plataforma visual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade universitária	Sem alterações

Continua...

Continuação...

Código Origem	TEXTO DA AÇÃO PROPOSTA	TEXTO ORIGINAL
PA UFMS 15	Promover campanha para redução do consumo de copos descartáveis, incentivando o uso de canecas e garrafinhas, e de papel A4, orientando para o reuso e encaminhamento para reciclagem	Sem alterações
PA UFMS 16	Incluir cláusula de exigência em processo licitatório, para que a empresa vencedora adote logística reversa, quanto aos cuidados para descarte dos bens inservíveis	Sem alterações
PA UFMS 17	Mapear as fontes de riscos potenciais à saúde e a segurança no ambiente de trabalho	Identificar as fontes de riscos potenciais à saúde e a segurança
PA UFMS 18	Estimular e ampliar a cultura de capacitação e aprimoramento dos servidores para o cumprimento adequado de suas atribuições	Sem alterações
PA UFMS 19	Analisar o resultado dos indicadores de satisfação e bem-estar coletivo da comunidade Universitária	Desenvolver indicadores de satisfação e bem-estar coletivo da comunidade Universitária
PA UFMS 20	Adquirir gradativamente aparelhos purificadores de água por osmose reversa, para possibilitar a economia de água e energia elétrica no processo de purificação para uso laboratorial	Sem alterações
PA UFMS 21	Efetuar gradativamente a troca de aparelhos antigos por aparelhos de ar condicionado com selo PROCEL e classificação A (ou a mais eficiente da categoria)	Propor aquisições de aparelhos de ar condicionado com selo PROCEL e classificação A (ou a mais eficiente da categoria)
PA UFMS 22	Inserir cláusulas no contrato de aquisição de materiais e equipamentos para o atendimento no mínimo aos critérios de segurança e saúde no trabalho	Sem alterações
PA UFMS 23	Revisar os itens dos principais pregões, adequando-os, quando possível, aos critérios ambientais	Manter a revisão dos itens dos principais pregões, adequando-os, quando possível, aos critérios ambientais
PA UFMS 24	Elaborar cronograma de limpeza do Lago do Amor	Manter a limpeza do Lago do Amor

Fonte: Elaborado pela autora (2016) com base no Plano de Ação 2016 da UFMS (PROINFRA, 2016).

Quadro 17: Ações sugeridas com base no Modelo de Luiz (2014):

Código Origem	AÇÃO PROPOSTA	TEXTO ORIGINAL
PA LUIZ 01	Aplicar películas nos vidros para reduzir a entrada de calor	Sem alterações
PA LUIZ 02	Instalar sensores de presença em locais onde há trânsito de pessoas	Sem alterações
PA LUIZ 03	Conscientizar sobre fechar portas e janelas quando o ar condicionado estiver ligado	Fechar portas e janelas quando o ar condicionado estiver ligado
PA LUIZ 04	Configurar impressoras para o modo “economia de energia”	Sem alterações
PA LUIZ 05	Desativar alguns elevadores nos horários de menor movimento	Desativar alguns elevadores nos horários de menor movimento
PA LUIZ 06	Conscientizar sobre a impressão, sempre que possível, frente e verso.	Imprimir documentos em frente e verso
PA LUIZ 07	Definir local para impressão de documentos particulares (servidores, terceirizados, etc.), com a implementação de cobrança para tais impressões	Definir local para impressão de documentos particulares (servidores, terceirizados, etc.)
PA LUIZ 08	Instalar nos computadores fonte capaz de economizar tonner	Sem alterações
PA LUIZ 09	Reaproveitar papéis impressos apenas de um lado para confecção de blocos de rascunho	Sem alterações
PA LUIZ 10	Instalar reservatórios para captar água da chuva para uso na limpeza predial	Sem alterações
PA LUIZ 11	Instalar mictórios com tecnologia a seco	Adquirir mictórios com tecnologia a seco
PA LUIZ 12	Instalar sistema de medição individualizado de consumo de água	Dar preferência a sistema de medição individualizado de consumo de água
PA LUIZ 13	Preferir a realização de reuniões por videoconferência	Sem alterações
PA LUIZ 14	Monitorar sistema de controle de combustível dos veículos oficiais	Instalar sistema eletrônico para controle de combustível nos veículos oficiais
PA LUIZ 15	Substituir, no que for possível, o carro por motocicleta na entrega de documentos ou pequenos objetos locais	Substituir o carro por motocicleta na entrega de pequenos objetos locais
PA LUIZ 16	Racionar a lavagem de carros oficiais e dar preferência a lavagens ecológicas	Racionar a lavagem de carros oficiais e dar preferência a lavagens ecológicas
PA LUIZ 17	Realizar vistoria nos imóveis com a finalidade de detecção de manutenção ou reparos	Nos imóveis, realizar manutenção predial preventiva periodicamente
PA LUIZ 18	Disponibilizar, dentro dos padrões legais, os bens inservíveis/ inutilizados	Sem alterações

Continua...

Continuação...

Código Origem	AÇÃO PROPOSTA	TEXTO ORIGINAL
PA LUIZ 19	Identificar os resíduos gerados na UFMS	Identificar os resíduos gerados no órgão
PA LUIZ 20	Formar a Comissão de Coleta Seletiva	Formar a Comissão de Coleta Seletiva no órgão, composta por pelo menos um servidor de cada setor, responsável por planejar, implementar, monitorar e contatar com associações e cooperativas coletoras de resíduos recicláveis.
PA LUIZ 21	Definir um Programa de coleta seletiva	Definir e operacionalizar a coleta seletiva
PA LUIZ 22	Usar coletores específicos para descarte de resíduos gerados	Adquirir coletores específicos para descarte de resíduos gerados
PA LUIZ 23	Orientar a destinação de materiais e equipamentos que serão descartados e que possuem resíduos perigosos em sua composição e os destinados aos aterros sanitários	Orientar a destinação de materiais e equipamentos que serão descartados e que possuem resíduos perigosos em sua composição (logística reversa)
PA LUIZ 24	Orientar alunos, servidores, contratados, ou seja, toda a comunidade acadêmica sobre a disposição adequada dos resíduos gerados periodicamente	Sem alterações
PA LUIZ 25	Realizar análise ergométrica dos móveis e equipamentos, substituindo o que for necessário	Sem alterações
PA LUIZ 26	Adaptar as instalações para facilitar o acesso de pessoas com necessidades especiais	Sem alterações
PA LUIZ 27	Organizar ginástica laboral ou outras atividades físicas	Sem alterações
PA LUIZ 28	Promover Campanhas de vacinação	Sem alterações
PA LUIZ 29	Promover a Semana da Saúde, com palestras sobre bons hábitos, alimentação saudável, prática de exercícios e outras ações saudáveis	Sem alterações
PA LUIZ 30	Promover eventos para integrar os servidores	Sem alterações
PA LUIZ 31	Nomear Comissão Interna para Prevenção de Acidentes – CIPA	Sem alterações
PA LUIZ 32	Sensibilizar a alta administração sobre a importância da Gestão Socioambiental	Sensibilizar os gestores sobre a importância da Gestão Socioambiental
PA LUIZ 33	Sensibilizar e capacitar toda a comunidade acadêmica sobre o uso racional de recursos naturais, bens públicos e hábitos sustentáveis	Sensibilizar e capacitar discentes, servidores, estagiários e contratados sobre o uso racional de recursos naturais, bens públicos e novos hábitos sustentáveis
PA LUIZ 34	Sensibilizar e capacitar toda a comunidade acadêmica sobre a gestão e o descarte dos resíduos gerados	Sensibilizar e capacitar discentes, servidores, estagiários e contratados sobre a gestão e o descarte dos resíduos gerados

Continua...

Continuação...

Código Origem	AÇÃO PROPOSTA	TEXTO ORIGINAL
PA LUIZ 35	Orientar docentes a incluírem a temática socioambiental nas ementas das disciplinas	Sem alterações
PA LUIZ 36	Promover debates sobre a problemática socioambiental de modo a conhecer as demandas locais e regionais, para atualização do Plano de Ações do PLS	Estimular o debate sobre a problemática socioambiental na sala de aula, de modo a conhecer as demandas locais e regionais
PA LUIZ 37	Promover a Semana do Meio Ambiente	Promover a Semana do Meio Ambiente, com ações integradas e atividades que envolvem escolas e comunidades (palestras, gincanas, feiras de ciências, oficinas)
PA LUIZ 38	Produzir informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem sucedidas e progressos alcançados pela instituição	Sem alterações
PA LUIZ 39	Divulgar informações com a temática socioambiental no site institucional	Sem alterações
PA LUIZ 40	Na aquisição de eletrodomésticos, exigir que este contenha o selo ruído	Sem alterações
PA LUIZ 41	Estudar a viabilidade de aquisição de secadores de mãos nos banheiros	Sem alterações
PA LUIZ 42	Na aquisição de móveis de madeira, solicitar comprovante da origem da madeira	Sem alterações
PA LUIZ 43	Na aquisição de materiais, dar preferência àqueles compostos por materiais reciclados, biodegradáveis e com menor quantidade de produtos perigosos	Sem alterações
PA LUIZ 44	Utilizar isolante térmico no telhado ou forro das novas construções, para reduzir o calor no ambiente	Utilizar isolante térmico no telhado ou forro das novas construções, para reduzir o calor no ambiente
PA LUIZ 45	Pintar o ambiente interno com tinta a base de água e em cores claras para reduzir a necessidade de iluminação artificial	Pintar o ambiente interno com tinta a base de água e em cores claras para reduzir a necessidade de iluminação artificial
PA LUIZ 46	Desenvolver técnicas para captar, armazenar e aproveitar água da chuva	Desenvolver técnicas para captar, armazenar e aproveitar água da chuva
PA LUIZ 47	Nas reformas utilizar cimento fabricado a partir da escoria (dejetos da mineração e da construção civil)	Na construção utilizar cimento fabricado a partir da escoria (dejetos da mineração e da construção civil)
PA LUIZ 48	No calçamento utilizar concreto poroso que absorve a água da chuva	Sem alterações

Continua...

Continuação...

Código Origem	AÇÃO PROPOSTA	TEXTO ORIGINAL
PA LUIZ 49	Incluir em edital e posteriormente em contrato, que a empresa contratada comprove o descarte adequado dos resíduos gerados na construção civil, conforme Resolução CONAMA Nº 307	Sem alterações
PA LUIZ 50	Incluir no edital que a empresa contratada utilize produtos de limpeza e conservação que atenda às especificações da ANVISA	Requisitar no edital que a empresa contratada utilize produtos de limpeza e conservação que atenda às especificações da ANVISA
PA LUIZ 51	Incluir no edital exigência de adoção de medidas de redução do consumo de água e energia na execução dos serviços de limpeza e conservação	Sem alterações
PA LUIZ 52	Incluir nos contratos de prestação de serviços cláusula requerendo que a empresa forneça equipamentos de segurança aos seus funcionários	Quando necessário, requerer que a empresa forneça equipamentos de segurança aos seus funcionários
PA LUIZ 53	Estabelecer no edital que a empresa contratada realize programas de treinamento sobre práticas sustentáveis aos funcionários	Sem alterações
PA LUIZ 54	Revisar os contratos de limpeza e conservação	Revisar os contratos de limpeza para avaliar o real dimensionamento da área do objeto do serviço contratado
PA LUIZ 55	Revisar os contratos de telefonia fixa e móvel visando adequação do plano à real necessidade da instituição	Revisar as normas contratuais de telefonia fixa e móvel visando adequação do plano à real necessidade da instituição
PA LUIZ 56	Revisar os contratos de vigilância, visando o real dimensionamento da necessidade	Revisar os contratos de vigilância, visando o real dimensionamento dos postos de trabalho e a necessidade de guarda armada.
PA LUIZ 57	Adotar segurança eletrônica nos pontos de acesso dos edifícios, visando auxiliar nos serviços de vigilância.	Adotar segurança eletrônica nos pontos de acesso dos edifícios, visando auxiliar nos serviços de vigilância.

Fonte: Elaborado pela autora (2016) com base no Modelo de Luiz (2014).

Quadro 18: Ações sugeridas com base na Coletânea de ações propostas no concurso “Desafio da Sustentabilidade”:

Código Origem	AÇÃO PROPOSTA	TEXTO ORIGINAL
Coletânea 01	Implantar sistema de aquecimento solar	Sistema solar de aquecimento solar
Coletânea 02	Implantar painéis fotovoltaicos ligados à rede elétrica para a micro geração de energia	Micro geração e Mini geração de energia através da implantação de painéis fotovoltaicos ligados à rede elétrica
Coletânea 03	Capacitar servidores para compras sustentáveis de produtos que consomem menos energia elétrica, conforme selo Procel	Capacitação dos Servidores para compras públicas sustentáveis de produtos que consomem menos energia elétrica conforme Selo Procel
Coletânea 04	Criação de um Desafio da Sustentabilidade com critérios estabelecidos	Criação de um Desafio de Sustentabilidade com critérios estabelecidos
Coletânea 05	Criar um programa interno de gestão de energia	Criação de um Programa Interno de Gestão de Energia
Coletânea 06	Estabelecer padrões que norteiem a utilização da iluminação	Sem alterações
Coletânea 07	Sugerir o seguimento de normas que prevêm a eficiência energética dos edifícios e equipamentos, a exemplo do PROCEL e normas de qualidade ambiental, como referência AQUA. Outras normas também podem ser utilizadas, como a ISO 14001 e ISO 50000	Seguir como referência para implantação nas Instituições Federais de ensino as normas que prevêm a eficiência energética dos edifícios e equipamentos, a exemplo do PROCEL e normas de qualidade ambiental, como referência AQUA. Outras normas também podem ser utilizadas, como a ISO 14001 e ISO 50000.
Coletânea 08	Treinar servidores em eficiência energética	Treinamento dos servidores em eficiência energética
Coletânea 09	Executar o Plantio Planejado para melhorar o conforto térmico	Aplicação do Plantio Planejado para melhorar o conforto térmico
Coletânea 10	Criar espaços de estudo ao ar livre	Estimular a criação de espaços de estudo ao ar livre
Coletânea 11	Instalar bancos de capacitores para correção de fator de potência	Instalação de bancos de capacitores para correção de fator de potência
Coletânea 12	Instalar quadro medidor geral o mais próximo do centro de carga da instalação elétrica	Instalação do quadro medidor geral o mais próximo do centro de carga da instalação elétrica.
Coletânea 13	Nas novas construções dar preferência às telhas termo acústicas	Preferência à utilização de telhas termo acústica.
Coletânea 14	Adaptar ambientes para o uso da iluminação natural,	Ampliar o uso da iluminação natural, através da construção de

Continua...

	através da construção de clarabóias, iluminação zenital e prateleiras de luz	claraboias, iluminação zenital e prateleiras de luz Continuação...
Código Origem	AÇÃO PROPOSTA	TEXTO ORIGINAL
Coletânea 15	Substituir progressivamente os equipamentos ineficientes por sistemas mais eficientes avaliadas pelo INMETRO	Substituição progressiva dos equipamentos ineficientes por sistemas mais eficientes avaliadas pelo INMETRO.
Coletânea 16	Implantar iluminação externa através de postes de luz, alimentados por energia solar de forma individual	Sem alterações
Coletânea 17	Efetuar manutenção preventiva constante dos equipamentos e instalações	Criar ou manter uma equipe de manutenção que atenda rapidamente aos chamados para consertos e realize manutenção preventiva constante dos equipamentos. Para isso, as IFEs devem sinalizar suas dependências com adesivos contendo telefone e e-mail da equipe de manutenção.
Coletânea 18	Incluir programas na rádio universitária sobre conscientização de economia de energia elétrica e água com informação, dicas e entrevistas com especialistas sobre o assunto	Programas na rádio universitária sobre conscientização de economia de energia elétrica com informação, dicas e entrevistas com especialistas sobre o assunto.
Coletânea 19	Instalar centrais de água purificada a fim de melhor atender às demandas dos laboratórios da Instituição	Instalação de centrais de água purificada a fim de melhor atender às demandas dos laboratórios da Instituição.
Coletânea 20	Regular as bóias das caixas de descarga para que encham menos	Sem alterações
Coletânea 21	Capacitar a equipe de projetistas das universidades nos requisitos que atendem a sustentabilidade ambiental para a preparação de projetos de economia de água dos novos prédios	Sem alterações
Coletânea 22	Sinalizar áreas comuns das IFEs com informativos sobre como reduzir o consumo de água com medidas individuais em que alunos e funcionários possam colaborar	Sem alterações
Coletânea 23	Fazer campanha de conscientização permanente, do consumo de água, com a utilização de adesivos com mensagens sobre atitudes de redução do consumo em banheiros, cozinhas e demais locais	Fazer campanha de conscientização permanente, utilizando cartilhas sobre a importância da redução do consumo de água, juntamente com a fixação de adesivos com mensagens sobre atitudes de redução do consumo em banheiros, cozinhas e demais locais.
Coletânea 24	Oferecer ações de capacitação que contemplem o tema de economia de água e sustentabilidade em geral, para os Técnicos Administrativos em Educação e Docentes	Sem alterações

Continuação...

Coletânea 25	Criar rotinas acerca da periodicidade de irrigação de jardins de forma a estipular períodos padronizados para esta atividade em cada época do ano de acordo com o local da Instituição	Criar rotinas acerca da periodicidade de irrigação de jardins de forma a estipular períodos padronizados para esta atividade em cada época do ano de acordo com o local da Instituição. A economia seria grande.
Coletânea 26	Inserir nos Programas de Desenvolvimento Institucional (PDI) ações e medidas exequíveis em relação ao uso da Água para os próximos 5 anos	Inserir nos Programas de Desenvolvimento Institucio Continua... (PDI) ações e medidas exequíveis em relação ao uso da Água para os próximos 10 anos.
Coletânea 27	Realizar levantamento e monitorar periodicamente a situação das instalações hidráulicas para propor um sistema de medição individualizado de consumo de água por edificação	Realizar levantamento e monitorar periodicamente a situação das instalações hidráulicas para propor um sistema de medição individualizado de consumo de água por edificação e dar preferência ao sistema de reuso de água e de tratamento dos efluentes.
Coletânea 28	Sinalizar as dependências com adesivos contendo telefone e e-mail da equipe de manutenção	Criar ou manter uma equipe de manutenção que atenda rapidamente aos chamados para consertos e realize manutenção preventiva constante dos equipamentos. Para isso, as IFEs devem sinalizar suas dependências com adesivos contendo telefone e e-mail da equipe de manutenção.
Coletânea 29	Treinar o pessoal da Limpeza para a economia de água. Capacitação de gestores e responsáveis pela fiscalização e correção de problemas com o desperdício	Sem alterações
Coletânea 30	Utilizar capas para cobertura das piscinas da Instituição, reduzindo as taxas de evaporação da água em até 90%	Utilização de capas para cobertura das piscinas dos <i>campi</i> das Instituições Federais de Ensino.
Coletânea 31	Fazer testes nos relógios de água para verificar se não há vazamentos.	Sem alterações
Coletânea 32	Instalar um restritor de vazão de água nas torneiras	Instalar um restritor de vazão de água nas torneiras das instituições, a fim de reduzir o consumo de água.
Coletânea 33	Substituir gaxetas por selo mecânico	Substituição de gaxetas por selo mecânico
Coletânea 34	Instalar bacias sanitárias com duplo fluxo proporcionando economia de água superior a 60%	Instalar bacias sanitárias com duplo fluxo proporcionando economia de água superior a 60%.

Fonte: Elaborado pela autora (2016) com base na Coletânea do Desafio da Sustentabilidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015).

2.2 Benefícios a Serem Gerados pela proposta de Plano de Ações

Neste tópico é realizada a descrição dos benefícios que podem ser gerados com a proposta do Plano de Ações do PLS da UFMS.

A proposta apresentada do Plano de Ações poderá promover maior efetividade da racionalização de recursos, por apresentar um Plano de Ações mais abrangente, com um número maior de ações, e com um nível maior de detalhamento.

Ainda promoverá o atendimento pleno à legislação correspondente, pois apresenta ações de compras e contratações sustentáveis em obras, serviços de vigilância, serviços de limpeza, serviços de telefonia e serviços de manutenção predial, que dizem respeito à subdivisão dos temas mínimos obrigatórios e que não foram contemplados no PLS atual da UFMS.

Ainda, o aumento da aderência das atividades exercidas pela UFMS aos critérios de sustentabilidade, pois a proposta apresenta ações que envolvem todas as unidades da UFMS.

Outrossim, um dos benefícios é a influência sobre as atitudes dos integrantes da comunidade acadêmica, especialmente por meio das ações de divulgação, capacitação e conscientização, os quais poderão refletir nos consumos de água, energia elétrica, papel, copos, entre outros, proporcionando mudanças que resultem em uma sociedade sustentável para esta e para outras gerações.

Ademais, acredita-se que a implementação de todas as ações possui a grande possibilidade de aumentar a confiança e a credibilidade da UFMS junto aos seus *stakeholders*, por demonstrar a preocupação da gestão com a realização de boas práticas ambientais. Entende-se portanto, que os resultados deste trabalho serão:

- O fortalecimento da construção de uma imagem positiva da UFMS frente à sociedade, em razão do direcionamento de sua gestão para a preocupação socioambiental;
- A promoção de uma reflexão acerca do tipo de gestão que a UFMS pode exercer;

- Economia de recursos financeiros, devido às práticas sustentáveis, que poderão ser alocados para investimento em sustentabilidade ou em outras áreas deficitárias da instituição;
- O fortalecimento da gestão como um todo, por meio do exercício de uma administração pública voltada para resultados, com foco gerencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como principal objetivo a elaboração de uma proposta de Plano de Ações para o Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFMS.

O Plano de Ações faz parte de um dos dispositivos legais instituídos pelo governo federal para o alcance da sustentabilidade na administração pública: o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS é um dos instrumentos de gestão criado para a promoção do Desenvolvimento Sustentável e da Responsabilidade Socioambiental.

O PLS é uma ferramenta com diretrizes de planejamento, execução, monitoramento e avaliação para o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e de racionalização de recursos, com objetivo de redução dos impactos causados pelas atividades dos órgãos públicos. Todos os órgãos da administração pública federal devem desenvolver e executar seus Planos de Gestão de Logística Sustentável, considerando fatores que direcionem a gestão para os critérios de sustentabilidade. Para nortear o desenvolvimento do PLS, o governo editou a IN Nº10 (BRASIL, 2012),

A IN Nº10 (BRASIL, 2012) estabeleceu algumas regras a serem observadas, dentre elas: os temas mínimos a serem abrangidos; os tópicos para elaborar o plano de ações; como construir os indicadores; e o conteúdo mínimo do PLS.

Neste contexto, especificamente o estudo pretendeu averiguar a conformidade com a legislação, das ações propostas no Plano de Ações do PLS da UFMS; diagnosticar a necessidade ou não de melhoria do Plano de Ações do PLS da UFMS, com base no Modelo de Luiz (2014); detectar ações que a UFMS executa ou planejou, mas que não foram localizadas no Plano de Ações do PLS vigente e

estruturar proposta de melhoria do Plano de Ações do PLS da UFMS para o fortalecimento da Gestão Socioambiental da instituição.

O local da pesquisa foi escolhido por conveniência, por ser a instituição de lotação funcional da pesquisadora, facilitando a realização do trabalho, devido à sua experiência funcional e por conhecer a instituição estudada, suas origens, sua missão e sua estrutura organizacional.

Por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, pode-se constatar a crescente preocupação com assuntos referentes ao meio ambiente, ao Desenvolvimento Sustentável e a Responsabilidade Socioambiental.

Além disso, destaca-se a importância do papel das universidades, segundo Almeida (2015) as universidades são importantes instituições de educação superior (IES) que formam profissionais, pesquisadores e, principalmente, cidadãos críticos. Logo, a questão da sustentabilidade pode ser solucionada por meio do resultado de suas pesquisas inovadoras, de sua formação crítica e da disseminação do conhecimento.

O estudo apresenta-se como uma oportunidade de melhoria, em que se espera que haja o aprimoramento da governança da sustentabilidade no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, incentivando uma gestão com Responsabilidade Socioambiental, por meio da execução de ações sustentáveis mediante o estabelecimento de metas para a geração de resultados econômicos, sociais e ambientais positivos.

No que diz respeito a propostas de estudos futuros, sugere-se um estudo mais aprofundado dos indicadores vinculados às ações do Plano de Ações e dos instrumentos de avaliação dos resultados encontrados, visando à identificação e correção das ações para que efetivamente possa ocorrer a minimização dos possíveis impactos ocasionados pelas atividades exercidas na UFMS, além do fortalecimento de sua imagem perante seus *stakeholders*, através de um Relatório Socioambiental que demonstre uma gestão com Responsabilidade Socioambiental.

Pode-se concluir que além do fortalecimento da execução de uma Gestão voltada para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da execução das ações propostas no Plano de Ações, o exercício das boas práticas sustentáveis poderá conscientizar e assim transformar o estilo de vida de toda a comunidade acadêmica (docentes, discentes, técnico-administrativos, terceirizados, entre outros)

proporcionando, além de mudanças individuais de comportamento, mudanças coletivas que tornem o Desenvolvimento Sustentável realmente possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. **O papel das instituições de ensino superior na gestão voltada para a sustentabilidade**: uma análise da Universidade Federal do Tocantins a partir do Plano de Gestão de Logística Sustentável. 2015. 143f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas. 2015.

ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; DE CARVALHO, A. B. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

ASHLEY, P. A (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004

BARBIERI, J. C. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, v. 50, Nº 2, p.146-154, abr./jun. 2010.

BARBIERI, J. C. Organizações inovadoras sustentáveis. In: BARBIERI, J. C.; SIMANTOB, M. **Organizações inovadoras sustentáveis**: uma reflexão sobre o futuro das organizações. São Paulo: Atlas, 2007.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Visões**, 4 ed., v. 1, Nº 4, jan/jun 2008. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2016.

BERNARDI, R. S. **Políticas públicas, ensino superior e a cultura da sustentabilidade**: uma análise a partir do estudo de caso dos *campi* da UNIOESTE. 2011. 158f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional PUCPR/UNIOESTE) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba. 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa. **A contribuição parlamentar para a política florestal no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL, **Decreto Nº 7.746, de 05 de junho de 2012**. Regulamenta o art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Disponível

em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm. Acesso em: 19 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012**. Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>.> Acesso em: 06 abr. 2016.

BRASIL, Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, **Instrução Normativa Nº 10, de 12 de novembro de 2012**. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto Nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em:http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/141112_IN10.pdf. Acesso em: 18 out. 2015.

BRASIL, **Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em 22 set. 2015.

BIEDRZYCKI, J. A. **Responsabilidade social** – um instrumento de articulação entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. 2005, Monografia (Curso de Pós-Graduação em Responsabilidade Social e Gestão Ambiental – MBA – especialização) Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2005.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. **Meio ambiente no século**, v. 21, Nº 21, p. 18-33, 2003.

CARNEVALE, C.; MAZZUCA, M. Sustainability report and bank valuation: evidence from European stock markets. **Business Ethics: A European Review**, v. 23, Nº 1, p. 69-90, 2014.

CONSELHO DIRETOR FUFMS, **Resolução Nº 124, de 09 de outubro de 2014**. Implementa o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em:https://www.ufms.br/wpcontent/uploads/2015/11/resolucao_n%C2%BA_124_de_9_de_outubro_plano_de_logistica_sustentavel_pls.pdf. Acesso em 02 set. 2015.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. **Nosso futuro comum**. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1991. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>. Acesso em 20 abr. 2016.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>> Acesso em: 12/01/2016.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

DE BHOPAL, Ampliado. O Local e o Global na Estrutura da Política Ambiental Internacional: A Construção Social. **Contexto Internacional**, v. 28, Nº 1, 2006.

DIEHL, A. A; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 168p.

FERREIRA, Jacques de Lima. **Formação de professores: Teoria e prática pedagógica**. Editora Vozes Limitada, 2014.

FREITAS, Rodrigo Serdotte. **A responsabilidade sociambiental na Administração Pública: uma análise do programa de sustentabilidade implementado na agência Canoas (RS) da Caixa Econômica Federal**. 2011. 86f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo (ORG). **Métodos de Pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/PLAGEDER**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 207p.

GÓES, Heloísa Cronemberger de Araújo. **Análise comparativa de instrumentos para avaliação da sustentabilidade em universidades visando uma proposta para o Brasil**. 2015. 189 f. Tese (Doutorado) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE - ANPPAS, I, 2002, Indaiatuba, **Anais ANPPAS**. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/teoria_meio_ambiente/Selen%20Herculano.pdf>. Acesso em 07 mai. 2016.

HIRONAKA, G. M. F. N. **Atividade agrária e proteção ambiental: simbiose possível**. São Paulo: Cultura Paulista, 1997.

DE CONSERVAÇÃO, UNIDADES. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA. Ministério do Meio Ambiente, MMA. Brasília, 2006

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade Social das Empresas – A Contribuição das Universidades**. São Paulo: Petrópolis, 2005.

INSTITUTO ETHOS. **Valores, Transparência e Governança**. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/gestao-socialmente-responsavel/valores-transparencia-e-governanca/#.V2LHfUUrLIU>. Acesso em: 03 jun 2016.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Gestão ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável**. Itajaí/SC: Univali, 2004.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Johannesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas**. Thesaurus Editora, 2007.

LUIZ, Lilian Campagnin. **Plano de gestão de logística sustentável**: Proposta de um modelo para avaliação do desempenho socioambiental da rede federal de educação profissional e tecnológica. 2014. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LLORY, M. et al. A investigação de acidentes industriais: uma entrevista com Michel Llory. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 22, Nº 1, p. 262-269, 2013

Logan, W. (1953). **Mortality In The London Fog Incident, 1952**. The Lancet, 261(6755), pp. 336-338

MACHADO, A. A. O local e o global na estrutura da política ambiental internacional: a construção social do acidente químico ampliado de Bhopal e da Convenção 174 da OIT. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n 1, p. 7-51, jan/jun 2006.

MAIGNAN, Isabelle; FERRELL, Odies Collins; HULT, G. Tomas M. Corporate citizenship: Cultural antecedents and business benefits. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 27, Nº 4, p. 455-469, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0092070399274005>

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 1 v.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Desafio da Sustentabilidade**. Disponível em: <http://desafiodasustentabilidade.mec.gov.br/>. Acesso em 02 de jun de 2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Esplanada Sustentável**. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/projeto-esplanada-sustentavel>. Acesso em 01 de março de 2016.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/pnuma/>. Acesso em 16 mai. 2016.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. C.; MELLO, M. C. A. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008. 229p.

OLIVEIRA, A. L. et al. **Curso de capacitação para o Cadastro Ambiental Rural: histórico e evolução da legislação ambiental brasileira**. Lavras: UFLA, 2014. 22p.

OLIVEIRA, L. D. Os limites do crescimento 40 anos depois: das “profecias do apocalipse ambiental” ao “futuro comum ecologicamente sustentável”. **Revista Continentes (UFRRJ)**, Rio de Janeiro, N^o1, 2012. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART4.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016

PDI UFMS

PESSOA, Maria Naiula Monteiro. **Gestão das universidades federais brasileiras um modelo fundamentado no balanced scorecard**. 2000, 343 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Florianópolis.

PFITSCHER, Elisete Dahmer *et al.* **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental**: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico. 2004. 252 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PROINFRA. **Plano de gestão de logística sustentável**. Disponível em: <http://proinfra.sites.ufms.br/pls/>. Acesso em 22 ago. 2015.

ROORDA, Niko. **Sailing on the winds of change**: The Odyssey to sustainability of the universities of applied sciences in the Netherlands. 2010. Tese de Doutorado. Maastricht university. Disponível em: <<https://www.box.net/shared/nz75typdk5>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

Sachs, I. As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. In: _____. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993. P. 29-56.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 95p.

STEURER, R., et al. Corporations, stakeholders and sustainable development I: a theoretical exploration of business-society relations. **Journal of Business Ethics**, v. 3, N^o 61, p. 263-281, 2005 TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B.; CARVALHO, A. B. **Gestão Ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. 232 p.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B.; CARVALHO, A. B. **Gestão Ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. 232 p.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TANAKA, O. Y.; MELO, C. **Avaliação de programas de saúde do adolescente – um modo de fazer capítulo IV**. São Paulo: Edusp, 2001.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v.13, Nº 3, p.503-515, set./dez. 2006.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão social**: metodologia e casos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TIAN, Z.; WANG, R.; YANG, W. Consumer responses to corporate social responsibility (CSR) in China. **Journal of Business Ethics**, v. 101, Nº 2, p. 197-212, 2011.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 309 p.

UNITED NATIONS. **Kyoto Protocol**. Disponível em: http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php. Acesso em 24 mai. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <http://novopdi.ufms.br/>. Acesso em: 30 mai. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Organograma**. Disponível em: <https://www.ufms.br/universidade/organograma/>. Acesso em 20 dez. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatórios de Gestão**. Disponível em: <https://www.ufms.br/universidade/documentos-oficiais-e-relatorios/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 01 juNº2016.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

WIDEMAN, R Max apud CLELAND, David I. **Field Guide to Project Management**, Second Edition. John Wiley & Sons, 2004.

XAVIER, Allan Moreira *et al.* Marcos da história da radioatividade e tendências atuais. **Química Nova**, v. 30, Nº 1, p. 83, 2007.

ANEXOS

Anexo I – Plano de Ações a Serem Executadas no PLS dos Institutos Federais

1º EIXO TEMÁTICO DA A3P: USO RACIONAL DE RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICO						
TEMÁTICA: MATERIAL DE CONSUMO - PAPEL E CARTUCHOS PARA IMPRESSÃO						
OBJETIVO: REDUZIR O CONSUMO DE PAPEL E TONNER						
Identificador	Ações a Serem Implementadas	Envolvidos	Responsável	Metas a serem Alcançadas	Cronograma Implementação	Previsão Recursos (financ., humanos...)
URP1	Disponibilizar impressoras para uso compartilhado entre diversos servidores	Setor de TI				
URP2	Imprimir documentos em frente e verso	Todos os servidores				
URP3	Arquivar documentos em meio eletrônico, sempre que possível	Todos os servidores				
URP4	Definir local para impressão de cópias particulares (alunos e técnicos)	Direção Geral e Adm.				
URP5	Implementar sistemas de cobrança para cópias particulares	Direção Geral e Adm.				
URP6	Centralizar impressões coloridas em apenas um local do órgão	Setor de TI				
URP7	Programar as impressoras para impressão em qualidade rascunho	Todos os servidores				
URP8	Instalar nos computadores fonte capaz de economizar <i>tonner</i>	Setor de TI				
URP9	Priorizar a comunicação por meio eletrônico para economizar recursos e agilizar processos	Todos os servidores				
URP10	Reaproveitar papéis impressos apenas de um lado para confeccionar blocos de rascunho	Todos os servidores				
URP11	Revisar os documentos antes de imprimir	Todos os servidores				
TEMÁTICA: ENERGIA ELÉTRICA						
OBJETIVO: QUALIFICAR AS INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES PARA REDUZIR O CONSUMO						
URE1	Utilizar lâmpadas fluorescentes e estudar a possibilidade de substituir calhas embutidas por calhas invertidas	Direção Administrativa				
URE2	Adquirir apenas computadores com tela LCD	Setor de Compras e TI				
URE3	Adquirir equipamentos eletrônicos eficientes e econômicos	Setor de Compras				
URE4	Instalar isolamento térmico para reduzir o calor	Direção Administrativa				
URE5	Utilizar o ar condicionado apenas quando necessário	Todos os servidores				
URE6	Aplicar películas nos vidros para reduzir a entrada de calor	Direção Administrativa				
URE7	Instalar sensores de presença em locais onde há trânsito de pessoas	Direção Administrativa				
URE8	Instalar painéis fotovoltaicos para converter a energia solar em energia elétrica	Direção Administrativa				
URE9	Desligar luzes, monitores e ar condicionado ao ausentar-se do ambiente	Todos os servidores				
URE10	Fechar portas e janelas quando ligar o ar condicionado	Todos os servidores				
URE11	Configurar as impressoras instaladas para o modo "economia de energia"	Setor de TI				
URE12	Desligar alguns elevadores nos horários de menor movimento	Direção Administrativa				

TEMÁTICA: ÁGUA E ESGOTO						
OBJETIVO: QUALIFICAR AS INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES PARA REDUZIR O CONSUMO. TRATAR OS EFLUENTES GERADOS						
URA1	Instalar reservatórios para captar água da chuva	Direção Administrativa				
URA2	Utilizar torneiras com fechamento automático e redutor de vazão	Direção Administrativa				
URA3	Utilizar válvulas de descarga com duas opções de acionamento	Direção Administrativa				
URA4	Adquirir mictórios com tecnologia a seco	Direção Administrativa				
URA5	Dar preferência a sistema de medição individualizado de consumo de água	Setor de Engenharia				
URA6	Dar preferência ao reuso de água e tratamento de efluentes	Setor de Engenharia				
URA7	Racionar a lavação dos veículos oficiais e dar preferência a lavagens ecológicas	Controle de veículos				
TEMÁTICA: MATERIAL DE CONSUMO - COPOS DESCARTÁVEIS						
OBJETIVO: REDUZIR O CONSUMO						
URC1	Substituir os copos descartáveis por copos de vidro	Direção Administrativa				
URC2	Orientar alunos e servidores a utilizarem garrafas pet ou copos de plástico	Direção Acadêmica e Professores				
URC3	Nas áreas comuns onde há bebedouros, instalar suporte "poupa copos"	Direção Administrativa				
URC4	Nas aquisições, adquirir copos produzidos com materiais que propiciem a reutilização ou reciclagem	Direção Administrativa				
TEMÁTICA: DESLOCAMENTO DE PESSOAL						
OBJETIVO: PROMOVER A RACIONALIZAÇÃO NO USO DO TRANSPORTE PARA REDUZIR O CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS E EMISSÃO DE POLUENTES						
URD1	Planejar e organizar o deslocamento de servidores para reduzir/otimizar viagens	Controle de veículos				
URD2	Preferir a realização de reuniões por vídeo conferência	Direção e Setor de TI				
URD3	Adquirir veículos flex e econômicos	Direção Administrativa				
URD4	Instalar sistema eletrônico para controle de combustível nos veículos oficiais	Direção Administrativa				
URD5	Substituir o carro por motocicleta na entrega de documentos ou pequenos objetos locais	Serviços Gerais				
TEMÁTICA: UTILIZAÇÃO DOS BENS						
OBJETIVO: UTILIZAR ADEQUADAMENTE OS BENS, REALIZAR MANUTENÇÃO DOS MESMOS E ORGANIZAR O DESFAZIMENTO DE BENS INUTILIZADOS						
URB1	Atualização do Inventário	Patrimônio				
URB2	Utilizar adequadamente os equipamentos e realizar manutenção periódica, visando prorrogar seu tempo de uso.	Patrimônio				
URB3	Nos imóveis, realizar manutenção predial preventiva periodicamente	Setor de Engenharia				
URB4	Disponibilizar, dentro dos padrões legais, os bens inutilizados	Patrimônio				

2º EIXO TEMÁTICO DA A3P: GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS GERADOS						
OBJETIVO: REDUZIR A GERAÇÃO DE RESÍDUOS, ORGANIZAR A COLETA SELETIVA E DESTINAR ADEQUADAMENTE OS RESÍDUOS GERADOS						
Identificador	Ações a Serem Implementadas	Envolvidos	Responsável	Metas a serem Alcançadas	Cronograma Implementação	Previsão Recursos (financ., humanos...)
GRG1	Formar a Comissão de Coleta Seletiva no órgão, composta por pelo menos um servidor de cada setor, responsável por planejar, implementar, monitorar e contatar com associações e cooperativas coletoras de resíduos recicláveis	Direção				
GRG2	Identificar os resíduos gerados no órgão	Comissão Coleta Seletiva				
GRG3	Adquirir coletores específicos para descarte dos resíduos gerados	Comissão Coleta Seletiva				
GRG4	Organizar depósito para armazenar adequadamente os resíduos gerados	Comissão Coleta Seletiva				
GRG5	Identificar Associações ou Cooperativas para destinar os resíduos recicláveis descartados	Comissão Coleta Seletiva				
GRG6	Definir e operacionalizar a coleta seletiva	Comissão Coleta Seletiva				
GRG7	Realizar vistorias periódicas para certificar-se que o descarte, o armazenamento e a destinação dos resíduos recicláveis está ocorrendo	Comissão Coleta Seletiva				
GRG8	Orientar a destinação dos materiais e equipamentos descartados que possuem resíduos perigosos em sua composição (logística reversa)	Comissão Coleta Seletiva				
GRG9	Orientar o descarte dos rejeitos (resíduos destinados à aterros sanitários)	Comissão Coleta Seletiva				
GRG10	Orientar e incentivar que os resíduos orgânicos úmidos sejam encaminhados para compostagem	Comissão Coleta Seletiva				
GRG11	Orientar aos alunos, servidores e contratados sobre a disposição adequada dos resíduos gerados periodicamente	Comissão Coleta Seletiva				
GRG12	Implantar a cultura da utilização de copos não descartáveis e garrafas pet no órgão	Comissão Coleta Seletiva				
3º EIXO TEMÁTICO DA A3P: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO						
OBJETIVO: DESENVOLVER CONSTANTEMENTE AÇÕES QUE PROMOVAM A QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO						
Identificador	Ações a Serem Implementadas	Envolvidos	Responsável	Metas a serem Alcançadas	Cronograma Implementação	Previsão Recursos (financ., humanos...)
QVT1	Avaliar periodicamente a salubridade dos ambientes	Gestão de Pessoas				
QVT2	Realizar a análise ergométrica dos móveis e equipamento, substituindo os que for necessário	Patrimônio				
QVT3	Adaptar as instalações para facilitar o acesso de pessoas com necessidades específicas	Setor de Engenharia				
QVT4	Realizar manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos	Patrimônio				
QVT5	Manter a higiene no ambiente físico	Gestor de Contrato				

QVT6	Avaliar sistematicamente a satisfação dos servidores no que concerne aos aspectos organizacionais, ambientais e comportamentais	Gestão de Pessoas				
QVT7	Tratar igualmente os servidores, respeitando as particularidades de cada um	Todos os servidores				
QVT8	Respeitar os direitos do servidor	Todos os servidores				
QVT9	Aproveitar as habilidades de cada servidor	Diretores				
QVT10	Valorizar e permitir a opinião dos servidores	Todos os servidores				
QVT11	Flexibilizar a jornada de trabalho, respeitando as horas de trabalho semanal	Gestão de Pessoas				
QVT12	Dar autonomia para o servidor realizar as atribuições de seu cargo e/ou função	Diretores				
QVT13	Facilitar a remoção ou redistribuição para o servidor solicitante	Reitor e Diretores Gerais				
QVT14	Observar a capacidade técnica e social do servidor quando da nomeação para Cargos de Direção ou Função Gratificada	Reitor e Diretores Gerais				
QVT15	Organizar ginástica laboral e outras atividades físicas	Gestão de Pessoas				
QVT16	Realizar/solicitar exames periódicos aos servidores	Gestão de Pessoas				
QVT17	Promover campanhas de vacinação	Gestão de Pessoas				
QVT18	Promover a semana da saúde, com palestras sobre bons hábitos, alimentação saudável, prática de exercícios e outras ações saudáveis	Gestão de Pessoas				
QVT19	Promover eventos para integrar os servidores	Coordenação de Eventos				
QVT20	Nomear Comissão Interna para Prevenção de Acidentes - CIPA	Gestão de Pessoas				

4º EIXO TEMÁTICO DA A3P: SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

OBJETIVO: SENSIBILIZAR E CAPACITAR OS *STAKEHOLDERS* SOBRE A RESPONSABILIDADE E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.

Identificador	Ações a Serem Implementadas	Envolvidos	Responsável	Metas a serem Alcançadas	Cronograma Implementação	Previsão Recursos (financ., humanos...)
SEC1	Sensibilizar os gestores sobre a importância da gestão socioambiental	Diretoria de Desenv. Humano e Social				
SEC2	Sensibilizar e capacitar discentes, servidores, estagiários e contratados sobre o uso racional de recursos naturais e bens públicos e novos hábitos de	Diretoria de Desenv. Humano e Social				
SEC3	Sensibilizar e capacitar os discentes, servidores, estagiários e contratados sobre a gestão e descarte dos resíduos gerados	Diretoria de Desenv. Humano e Social				
SEC4	Capacitar os servidores administrativos que atuam no setor de compras sobre as licitações sustentáveis	Diretoria de Desenv. Humano e Social				
SEC5	Orientar os docentes a incluírem a temática socioambiental nas ementas das disciplinas	Pró-Reitoria de Ensino				
SEC6	Estimular o debate sobre a problemática socioambiental na sala de aula, de modo a conhecer as demandas locais e regionais	Docentes				

SEC7	Estimular os docentes e alunos a desenvolverem projetos de pesquisa voltados à sustentabilidade	Coordenação de Pesquisas				
SEC8	Destinar recursos orçamentários para o desenvolvimento de projetos e pesquisas com a temática socioambiental	Pró-Reitoria de Pesquisa				
SEC9	Organizar feiras de ciências junto a comunidade acadêmica	Pró-Reitoria de Pesquisa				
SEC10	Promover a semana do meio ambiente, com ações integradas e atividades que envolvem escolas e comunidades (palestras, gincanas, feiras de ciências, oficinas,	Coordenador de Extensão				
SEC11	Produzir informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.	Coordenação Central de Gestão Ambiental				
SEC12	Divulgar informações com a temática socioambiental no site institucional	Coordenação de Comunicação				
5º EIXO TEMÁTICO DA A3P: LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS						
TEMÁTICA: COMPRAS SUSTENTÁVEIS						
OBJETIVO: ADQUIRIR PRODUTOS DESENVOLVIDOS DE FORMA SUSTENTÁVEL, AO MESMO TEMPO QUE IMPULSIONA MUDANÇAS NO SETOR PRODUTIVO						
Identificador	Ações a Serem Implementadas	Envolvidos	Responsável	Metas a serem Alcançadas	Cronograma Implementação	Previsão Recursos (financ., humanos...)
LSA1	Antes da aquisição, avaliar a real necessidade de compra e consumo do produto	Direção Administrativa				
LSA2	Realizar controle dos materiais (entrada, conservação, estoque e saída), principalmente do almoxarifado, para evitar desperdícios	Almoxarifado e Patrimônio				
LSA3	Adquirir equipamentos certificados e com selo de eficiência energética.	Setor de Compras				
LSA4	Na aquisição de aparelhos eletrodomésticos, exigir que este contenha o selo ruído	Setor de Compras				
LSA5	Estudar a viabilidade para aquisição de secadores de mãos para os banheiros	Setor de Compras				
LSA6	Na aquisição de móveis de madeira, solicitar comprovante de origem da madeira.	Setor de Compras				
LSA7	Na aquisição de materiais, dar preferência àqueles compostos por materiais reciclados, biodegradáveis, e com menor quantidade de produtos perigosos ou	Setor de Compras				
LSA8	Na aquisição de produtos de Tecnologia da Informação, observar as especificações padrão definidas pela SLTI/MP, que atende aos preceitos da TI	Setor de Compras				
LSA9	Nas aquisições, dar preferência à produtos com menor potencial de geração de resíduos e com maior vida útil.	Setor de Compras				
LSA10	Na aquisição de bens comuns a todos os campus, realizar compra compartilhada para aumentar o poder de barganha.	Setor de Compras				
LSA11	Solicitar acondicionamento adequado e com material reciclável para transportar os bens adquiridos de forma segura.	Setor de Compras				

TEMÁTICA: CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS						
OBJETIVO: INCITAR OS FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS/TERCEIRIZADOS À PRÁTICA DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS						
LSC1	Requisitar no edital que a empresa contratada utilize produtos de limpeza e conservação que atenda as especificações da ANVISA	Setor de Compras				
LSC2	Exigir no edital que a empresa contratada adote medidas para reduzir o consumo de água e energia na execução dos serviços de limpeza e conservação	Setor de Compras				
LSC3	Se necessário utilizar aparelhos eletrodomésticos, determinar que estes contenham selo ruído	Setor de Compras				
LSC4	Quando necessário, requerer que a empresa forneça equipamentos de segurança aos funcionários para execução dos serviços.	Setor de Compras				
LSC5	Estabelecer em edital que os funcionários contratados/terceirizados realizem a separação adequada dos resíduos gerados	Setor de Compras				
LSC6	Requerer em edital que a empresa contratada realize programas de treinamento aos funcionários que levem à práticas sustentáveis	Setor de Compras				
LSC7	Revisar os contratos de limpeza para avaliar o real dimensionamento da área objeto do serviço contratado	Gestor de Contrato				
LSC8	Sempre que possível, utilizar softwares de comunicação eletrônica para se comunicar visando reduzir os gastos telefônicos	Todos os servidores				
LSC9	Revisar as normas internas para uso telefônico visando a racionalização em relação ao limite de custeio e a distribuição de aparelhos	Gestor de Contrato				
LSC10	Revisar as normas contratuais de telefonia fixa e móvel visando a adequação do plano contratado com a real necessidade do órgão	Gestor de Contrato				
LSC11	Revisar os contratos de vigilância visando o real dimensionamento dos postos de trabalho e a necessidade de guarda armada	Gestor de Contrato				
LSC12	Realizar acompanhamento periódico para certificar-se que a empresa contratada está cumprindo com as cláusulas contratuais	Gestor de Contrato				
LSC13	Sempre que possível, adotar segurança eletrônica nos pontos de acesso dos edifícios, visando auxiliar nos serviços de vigilância	Direção Administrativa				
TEMÁTICA: CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS						
OBJETIVO: CONSTRUIR OU REFORMAR PREVENDO A ECONOMIA DE RECURSOS NATURAIS E A REDUÇÃO NOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO						
LSO1	Automatizar o projeto de iluminação por meio da instalação de interruptores individuais, de sensores de presença nas áreas comuns, aproveitamento da iluminação natural, e utilização de lâmpadas fluorescentes.	Setor de Engenharia				
LSO2	Nos projetos arquitetônicos, priorizar a instalação de aquecedores solar ou painéis fotovoltaicos para geração da energia a ser consumida.	Setor de Engenharia				

LSO3	Utilizar isolante térmico no telhado, ou forro, para reduzir o calor no ambiente	Setor de Engenharia				
LSO4	Quando possível, utilizar claraboias para aproveitar a iluminação solar	Setor de Engenharia				
LSO5	Dar preferência para o teto rebaixado, visando aumentar a eficiência do ar condicionado	Setor de Engenharia				
LSO6	Pintar o ambiente interno com tinta a base de água e em cores claras para reduzir a necessidade de iluminação artificial	Setor de Engenharia				
LSO7	Desenvolver técnicas para captar, armazenar e aproveitar a água da chuva.	Setor de Engenharia				
LSO8	Instalar sistemas para reuso da água nos banheiros (vaso sanitário)	Setor de Engenharia				
LSO9	Na construção, utilizar cimento fabricado a partir da escória (dejetos da mineração e construção civil)	Setor de Engenharia				
LSO10	No calçamento, utilizar concreto poroso que absorve a água da chuva	Setor de Engenharia				
LSO11	Solicitar em edital, que a empresa contratada descarte adequadamente os resíduos gerados na construção civil, conforme disposto na Resolução CONAMA nº 307	Setor de Compras				
TEMAS COMUNS - LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS						
LSTC1	Dar preferência para aquisição e/ou contratação de materiais, matéria-prima e mão de obra de origem local.	Setor de Compras				
TEMAS GERAIS PLS						
OBJETIVO: GARANTIR QUE AS LEGISLAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS SEJAM CUMPRIDAS E O PLS SEJA DESENVOLVIDO E IMPLEMENTADO COM EXITO						
TG1	Dedicar esforços para cumprir com as legislações socioambientais vigentes	Todos os servidores				
TG2	Na realização das auditorias internas, incluir critérios atinentes às ações socioambientais praticadas pela instituição condizentes com o tema/setor	Auditoria				

Fonte: Luiz (2014).

Anexo II – Indicadores de sustentabilidade para o PLS dos Institutos Federais.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE - USO RACIONAL DE RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS								
	Ações Impactantes	Nome	Fórmula de medição	Fonte de Dados	Resultado Alcançado	Padrão	Meta Definida	Periodicidade de Apuração
Papel e Tonner	URP1, URP2, URP3, URP4, URP5, URP9, URP10, URP11	Valor gasto com papel A4	Valor gasto com papel A4 no período	Almoxarifado				Mensal e Anual
	URP1, URP2, URP3, URP4, URP5, URP9, URP10, URP11	Consumo de papel A4	Quantidade de folhas utilizadas	Almoxarifado				Mensal e Anual
	URP1, URP2, URP3, URP4, URP5, URP9, URP10, URP11	Consumo de papel A4 per capta	Quantidade de folhas utilizadas	Almoxarifado				Mensal e Anual
			Quantidade de servidores					
	URP1, URP3, URP4, URP5, URP6, URP7, URP8, URP9, URP11	Consumo de tonner	Consumo médio período atual - consumo médio período anterior	X 100	Setor de TI			Mensal e Anual
			Consumo médio mensal período anterior					
URP8	Índice de Instalação de fonte ecológica nos computadores	Quantidade de computadores para instalar a fonte	X 100	Setor de TI			Mensal e Anual	
		Quantidade de computadores passíveis de instalação da fonte						
Copos Descartáveis	URC1, URC2	Valor gasto com copos descartáveis	Valor gasto na aquisição de copos descartáveis no período	Almoxarifado				Mensal e Anual
	URC1, URC2	Consumo de copos descartáveis	Quantidade de copos descartáveis utilizados	Almoxarifado				Mensal e Anual
	URC1, URC2	Consumo de copos descartáveis per capta	Quantidade de copos utilizados	Almoxarifado, RH e Sec. Acad.				Mensal e Anual
			Total de usuários (alunos + servidores + contratados)					
	URC3	Índice de instalação suporte poupa copos	Quantidade de suportes instalados	X 100	Serviços Gerais/Compras			Mensal e Anual
Quantidade de suportes necessários								
Energia Elétrica	URE1 a URE12, LSO1 a LSO6	Consumo de energia elétrica	Quantidade de kwh consumidos	Gestor Contrato				Mensal e Anual
	URE1 a URE12, LSO1 a LSO6	Consumo de energia elétrica per capta	Quantidade de kwh consumidos	Gestor Contrato, RH e Sec. Acad.				Mensal e Anual
			Total de usuários (alunos + servidores + contratados)					
	URE1 a URE12, LSO1 a LSO6	Gasto com energia elétrica	Valor da fatura em reais R\$	Gestor Contrato				Mensal e Anual
	URE1 a URE12, LSO1 a LSO6	Gasto com energia elétrica per capta	Valor da fatura em reais R\$	Gestor Contrato, RH e Sec. Acad.				Mensal e Anual
			Total de usuários (alunos + servidores + contratados)					
	URE1 a URE12, LSO1 a LSO6	Gasto com energia pela área	Valor Gasto R\$	Gestor Contrato, RH e Sec. Acad.				Mensal e Anual
			Área Total Iluminada					
	URE1 a URE12, LSO1 a LSO6	Adequação do contrato de demanda (fora de ponta)	Demanda registrada fora de ponta	Gestor Contrato				Mensal e Anual
			Demanda contratada fora de ponta (%)					
URE1 a URE12, LSO1 a LSO6	Adequação do contrato de demanda (ponta)	Demanda registrada ponta	Gestor Contrato				Mensal e Anual	
		Demanda contratada ponta (%)						
URE11	Índice de configuração de impressoras	Quant impressoras instaladas em modo de economia de energia	X 100	Setor de TI			Mensal e Anual	
		Quantidade total de impressoras instaladas						

Água e Esgoto	URA1, URA2, URA3, URA4, URA6, URA7, LSO7, LSO8	Volume de água utilizada	Quantidade de m ³ consumidos	Gestor Contrato				Mensal e Anual
	URA1, URA2, URA3, URA4, URA6, URA7, LSO7, LSO8	Volume de água utilizada per capta	Quantidade de m ³ consumidos	Gestor Contrato, RH e Sec. Acad.				Mensal e Anual
			Total de usuários (alunos + servidores + contratados)					
	URA1, URA2, URA3, URA4, URA6, URA7, LSO7, LSO8	Gasto com água	Valor da fatura em reais R\$	Gestor Contrato				Mensal e Anual
	URA1, URA2, URA3, URA4, URA6, URA7, LSO7, LSO8	Gasto com água per capta	Valor da fatura em reais R\$	Gestor Contrato, RH e Sec. Acad.				Mensal e Anual
Total de usuários (alunos + servidores + contratados)								
URA6	Índice de esgoto tratado	Total de Esgotos Tratado na UG	x 100				Annual	
		Total de Esgotos na UG						
Deslocamento de Pessoal	URD2	Valor gasto com diárias	Valor gasto com diárias no período	Contabilidade				Mensal e Anual
	URD1, URD2	Valor gasto com passagens	Valor gasto com passagens no período (aéreas e rodoviárias)	Contabilidade				Mensal e Anual
	URD1 a URD5	Valor gasto com combustível	Valor gasto com combustível no período	Contabilidade				Mensal e Anual
	URD1 a URD5	Consumo de Combustível	Quantidade (litros) de combustível consumido no período	Gestor de Veículos				Mensal e Anual
	URD1, URD2	Quilometragem percorrida	Quantidade de quilômetros percorridos no período	Gestor de Veículos				Mensal e Anual
	URD1 a URD5	Quilometragem rodada por litro de combustível	Quilometragem rodada	Gestor de Veículos				Mensal e Anual
			Litros de combustível consumido					
URD2	Realização de videoconferência	Nº de videoconferências realizadas no período	Setor de TI				Mensal e Anual	
Desf. Bens	URB1, URB4	Índice de Bens Inutilizados	Quantidade de bens inutilizados repassados	x 100	Gestor de Patrimônio			Mensal e Anual
			Quantidade de bens inutilizados					
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE - GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS GERADOS								
Ações Impactantes		Nome	Fórmula de medição	Fonte de Dados	Resultado Alcançado	Padrão	Meta Definida	Periodicidade de Apuração
GRG3, GRG4, GRG5, GRG6, GRG7, GRG11		Reciclagem de papel	Quantidade (KG) de papel destinado para reciclagem	Comissão Coleta Seletiva				Mensal e Anual
URC4, GRG3, GRG4, GRG5, GRG6, GRG7, GRG11, GRG12		Reciclagem de plástico	Quantidade (KG) de plástico destinado para reciclagem	Comissão Coleta Seletiva				Mensal e Anual
GRG3, GRG4, GRG5, GRG6, GRG7, GRG11		Reciclagem de papelão	Quantidade (KG) de papelão destinado para reciclagem	Comissão Coleta Seletiva				Mensal e Anual
GRG3, GRG4, GRG5, GRG6, GRG7, GRG11		Reciclagem de metais	Quantidade (KG) de metais destinado para reciclagem	Comissão Coleta Seletiva				Mensal e Anual
GRG3, GRG4, GRG5, GRG6, GRG7, GRG11		Reciclagem de vidros	Quantidade (KG) de vidros destinado para reciclagem	Comissão Coleta Seletiva				Mensal e Anual
GRG3, GRG4, GRG5, GRG6, GRG7, GRG11		Reciclagem de tonner	Quantidade (unidades) de tonner destinado à reciclagem	Setor de TI				Mensal e Anual
GRG3, GRG4, GRG5, GRG6, GRG7, GRG11		Total de material reciclável destinado às Cooperativas e/ou Associações	Kg de papel + Kg plásticos + Kg Papelão + Kg metais + Kg vidros destinados à reciclagem	Comissão Coleta Seletiva				Mensal e Anual

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE - QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO								
Ações Impactantes	Nome	Fórmula de medição		Fonte de Dados	Resultado Alcançado	Padrão	Meta Definida	Periodicidade de Apuração
QVT2	Índice de avaliação ergométrica do mobiliário	Quantidade de mobiliário avaliado	X 100	Patrimônio				Mensal e Anual
		Quantidade de mobiliário existente						
QVT1, QVT5	Índice de ambientes salubres	Quantidade de ambientes avaliados	X 100	Gestão de Pessoas				Anual
		Quantidade de ambientes existentes						
QVT3	Índice de instalações adaptadas a pessoas com necessidades específicas	Quantidade de instalações adaptadas	X 100	Engenharia				Anual
		Quantidade total de instalações						
QVT4	Índice de aparelhos eletrônicos com selo ruído	Qtde de aparelhos eletrônicos com selo	X 100	Patrimônio				Mensal e Anual
		Qtde total de aparelhos eletrônicos						
QVT15, QVT16, QVT17, QVT18	Atestados por doenças ocupacionais	Nº de atestados por doenças ocupacionais		Gestão de Pessoas				Mensal e Anual
QVT15, QVT16, QVT17, QVT18	Dias de atestado por doenças ocupacionais	Nº de dias de atestados por doenças ocupacionais		Gestão de Pessoas				Mensal e Anual
QVT15, QVT16, QVT17, QVT18	Índice de atestados por doenças ocupacionais	Atestados no período atual - Atestados no período anterior	X 100	Gestão de Pessoas				Mensal e Anual
		Atestados no período anterior						
QVT20	Acidente de trabalho	Nº de acidentes de trabalho no período		Gestão de Pessoas				Mensal e Anual
QVT20	Índices de acidentes de trabalho	Acidentes de trabalho no período atual - Acidentes de trabalho no período anterior	X 100	Gestão de Pessoas				Mensal e Anual
		Acidentes de trabalho no período anterior						
QVT8, QVT13	Remoções e redistribuições	Nº de remoções e redistribuições no período		Gestão de Pessoas				Mensal e Anual
QVT13	Índice de rotatividade	(Exonerações + Remoções + Redistribuições) do mês atual -	X 100	Gestão de Pessoas				Mensal e Anual
		(Exonerações + Remoções + Redistribuições) do mês anterior						
		(Exonerações + Remoções + Redistribuições) do mês anterior						
QVT1 a QVT20	Satisfação dos servidores	Pontos Alcançados	X 100	Gestão de Pessoas				Anual
		Pontos Possíveis						
QVT19	Participação dos servidores em eventos e/ou ações realizadas para a QVT	Qtde de servidores que participam das atividades	X 100	Coordenação de Eventos				Mensal e Anual
		Total de servidores da instituição						

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE - SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO									
Ações Impactantes	Nome	Fórmula de medição		Fonte de Dados	Resultado Alcançado	Padrão	Meta Definida	Periodicidade de Apuração	
SEC1	Índice de gestores sensibilizados	Gestores Sensibilizados na Instituição	X 100	Diret. de Desenv. Humano e Social				Anual	
		Total de Gestores na Instituição							
SEC2	Índice de servidores, estagiários e terceirizados capacitados sobre uso racional de recursos e bens públicos	Servidores + Estagiários + Contratados Capacitados	X 100	Coord. Local de Gestão Ambiental				Anual	
		Total de Servidores + Estagiários + Contratados no Campus							
SEC2	Índice de discentes capacitados sobre uso racional de recursos e bens públicos	Quantidade de Discentes Capacitados	X 100	Coord. Local de Gestão Ambiental				Anual	
		Total de Discentes no Campus							
SEC3	Índice de servidores, estagiários e terceirizados capacitados sobre Gestão de Resíduos	Servidores + Estagiários + Contratados Capacitados	X 100	Coord. Local de Gestão Ambiental				Anual	
		Total de Servidores + Estagiários + Contratados no Campus							
SEC3	Índice de discentes capacitados sobre gestão de resíduos	Quantidade de Discentes Capacitados	X 100	Coord. Local de Gestão Ambiental				Anual	
		Total de Discentes no Campus							
SEC4	Índice de técnicos administrativos capacitados sobre licitações sustentáveis	Quantidade de Técnicos Administrativos Capacitados	X 100	Diret. de Desenv. Humano e Social				Anual	
		Total de Técnicos Administrativos no Setor de Compras							
SEC5, SEC6	Índice de disciplinas com inclusão da temática socioambiental na ementa	Quantidade de disciplina com temática socioambiental na ementa por curso	X 100	Direção de Ensino				Anual	
		Total de disciplinas por curso							
SEC7	Projetos de pesquisa com a temática socioambiental	Número de projetos com a temática socioambiental		Coordenador de Pesquisa				Anual	
SEC8	Percentual de recursos orçamentários da pesquisa destinados a temática socioambiental	Valor orçamentário destinado a projetos socioambientais	X 100	Coordenador de Pesquisa				Anual	
		Total do orçamento destinado a pesquisas							
SEC9, SEC10	Projetos de extensão com a temática sustentabilidade	Nº projetos de extensão realizados com a temática sustentabilidade		Coordenador de Extensão				Anual	
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE - LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS									
Aquisições	Ações Impactantes	Nome	Fórmula de medição		Fonte de Dados	Resultado Alcançado	Padrão	Meta Definida	Periodicidade de Apuração
	LSA1, LSA2	Gasto com aquisição de produtos para o almoxarifado	Valor gasto no mês com produtos para o almoxarifado no mês		Almoxarifado				Mensal e Anual
	URB2, LSA1	Gastos com aquisição de bens móveis, por subitem	Valor gasto no mês com aquisição de bens móveis por subitem		Patrimônio				Mensal e Anual
	LSA3 a LSA11	Índice de processos licitatórios para aquisições com exigências socioambientais	Nº de processos aquisitivos com exigências socioambientais	X 100	Setor de Compras				Mensal e Anual
	Nº de processos para aquisições realizados								

Contratações	LSC8, LSC9, LSC10	Gastos com telefone, fixo e celular, por linha	Valor gasto com telefone, por linha, no mês	Gestor do Contrato				Mensal e Anual
	LSC11, LSC13	Gasto com vigilância no mês	Valor gasto com vigilância no mês	Gestor do Contrato				Mensal e Anual
	LSC11, LSC13	Gastos com vigilância, por posto	Valor gasto com vigilância no mês	Gestor do Contrato				Mensal e Anual
			Nº de postos de vigilância					
	LSC7	Gastos com serviços de limpeza no mês	Valor gasto com serviços de limpeza no mês	Gestor do Contrato				Mensal e Anual
	LSC7	Gastos com serviços de limpeza no mês, pela área	Valor gasto com serviços de limpeza no mês	Gestor do Contrato				Mensal e Anual
M ² de área interna								
LSC1, LSC2, LSC3, LSC4, LSC5, LSC6	Índice de contratos de serviços com exigências socioambientais	Nº de contratos de serviços com exigências socioambientais	X 100	Setor de Compras				Anual
		Nº de contratos de serviços vigentes						
Construções	URB3	Gastos com manutenção predial	Valor gasto com manutenção predial no mês	Direção Administrativa				Mensal e Anual
	LSO1 a LSO11	Índice de contratos de obras com exigências socioambientais	Nº de contratos de obras com ações socioambientais	X 100	Setor de Compras			
Nº de contratos de obras realizados no período								
LSTC1	Índice de aquisições/contratações de origem local	Nº de aquisições/contratações locais	X 100	Setor de Compras				Anual
		Nº total de aquisições/contratações realizadas						
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE -TEMAS GERAIS DO PLS								
Ações Impactantes	Nome	Fórmula de medição		Fonte de Dados	Resultado Alcançado	Padrão	Meta Definida	Periodicidade de Apuração
TG1	Multas decorrentes de não conformidades socioambientais	Valor monetário por multas decorrentes de não conformidades socioambientais no período		Contabilidade				Mensal e Anual
TG2	Efetividade na realização de auditorias socioambientais	Nº de auditorias socioambientais realizadas no período		Auditoria				Mensal e Anual
TG2	Recomendações da auditoria sobre fatores socioambientais	Nº de ações socioambientais recomendadas pela auditoria interna		Auditoria				Mensal e Anual

Fonte: Luiz (2014).

Macro área: Energia Elétrica								
OBJETIVO	Nº	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	METAS	RECURSOS	CÓDIGO ORIGEM
Atingir eficiência energética	1	Reformular o sistema elétrico para permitir operação e controle do uso mais eficiente.						PA UFMS 01
	2	Desenvolver campanhas junto à comunidade universitária para redução do consumo de energia.						PA UFMS 02
	3	Revisar os contratos de energia elétrica.						PA UFMS 03
	4	Mapear o uso da energia através de medidores.						PA UFMS 04
	5	Configurar impressoras para o modo "economia de energia".						PA LUIZ 04
	6	Compor comissões setoriais de acompanhamento do uso eficiente dos recursos de energia elétrica e de água e esgoto.						Web site 03
	7	Implantar painéis fotovoltaicos ligados à rede elétrica para a microgeração de energia.						COLETÂNEA 02
	8	Criar um programa interno de gestão de energia.						COLETÂNEA 05
	9	Implantar gradativamente iluminação externa através de postes de luz, alimentados por energia solar de forma individual						COLETÂNEA 16
	10	Efetuar gradativamente a troca de aparelhos antigos por aparelhos de ar condicionado com selo PROCEL e classificação A (ou a mais eficiente da categoria)						PA UFMS 21
	11	Aplicar películas nos vidros para reduzir a entrada de calor						PA LUIZ 01
	12	Executar o Plantio Planejado para melhorar o conforto térmico						COLETÂNEA 09

13	Criar espaços de estudo ao ar livre								COLETÂNEA 10
14	Instalar sensores de presença em locais onde há trânsito de pessoas								PA LUIZ 02
15	Desativar alguns elevadores nos horários de menor movimento								PA LUIZ 05
16	Implantar sistema de aquecimento solar								COLETÂNEA 01
17	Estabelecer padrões que norteiem a utilização da iluminação								COLETÂNEA 06
18	Sugerir o seguimento de normas que preveem a eficiência energética dos edifícios e equipamentos, a exemplo do PROCEL e normas de qualidade ambiental, como referência AQUA. Outras normas também podem ser utilizadas, como a ISO 14001 e ISO 50000								COLETÂNEA 07
19	Instalar bancos de capacitores para correção de fator de potência								COLETÂNEA 11
20	Instalar quadro medidor geral o mais próximo do centro de carga da instalação elétrica								COLETÂNEA 12
21	Substituir progressivamente os equipamentos ineficientes por sistemas mais eficientes avaliadas pelo INMETRO								COLETÂNEA 15
Macro área: Água e esgoto									
OBJETIVO	Nº	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	METAS	RECURSOS	CÓDIGO ORIGEM	
Proporcionar economia no uso da água e Buscar	1	Projetar o mapeamento da rede de esgoto, bem como das caixas de gorduras, caixas de inspeção, poços de visita e tubulação geral							PA UFMS 07

efetividade na dos recursos hídricos	2	Revisar a rede de abastecimento de água na UFMS com base no mapeamento realizado						PA UFMS 08
	3	Adquirir gradativamente aparelhos purificadores de água por osmose reversa, para possibilitar a economia de água e energia elétrica no processo de purificação para uso laboratorial;						PA UFMS 20
	4	Instalar reservatórios para captar água da chuva para uso na limpeza predial						PA LUIZ 10
	5	Instalar mictórios com tecnologia a seco						PA LUIZ 11
	6	Instalar sistema de medição individualizado de consumo de água						PA LUIZ 12
	7	Instalar centrais de água purificada a fim de melhor atender às demandas dos laboratórios da Instituição						COLETÂNEA 19
	8	Sinalizar áreas comuns das IFEs com informativos sobre como reduzir o consumo de água com medidas individuais em que alunos e funcionários possam colaborar						COLETÂNEA 22
	9	Criar rotinas acerca da periodicidade de irrigação de jardins de forma a estipular períodos padronizados para esta atividade em cada época do ano de acordo com o local da Instituição						COLETÂNEA 25
	10	Inserir nos Programas de Desenvolvimento Institucional (PDI) ações e medidas exequíveis em relação ao uso da Água para os próximos 5 anos						COLETÂNEA 26

	11	Realizar levantamento e monitorar periodicamente a situação das instalações hidráulicas para propor um sistema de medição individualizado de consumo de água por edificação							COLETÂNEA 27
	12	Regular as boias das caixas de descarga para que encham menos							COLETÂNEA 20
	13	Utilização de capas para cobertura das piscinas da Instituição, reduzindo as taxas de evaporação da água em até 90%							COLETÂNEA 30
	14	Fazer testes nos relógios de água para verificar se não há vazamentos							COLETÂNEA 31
	15	Instalar um restritor de vazão de água nas torneiras							COLETÂNEA 32
	16	Substituir gaxetas por selo mecânico							COLETÂNEA 33
	17	Racionar a lavagem de carros oficiais e dar preferência a lavagens ecológicas							PA LUIZ 16
	18	Estudar a viabilidade de aquisição de secadores de mãos nos banheiros							PA LUIZ 41
	19	Instalar bacias sanitárias com duplo fluxo proporcionando economia de água superior a 60%							COLETÂNEA 34
Macro área: Deslocamento de Pessoal e Material									
OBJETIVO	Nº	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	METAS	RECURSOS	CÓDIGO ORIGEM	
Racionalizar o uso do transporte veicular para	1	Realizar anualmente inventário das emissões de gases de efeito estufa produzidas pelo deslocamento de pessoal e material							PA UFMS 11

reduzir o consumo de combustíveis e emissão de poluentes	2	Instituir campanhas incentivando o uso de transporte coletivo e veículos não-motorizados nos Campi						PA UFMS 12
	3	Monitorar sistema de controle de combustível dos veículos oficiais						PA LUIZ 14
	4	Preferir a realização de reuniões por videoconferência						PA LUIZ 13
	5	Adotar veículos menos poluentes						RG 2015/02
	6	Substituir, no que for possível, o carro por motocicleta na entrega de documentos ou pequenos objetos locais						PA LUIZ 15
	7	Substituir gradativamente a frota veicular, considerando critérios de sustentabilidade						RG 2015/01
	8	Agendar viagens e rotinas de entrega de materiais e documentos com a finalidade de uso eficiente da frota de veículos e contribuição para redução da emissão de gases de efeito estufa						Web site 01
	Macro área: Utilização de Bens							
OBJETIVO	Nº	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	METAS	RECURSOS	CÓDIGO ORIGEM
Utilizar os bens adequadamente, realizar manutenção e organizar o desfazimento quando for o caso.	1	Incluir cláusula de exigência em processo licitatório, para que a empresa vencedora adote logística reversa, quanto aos cuidados para descarte dos bens inservíveis						PA UFMS 16
	2	Realizar vistoria nos imóveis com a finalidade de detecção de manutenção ou reparos						PA LUIZ 17
	3	Disponibilizar, dentro dos padrões legais, os bens inservíveis/inutilizados						PA LUIZ 18

	4	Sensibilizar e capacitar toda a comunidade acadêmica sobre o uso racional de recursos naturais, bens públicos e hábitos sustentáveis							PA LUIZ 33
	5	Efetuar manutenção preventiva constante dos equipamentos e instalações							COLETÂNEA 17
	6	Sinalizar as dependências com adesivos contendo telefone e e-mail da equipe de manutenção							COLETÂNEA 28
	7	Elaborar e atualizar inventário de bens móveis							Res.124/02
	8	Substituir gradativamente os bens permanentes, de acordo com os critérios de sustentabilidade							Res.124/03
Eixo Temático da A3P: Gestão Adequada de Resíduos									
Macro área: Resíduos									
OBJETIVO	Nº	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	METAS	RECURSOS	CÓDIGO ORIGEM	
Reduzir a geração de resíduos e destiná-los adequadamente	1	Realizar diagnósticos dos resíduos gerados na UFMS e propor medidas para redução de geração de rejeitos							PA UFMS 13
	2	Incluir dados na plataforma visual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade universitária							PA UFMS 14
	3	Criar sistema de compostagem de resíduos orgânicos, para destinação do resultado das podas efetuadas							PA UFMS 09
	4	Identificar os resíduos gerados na UFMS							PA LUIZ 19

	5	Usar coletores específicos para descarte de resíduos gerados							PA LUIZ 22
	6	Orientar a destinação de materiais e equipamentos que serão descartados e que possuem resíduos perigosos em sua composição e os destinados aos aterros sanitários							PA LUIZ 23
	7	Orientar alunos, servidores, contratados, ou seja, toda a comunidade acadêmica sobre a disposição adequada dos resíduos gerados periodicamente							PA LUIZ 24
	8	Sensibilizar e capacitar toda a comunidade acadêmica sobre a gestão e o descarte dos resíduos gerados							PA LUIZ 34
Macro área: Coleta Seletiva									
OBJETIVO	Nº	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	METAS	RECURSOS	CÓDIGO ORIGEM	
Organizar a coleta seletiva	1	Formar a Comissão de Coleta Seletiva							PA LUIZ 20
	2	Definir um Programa de coleta seletiva							PA LUIZ 21
	3	Determinar que cada unidade proceda a separação de papéis descartados na unidade para reciclagem							RG 2015/03
	4	Separar os resíduos recicláveis e comuns por meio de empresa terceirizada							RG 2015/04
	5	Destinar os resíduos recicláveis para cooperativa							RG 2015/05

Eixo Temático da A3P: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho								
Macro área: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho (Saúde, Segurança e Satisfação do Servidor)								
OBJETIVO	Nº	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	METAS	RECURSOS	CÓDIGO ORIGEM
Desenvolver ações de proteção e preservação da saúde e satisfação do servidor	1	Mapear as fontes de riscos potenciais à saúde e a segurança no ambiente de trabalho						PA UFMS 17
	2	Realizar análise ergométrica dos móveis e equipamentos, substituindo o que for necessário						PA LUIZ 25
	3	Estimular e ampliar a cultura de capacitação e aprimoramento dos servidores para o cumprimento adequado de suas atribuições						PA UFMS 18
	4	Analisar o resultado dos indicadores de satisfação e bem-estar coletivo da comunidade Universitária						PA UFMS 19
	5	Organizar ginástica laboral ou outras atividades físicas						PA LUIZ 27
	6	Promover Campanhas de vacinação						PA LUIZ 28
	7	Promover a Semana da Saúde, com palestras sobre bons hábitos, alimentação saudável, prática de exercícios e outras ações saudáveis						PA LUIZ 29
	8	Promover eventos para integrar os servidores						PA LUIZ 30
	9	Adotar segurança eletrônica nos pontos de acesso dos edifícios, visando auxiliar nos serviços de vigilância						PA LUIZ 57
	10	Nomear Comissão Interna para Prevenção de Acidentes – CIPA						PA LUIZ 31

Eixo Temático da A3P: Sensibilização e Capacitação								
Macro área: Divulgação, Conscientização e Capacitação								
OBJETIVO	Nº	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	METAS	RECURSOS	CÓDIGO ORIGEM
Sensibilizar e capacitar os stakeholders sobre a Responsabilidade Socioambiental	1	Sensibilizar a alta administração sobre a importância da Gestão Socioambiental						PA LUIZ 32
	2	Conscientizar sobre fechar portas e janelas quando o ar condicionado estiver ligado						PA LUIZ 03
	3	Incluir programas na rádio universitária sobre conscientização de economia de energia elétrica e água com informação, dicas e entrevistas com especialistas sobre o assunto.						COLETÂNEA 18
	4	Promover campanhas de conscientização para a redução de desperdício de água, orientando o uso de maneira consciente;						PA UFMS 10
	5	Treinar o pessoal da Limpeza para a economia de água. Capacitação de gestores e responsáveis pela fiscalização e correção de problemas com o desperdício						COLETÂNEA 29
	6	Capacitar a equipe de projetistas das universidades nos requisitos que atendem a sustentabilidade ambiental para a preparação de projetos de economia de água dos novos prédios						COLETÂNEA 21
	7	Fazer campanha de conscientização permanente, do consumo de água, com a utilização de adesivos com mensagens sobre atitudes de redução do consumo em banheiros, cozinhas e demais locais						COLETÂNEA 23

Eixo Temático da A3P: Licitações Sustentáveis								
Macro área: Compras Sustentáveis								
OBJETIVO	Nº	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	METAS	RECURSOS	CÓDIGO ORIGEM
Adquirir produtos sustentáveis	1	Inserir cláusulas no contrato de aquisição de materiais e equipamentos para o atendimento no mínimo aos critérios de segurança e saúde no trabalho						PA UFMS 22
	2	Revisar os itens dos principais pregões, adequando-os, quando possível, aos critérios ambientais						PA UFMS 23
	3	Na aquisição de eletrodomésticos, exigir que este contenha o selo ruído						PA LUIZ 40
	4	Na aquisição de móveis de madeira, solicitar comprovante da origem da madeira						PA LUIZ 42
	5	Na aquisição de materiais, dar preferência àqueles compostos por materiais reciclados, biodegradáveis e com menor quantidade de produtos perigosos.						PA LUIZ 43
Macro área: Contratações Sustentáveis								
OBJETIVO	Nº	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	METAS	RECURSOS	CÓDIGO ORIGEM
Incentivar a prática de ações sustentáveis na execução dos serviços	1	Incluir no edital que a empresa contratada utilize produtos de limpeza e conservação que atenda às especificações da ANVISA						PA LUIZ 50
	2	Incluir no edital exigência de adoção de medidas de redução do consumo de água e energia na execução dos serviços de limpeza e conservação						PA LUIZ 51

	3	Incluir nos contratos de prestação de serviços cláusula requerendo que a empresa forneça equipamentos de segurança aos seus funcionários							PA LUIZ 52
	4	Estabelecer no edital que a empresa contratada realize programas de treinamento sobre práticas sustentáveis aos funcionários							PA LUIZ 53
	5	Revisar os contratos de limpeza e conservação							PA LUIZ 54
	6	Revisar os contratos de telefonia fixa e móvel visando adequação do plano à real necessidade da instituição							PA LUIZ 55
	7	Revisar os contratos de vigilância, visando o real dimensionamento da necessidade							PA LUIZ 56
Macro área: Construções Sustentáveis									
OBJETIVO	Nº	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	METAS	RECURSOS	CÓDIGO ORIGEM	
Construir ou reformar com a intenção de economia de recursos e aderência aos critérios de sustentabilidade	1	Nas novas construções dar preferência às telhas termo acústicas							COLETÂNEA 13
	2	Adaptar ambientes para o uso da iluminação natural, através da construção de claraboias, iluminação zenital e prateleiras de luz							COLETÂNEA 14
	3	Utilizar isolante térmico no telhado ou forro das novas construções, para reduzir o calor no ambiente.							PA LUIZ 44
	4	Pintar o ambiente interno com tinta a base de água e em cores claras para reduzir a necessidade de iluminação artificial							PA LUIZ 45
	5	Desenvolver técnicas para captar, armazenar e aproveitar água da chuva							PA LUIZ 46

Macro área: Diversos								
OBJETIVO	Nº	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	METAS	RECURSOS	CÓDIGO ORIGEM
	1	Adaptar as instalações para facilitar o acesso de pessoas com necessidades especiais						PA LUIZ 26
	2	Elaborar cronograma de limpeza do Lago do Amor						PA UFMS 24

LEGENDA:

PDI = Ação Proposta pela Pesquisa com base no PDI 2015-2019

Res.124 = Ação Proposta pela Pesquisa com base na Res. 124/2012

RG 2014 = Ação Proposta pela Pesquisa com base no Relatório de Gestão 2014

RG 2015 = Ação Proposta pela Pesquisa com base no Relatório de Gestão 2015

Web site = Ação Proposta pela Pesquisa com base em pesquisa no web site da UFMS

COLETÂNEA = Ação Proposta pela Pesquisa com base na Coletânea do Desafio da Sustentabilidade

PA UFMS = Ação Proposta pela Pesquisa com base no Plano de Ações 2016 da UFMS

PA LUIZ = Ação Proposta pela Pesquisa com base no Plano de Ações proposto por Luiz (2014)

Anexo IV – Instrução Normativa nº 10 (BRASIL, 2012)

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 15 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, resolve:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam instituídas as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS, na Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e nas empresas estatais dependentes, conforme determina a alínea "b" do inciso I do art. 11 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I – logística sustentável: processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

II – critérios de sustentabilidade: parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;

III - práticas de sustentabilidade: ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública;

IV – práticas de racionalização: ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e contínua primazia na gestão dos processos;

V – coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI – coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

VII – resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública;

VIII – material de consumo: todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos;

IX – material permanente: todos os bens e materiais que, em razão de sua utilização, não perdem sua identidade física, mesmo quando incorporados a outros bens, tendo durabilidade superior a dois anos;

X – inventário físico financeiro: relação de materiais que compõem o estoque onde figuram a quantidade física e financeira, a descrição, e o valor do bem; e

XI – compra compartilhada: contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento da ata de registro de preços serão de um órgão ou entidade da Administração Pública Federal.

Capítulo II

DOS PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 3º Os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

Art. 4º Os PLS devem ser elaborados pelo órgão ou entidade e sua delegação e aprovação será de responsabilidade do Secretário-Executivo do respectivo Ministério, ou cargo equivalente no caso das Autarquias, Fundações e empresas estatais dependentes.

§ 1º Os PLS poderão ser subdivididos, a critério de cada órgão ou entidade, em razão da complexidade de sua estrutura, sendo os resultados consolidados e apresentados pela autoridade referida no caput deste artigo.

§ 2º Na hipótese de o edifício ser ocupado por mais de um órgão ou entidade, cada PLS deverá conter as ações específicas e as compartilhadas que dependam de esforços conjuntos.

§ 3º Na hipótese de o órgão ou entidade não ser autorizado a realizar ações de adaptação no edifício que ocupa, tal impossibilidade deverá ser informada e justificada no PLS.

Seção II

Do Conteúdo

Art. 5º Os PLS deverão conter, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Art. 6º Deverá ser constituída a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, composta por no mínimo três servidores, designados pelos respectivos titulares dos órgãos ou entidades, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Instrução Normativa.

§ 1º Os órgãos ou entidades poderão ratificar as comissões já instituídas no âmbito das iniciativas elencadas nos incisos do art. 11 para atender ao disposto no caput deste artigo.

§ 2º A Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável terá a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS.

Art. 7º A elaboração e atualização do inventário de bens móveis deverão ser feitas em conformidade com a Instrução Normativa SEDAP nº 205, de 8 de abril de 1988, ou normativo que a substituir.

Parágrafo único O inventário de materiais deverá ser composto pela lista dos materiais de consumo para uso nas atividades administrativas, adquiridos pelo órgão ou entidade no período de um ano, conforme Anexo I.

Art. 8º As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas:

I – material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;

II – energia elétrica;

III – água e esgoto;

IV – coleta seletiva;

V – qualidade de vida no ambiente de trabalho;

VI – compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e

VII – deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Parágrafo único. As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços constantes no Anexo II poderão ser utilizadas como referência na elaboração dos PLS.

Art. 9º Os PLS deverão ser formalizados em processos e, para cada tema citado no art. 8º, deverão ser criados Planos de Ação com os seguintes tópicos:

I - objetivo do Plano de Ação;

II - detalhamento de implementação das ações;

III - unidades e áreas envolvidas pela implementação de cada ação e respectivos responsáveis;

IV - metas a serem alcançadas para cada ação;

V - cronograma de implantação das ações; e

VI - previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações.

§ 1º Para os temas listados no art. 8º, os resultados alcançados serão avaliados semestralmente pela comissão gestora, utilizando, no mínimo, os indicadores elencados no Anexo III.

§ 2º Caso o órgão ou entidade inclua outros temas no PLS deverão ser definidos os respectivos indicadores, contendo: nome, fórmula de cálculo, fonte de dados, metodologia de apuração e periodicidade de apuração.

Art. 10. As iniciativas de capacitação afetas ao tema sustentabilidade deverão ser incluídas no Plano Anual de Capacitação das unidades integrantes da administração pública federal direta, das autarquias e das fundações, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, e nos planos de capacitação similares, no caso das empresas estatais dependentes.

Art. 11. As seguintes iniciativas poderão ser observadas na elaboração dos PLS:

I – Programa de Eficiência do Gasto Público - PEG, desenvolvido no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP;

II – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - SPE/MME;

III – Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SAIC/MMA;

IV – Coleta Seletiva Solidária, desenvolvida no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SE/MDS;

V – Projeto Esplanada Sustentável – PES, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da SOF/MP, em articulação com o MMA, MME e MDS; e

VI – Contratações Públicas Sustentáveis - CPS, coordenada pelo órgão central do Sistema de Serviços Gerais – SISG, na forma da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MP.

Parágrafo único. Os Planos de Ação, ou instrumentos similares, das iniciativas elencadas neste artigo, poderão ser incorporados aos PLS dos órgãos ou entidades.

Capítulo III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Os PLS deverão ser elaborados e publicados no site dos respectivos órgãos ou entidades no prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da publicação desta Instrução Normativa.

Art. 13. Os resultados alcançados a partir da implantação das ações definidas no PLS deverão ser publicados semestralmente no site dos respectivos órgãos ou entidades, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores.

Art. 14. Ao final de cada ano deverá ser elaborado relatório de acompanhamento do PLS de forma a evidenciar o desempenho de cada órgão ou entidade, contendo:

I – consolidação dos resultados alcançados; e

II – identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

Parágrafo único. Os relatórios deverão ser publicados no site dos respectivos órgãos ou entidades e encaminhados eletronicamente à Secretaria Executiva da CISAP.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RENATO CORRÊA DE LIMA

Publicada no D.O.U. nº 220, de 14/11/2012, Seção I, pág. 113

Anexo V – Resolução Nº 124/2014 – Implementa o Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFMS



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



RESOLUÇÃO Nº 124, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014.(*)

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; as Instruções Normativas nº 10, de 12 de novembro de 2012 e nº 12, de 10 de maio de 2013, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e o contido no Processo nº 23104.004336/2014-92, resolve, **ad referendum**:

Art. 1º Implementar o **Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)** da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos termos desta Resolução.

CAPÍTULO I **DEFINIÇÕES DE ESCOPO**

Art. 2º O Plano de Gestão de Logística Sustentável da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PLS) constitui-se no conjunto de diretrizes e ferramentas de planejamento, de execução, de monitoramento, de avaliação e de ações corretivas, com as suas devidas responsabilizações, para a busca contínua do estabelecimento de melhores práticas de sustentabilidade e de racionalização de gastos e de processos no âmbito institucional, objetivando a excelência de gestão e a redução contínua de impactos ambientais de suas atividades.

Art. 3º O monitoramento, a avaliação e a revisão do PLS serão realizados pela Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

§ 1º Deve ser estimulada a participação voluntária para a consolidação das práticas e resultados estabelecidos pelo PLS, mantendo-se unicidade e perenidade de propósitos e da base de conhecimento, esta de caráter estratégico e compartilhada, obrigatoriamente, em todos os níveis da Instituição, preferencialmente por meios digitais de menor custo e garantido o acesso à informação.

§ 2º As matérias tratadas e as decisões, deliberações e resoluções tomadas nas reuniões devem ser registradas em ata.

§ 3º A divulgação dos trabalhos e das deliberações da comissão gestora deve ser feita em um memorial descritivo, disponibilizado à Instituição, e em um memorial resumido, disponibilizado à comunidade em sítio eletrônico institucional.

§ 4º A Comissão Gestora deverá promover audiências públicas, quantas forem necessárias, para subsidiar os realinhamentos no processo de planejamento e para divulgar os avanços e oportunidades de melhoria do PLS.

§ 5º A Comissão Gestora, para aprimoramento do PLS, poderá requerer auxílio técnico voluntário de membros da comunidade universitária, com a finalidade de dinamizar seus trabalhos e prover eficiência nos resultados.

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados – COC/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / <http://www.ufms.br> e-mail: coc.rtr@ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Art. 4º A observância das diretrizes de sustentabilidade, conforme art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, é obrigatória no planejamento gradativo de substituição de aquisições de materiais permanentes móveis e de consumo, de contratos de serviços ou de obras no âmbito da UFMS.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO GESTORA

Art. 5º A Comissão Gestora do PLS será composta por sete servidores do Quadro Permanente da UFMS, lotados e em efetivo exercício nas Pró-Reitorias abaixo, sendo:

- I – três representantes da Pró-Reitoria de Infraestrutura;
- II – dois representantes da Pró-Reitoria de Administração;
- III – um representante da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; e
- IV - um representante da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho.

§ 1º Os membros da Comissão serão indicados Pró-Reitores e designados pelo Reitor.

§ 2º O Presidente da Comissão, um dos seus membros, será escolhido e designado pelo Reitor.

CAPÍTULO III DAS REUNIÕES DA COMISSÃO GESTORA

Art. 6º A Comissão Gestora do PLS reunir-se-á sempre que houver assunto relevante, que justifique a convocação, devendo contar com a participação da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. Deverão ocorrer, pelo menos, três reuniões ordinárias da Comissão Gestora do PLS, anualmente.

Art. 7º Das decisões do Reitor, resultantes das diretivas da Comissão Gestora do PLS, cabem recursos ao Conselho Diretor, no prazo de dez dias.

Parágrafo único. O recurso a que se refere o **caput** deste artigo só poderá ser provido com os votos de dois terços dos membros do Conselho Diretor.

Art. 8º No caso de duas ausências, consecutivas ou não, sem justificativa, o membro será substituído a partir de nova indicação do Pró-Reitor competente, mediante solicitação do Presidente da Comissão Gestora.

CAPÍTULO IV DO INVENTÁRIO DOS BENS PERMANENTES MÓVEIS

Art. 9º A elaboração e a atualização do inventário dos bens permanentes móveis devem ser realizadas observados critérios estabelecidos pela Instrução Normativa Sedap nº 205, de 8 de abril de 1988, agregado do seguinte conjunto de informações:

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados – COC/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / <http://www.ufms.br> e-mail: coc.rtr@ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



- I - previsão de destinação após avaliação de seu estado de uso, como irrecuperável, antieconômico ou de alto impacto ambiental ou ainda, descarte por ausência de utilidade;
- II - previsibilidade de substituição por outro bem permanente similar de menor impacto ambiental que utilize, no mínimo, material reciclado, atóxico e biodegradável; e
- III - estabelecimento de logística reversa para produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Art. 10. Os bens permanentes da Instituição devem ser substituídos gradativamente, observados os seguintes critérios de sustentabilidade para as novas aquisições:

- I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - maior geração de empregos, preferencialmente mão de obra local;
- V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços.

CAPÍTULO V DO INVENTÁRIO DE MATERIAL DE CONSUMO

Art. 11. A atualização do inventário de material de consumo deve ser desenvolvida no contexto de repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos, além do critério de uso eficiente do gasto público e devem contemplar as estratégias, o planejamento, as ações, as metas, os prazos, os indicadores de desempenho, os responsáveis e o monitoramento de seus resultados.

CAPÍTULO VI DA GESTÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Art. 12. O Plano de Gestão das Ações de Educação Continuada em Sustentabilidade e Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho deve promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores da instituição no alcance da qualidade de vida no trabalho e da crescente conscientização sobre a sustentabilidade e do uso eficiente do gasto público e deve contemplar as estratégias, o planejamento, as ações, as metas, os prazos, os indicadores de desempenho, os responsáveis e o monitoramento de seus resultados.

CAPÍTULO VII DAS COMPRAS E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Art. 13. As compras e contratações sustentáveis de obras, equipamentos, material de consumo, serviços de vigilância, serviços de limpeza e conservação, serviços de energia elétrica, serviços de água e esgoto, serviços de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial devem ser adequadas à ponderação econômica, social e ambiental, a fim de obter a contratação mais vantajosa para a administração pública e executada gradativamente ao final de cada contrato corrente e devem contemplar as estratégias,

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados – COC/RTR

*Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / <http://www.ufms.br> e-mail: coc.rtr@ufms.br*



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



o planejamento, as ações, as metas, os prazos, os indicadores de desempenho, os responsáveis e o monitoramento de seus resultados.

CAPÍTULO VIII DA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES POLUENTES PELA LOGÍSTICA DE PESSOAL E MATERIAL

Art. 14. O Plano de Redução de Emissões de Gases Poluentes pela Logística de Pessoal e de Material deve atender aos princípios de racionalidade e economicidade com o deslocamento de pessoal e material a partir das estratégias, do planejamento, das ações, das metas, dos prazos, dos indicadores de desempenho, da responsabilização e do monitoramento de seus resultados.

CAPÍTULO IX DA EFICIENTIZAÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 15. O Plano de Eficientização do Consumo de Energia Elétrica deve atender aos princípios de racionalidade e economicidade com o consumo de energia elétrica a partir das estratégias, do planejamento, das ações, das metas, dos prazos, dos indicadores de desempenho, da responsabilização e do monitoramento de seus resultados.

CAPÍTULO X DA EFICIENTIZAÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO

Art. 16. O Plano de Eficientização do Consumo de Água e Esgoto deve atender aos princípios de racionalidade e economicidade com o consumo de água e esgoto a partir das estratégias, do planejamento, das ações, das metas, dos prazos, dos indicadores de desempenho, da responsabilização e do monitoramento de seus resultados.

CAPÍTULO XI DAS PRÁTICAS E INICIATIVAS DE SUSTENTABILIDADE E DO USO EFICIENTE DO GASTO PÚBLICO

Art. 17. As práticas e iniciativas de sustentabilidade e do uso eficiente do gasto público no âmbito da UFMS são contempladas no Sistema de Governança da Sustentabilidade, que deve institucionalizar, no mínimo, boas práticas de uso racional de materiais de consumo, de eficiência energética, do uso eficiente de água e esgoto, da coleta seletiva, da qualidade de vida no ambiente de trabalho, de compras e contratações sustentáveis e da eficiência de deslocamentos de pessoal e de material.

CAPÍTULO XII DA AVALIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Art. 18. O PLS deve ser avaliado anualmente, sobre as informações das ações, resultados alcançados no período anterior, com a respectiva análise crítica, observadas as seguintes etapas:



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



I – diagnósticos e elaboração global das estratégias, do planejamento, dos planos de ações, dos indicadores de desempenho, das metas plurianuais e do processo de monitoramento de seus resultados pelos setores responsáveis, até noventa dias a partir da publicação desta Resolução;

II - divulgação dos Planos de Ações, plurianualmente, até 15 de dezembro do exercício anterior;

III - execução dos Planos de Ações iniciais, até 31 de dezembro de cada ano;

IV - avaliação e divulgação dos resultados obtidos no exercício, até 28 de fevereiro do exercício subsequente; e

V - processos consecutivos de planejamento nos meses de setembro, outubro e novembro); de execução, controle, reavaliação nos meses de janeiro a dezembro; e divulgação de resultados nos mês de março do período subsequente.

CAPÍTULO XIII DAS RESPONSABILIDADES

Art. 19. É de responsabilidade da Pró-Reitoria de Administração (Prad), com o estabelecimento de metas e indicadores, do cumprimento do plano de ações e das pactuações setoriais de resultados e do provimento informacional à Comissão Gestora do PLS:

I - a elaboração e a atualização do inventário dos bens permanentes móveis;

II - a coordenação da atualização do inventário do material de consumo; e

III - a coordenação das compras e contratações sustentáveis.

Art. 20. É de responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (Progep), com o respectivo estabelecimento de metas e indicadores, do cumprimento do plano de ações e das pactuações setoriais de resultados e do provimento informacional à Comissão Gestora do PLS, a coordenação do Plano de Gestão das Ações de Educação Continuada em Sustentabilidade e Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho.

Art. 21. É de responsabilidade da Pró-Reitoria de Infraestrutura (Proinfra), com o respectivo estabelecimento de metas e indicadores, do cumprimento do plano de ações e das pactuações setoriais de resultados e do provimento informacional à Comissão Gestora do PLS, a coordenação do Plano de Redução de Emissões de Gases Poluentes pela Logística de Pessoal e de Material, Plano de Eficientização do Consumo de Energia Elétrica e Plano de Eficientização do Consumo de Água e Esgoto.

Art. 22. É de responsabilidade compartilhada entre a Prad, Proplan, Proinfra e Progep, a coordenação das práticas e das iniciativas de sustentabilidade.

Art. 23. Os detentores de cargos de chefia ou de direção, no âmbito de suas competências, são responsáveis pelo cumprimento dos Planos de Ação, alcance de metas e pelo fornecimento de informações em tempo hábil à Comissão Gestora do PLS, conforme pactuações setoriais cíclicas estabelecidas.

CAPÍTULO XIV DOS PLANOS DE AÇÃO E DE INTERVENÇÕES INICIAIS

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados – COC/RTR

*Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / <http://www.ufms.br> e-mail: coc.rtr@ufms.br*



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Art. 24. Os Planos de Ação das práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços obedecem os seguintes objetivos e metas conforme Anexo I, desta Resolução.

Art. 25. Os Planos de Ação, metas e indicadores para os períodos seguintes devem conter as informações conforme Anexo II, desta Resolução.

CAPÍTULO XV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. A elaboração do inventário dos bens permanentes móveis e de material de consumo deve ocorrer nos ciclos anuais de planejamento e controle da instituição, obedecidos os trâmites normativos instituídos.

Art. 27. A elaboração e a revisão do Plano de Gestão das Ações de Educação Continuada em Sustentabilidade e Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, do Plano de Redução de Emissões de Gases Poluentes pela Logística de Pessoal e de Material, do Plano de Eficientização do Consumo de Energia Elétrica e do Plano de Eficientização do Consumo de Água e Esgoto devem ocorrer nos ciclos estabelecidos.

Art. 28. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Comissão Gestora, no âmbito de sua competência.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


CÉLIA MARIA SILVA CORREA OLIVEIRA

(*) Republicada por conter incorreções no Anexo I – BS nº 5.891, de 10-10-2014.

Anexo VI - Portaria n. 168 - Institui a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFMS



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PORTARIA Nº 1.168, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

A REITORA DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o art. 6º da Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Substituto, e a CI nº 175/2014-GAB/Proinfra, resolve:

1. Instituir a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, composta pelos servidores **Júlio César Gonçalves**, matrícula Siape nº 04337489; **Claudio Zarate Max**, matrícula Siape nº 7433169; **Cassio Tamogami**, matrícula Siape nº 2144447; **Nilson Issao Hijo**, matrícula Siape nº 1976668; **Marcia Cristina Goncalves Freitas**, matrícula Siape nº 1145026; **Homero Scapinelli**, matrícula Siape nº 04323267; **Tiago Irineu de Souza Dainezi**, matrícula Siape nº 1810939; presidida pelo primeiro.

2. Revogar a Portaria nº 421, de 4 de abril de 2014, publicada no Boletim de Serviço nº 5.761, de 7 de abril de 2014.

CÉLIA MARIA SILVA CORREA OLIVEIRA

GABINETE DA REITORIA
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: 067 3345-7010 Fax 067 3345-7015
79070-900 Campo Grande - MS
<http://www.ufms.br> e-mail: reitoria@ufms.br



Anexo VII - Resolução n. 179 - Aprova o Plano de Ações para o Plano de Gestão e de Logística Sustentável – 2015



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



RESOLUÇÃO Nº 179, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR** da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e com a Instrução Normativa nº 10, de 14 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve, **ad referendum**:

Aprovar o **Plano de Ação** para o Plano de Gestão e de Logística Sustentável – 2015, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme Anexo desta Resolução.

CÉLIA MARIA SILVA CORREA OLIVEIRA

Anexo VIII – Plano de Ação 2016 UFMS



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PLANO DE AÇÕES – PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – 2016 (anexo à Resolução nº 142-CD, de 22 de dezembro de 2015)

OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	META 2016	RECURSOS
Macroárea: Energia						
Instalação elétrica geral	Projetar a reformulação do sistema elétrico para permitir operação e controle do uso mais eficiente	DIEE/CEM	12 meses	Ação realizada	1	Humano e financeiro
	Propor especificações de equipamentos para controle do uso de carga	DIEE/CEM	12 meses	Ação realizada	1	Financeiro
Organização da manutenção	Propor especificações de equipamentos de segurança (EPI/EPC)	DIEE/CEM	12 meses	Ação realizada	1	Financeiro
	Elaborar procedimentos para serviços em subestações	DIEE/CEM	12 meses	Ação realizada	1	Humano e financeiro
Estimular boas práticas sustentáveis sobre energia elétrica	Desenvolver campanhas junto à comunidade universitária para redução do consumo de energia	DIEE/CEM	12 meses	Número de campanhas realizadas	2	Humano
Eficiência do sistema elétrico	Especificar equipamentos para um sistema de telemetria	DIEE/CEM	12 meses	Ação realizada	1	Humano
	Revisar os contratos de energia elétrica	DIEE/CEM	12 meses	Número de contratos revistos	1	Humano



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PLANO DE AÇÕES – PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – 2016 (anexo à Resolução nº 142-CD, de 22 de dezembro de 2015)

OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	META 2016	RECURSOS
	Projetar estudo de alternativas para suprimento de energia em caso de falha no sistema principal	DIEE/CEM	12 meses	Número de estudos desenvolvidos	1	Humano e financeiro
	Mapear o uso da energia através de medidores	DIEE/CEM	12 meses	Ação realizada	1	Humano



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PLANO DE AÇÕES – PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – 2016 (anexo à Resolução nº 142-CD, de 22 de dezembro de 2015)

OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	META 2016	RECURSOS
Macroárea: Resíduos Sólidos						
Estabelecer sistema de gestão para resíduos sólidos da UFMS	Analisar diagnósticos dos resíduos gerados na UFMS e proposição de medidas para redução de geração de rejeitos	DICM/COA	12 meses	Ação realizada	1	Humano
	Implementar e propor melhorias ao projeto de logística interna dos resíduos sólidos que prime pela segregação para reaproveitamento dos resíduos e redução da quantidade para disposição final	DICM/COA	12 meses	Ação realizada	1	Humano e financeiro
	Propor medidas para melhorar a segregação de resíduos gerados na UFMS	DICM/COA	12 meses	Ação realizada	1	Humano e financeiro
Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas sustentáveis	Incluir dados na plataforma visual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade universitária	DICM/COA	12 meses	Ação realizada	1	Humano e financeiro



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PLANO DE AÇÕES – PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – 2016 (anexo à Resolução nº 142-CD, de 22 de dezembro de 2015)

OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	META 2016	RECURSOS
	Inserir cláusulas contratuais e fiscalizar os serviços de terceiros, relacionados aos resíduos, para que as suas atividades estejam em conformidade com as observâncias ambientais instituídas	DICM/COA	12 meses	Número de cláusulas contratuais inseridas	1	Humano
	Promover campanha para redução do consumo de copos descartáveis, incentivando o uso de canecas e garrafinhas, e de papel A4, orientando para o reuso e encaminhamento para reciclagem	DICM/COA	12 meses	Número de campanhas	1	Humano e financeiro
	Incluir cláusula de exigência em processo licitatório, para que a empresa vencedora adote logística reversa, quanto aos cuidados para descarte dos bens inservíveis.	DIPM/CGM/PRAD	12 meses	Cláusula inserida em contratos	Sob demanda (novos contratos)	



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PLANO DE AÇÕES – PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – 2016 (anexo à Resolução nº 142-CD, de 22 de dezembro de 2015)

OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	META 2016	RECURSOS
Macroárea: Água e Esgoto						
Criar uma base de informação que possibilite a rápida formulação de um parecer técnico, informativo e corretivo	Projetar o mapeamento da rede de esgoto, bem como das caixas de gorduras, caixas de inspeção, poços de visita e tubulação geral	CEM	12 meses	Ação realizada	1	Humano
	Projetar o mapeamento da rede de abastecimento de água na UFMS	CEM	12 meses	Ação realizada	1	Humano
	Divulgar através de site específico as informações relativas ao consumo de água, custos e medidas de eficiência oriundas da UFMS	CEM	12 meses	Ação realizada	1	Humano e financeiro
Incentivar a promoção de boas práticas sustentáveis	Promover campanhas de conscientização para a redução de desperdício de água, orientando o uso de maneira consciente	CEM	12 meses	Número de campanhas	1	Humano e financeiro



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PLANO DE AÇÕES – PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – 2016 (anexo à Resolução nº 142-CD, de 22 de dezembro de 2015)

OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	META 2016	RECURSOS
Macroárea: Deslocamento de Pessoal e de Material						
Introduzir critérios de sustentabilidade na compra de veículos automotores e/ou suas manutenções	Incluir exigência em cláusula no processo licitatório, para aquisição de veículos leves com motores do ciclo OTTO, para que os mesmos tenham classificação A ou B do PBE veicular	COA/PROINFRA e DICT/PRAD	12 meses	Ação realizada	1	Humano
Inventariar as emissões dos gases poluentes de efeito estufa produzidas pelo deslocamento de pessoal e material	Projetar o inventário das emissões de gases de efeito estufa produzidas pelo deslocamento de pessoal e material	DITL/COA/PROINFRA	12 meses	Projeto elaborado	1	Humano e financeiro
Estimular a utilização de transportes coletivos e alternativos pela comunidade universitária	Instituir campanhas incentivando o uso de transporte coletivo e veículos não-motorizados nos Campi	DITL/COA/PROINFRA	12 meses	Número de campanhas	3	Humano e financeiro



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PLANO DE AÇÕES – PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – 2016 (anexo à Resolução nº 142-CD, de 22 de dezembro de 2015)

OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	META 2016	RECURSOS
Macroárea: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho						
Fortalecer o Programa de Qualidade de Vida na UFMS	Identificar as fontes de riscos potenciais à saúde e a segurança	DIST	12 meses	Número de ambientes inspecionados	400	-
	Avaliar, por meio de equipe multiprofissional em saúde, as situações de risco à saúde no trabalho dos servidores	DIAS	12 meses	Número de exames médicos e atendimentos psicológicos e sociais	1000	-
	Estimular e ampliar a cultura de capacitação e aprimoramento dos servidores para o cumprimento adequado de suas atribuições	DIEC	12 meses	Número de servidores capacitados	400	-
	Desenvolver indicadores de satisfação e bem-estar coletivo da comunidade Universitária	GAB/PROGEP	12 meses	Relatório de Indicadores gerado	1	-
	Buscar amparo legal para poder introduzir os servidores inativos nas atividades de capacitação da UFMS	GAB/PROGEP e DIEC	12 meses	Número de atividades realizadas por inativos	1	-



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PLANO DE AÇÕES – PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – 2016 (anexo à Resolução nº 142-CD, de 22 de dezembro de 2015)

OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	META 2016	RECURSOS
	Inserir cláusulas no contrato de aquisição de materiais e equipamentos para o atendimento no mínimo aos critérios de segurança e saúde no trabalho	DIST	12 meses	Objetos adquiridos com critérios de segurança e saúde no trabalho	Sob demanda	-
	Constituir Brigadas contra Incêndio voluntárias para atuação preventiva, prestação de primeiros socorros e evacuações de ambientes	DIST	12 meses	Número de unidades atendidas	11	-



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PLANO DE AÇÕES – PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – 2016 (anexo à Resolução nº 142-CD, de 22 de dezembro de 2015)

OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	META 2016	RECURSOS
Macroárea: Material de Consumo						
Manter a busca pela eficiência do uso de copos descartáveis	Adquirir Canecas Biodegradáveis	PRAD	12 meses	Quantidade Adquirida	1000	
	Adquirir gradativamente copos biodegradáveis em substituição aos copos de plástico	PRAD	12 meses	$\frac{\sum \text{Copos biodegradáveis}}{\sum \text{Copos Adquiridos}}$	5%	
Manter a busca pela eficiência no consumo de papel de impressão	Propor slogan no webmail institucional "ANTES DE IMPRIMIR PENSE NA SUA RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE"	PRAD	12 meses	Ação realizada	1	
	Replicar a campanha de conscientização do usuário "Imprima só o necessário" nas unidades não atendidas anteriormente	PRAD	12 meses	Ação realizada	1	
	Incentivar a comunicação interna digital	Todas unidades, com apoio DIPR	12 meses	Ação realizada	1	



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PLANO DE AÇÕES – PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – 2016 (anexo à Resolução nº 142-CD, de 22 de dezembro de 2015)

OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	INDICADORES	META 2016	RECURSOS
Macroárea: Compras e Contratações Sustentáveis						
Incluir itens sustentáveis nas Compras institucionais	Propor a aquisição de aparelhos purificador de água por osmose reversa, para possibilitar a economia de água e energia elétrica no processo de purificação para uso laboratorial	CGM/PRAD	12 meses	Cláusula em edital	Sob demanda	
	Propor aquisições de aparelhos de ar condicionado com selo PROCEL e classificação A (ou a mais eficiente da categoria)	CGM/PRAD	12 meses	Cláusula em edital	Sob demanda	
	Manter a revisão dos itens dos principais pregões, adequando-os, quando possível, aos critérios ambientais	CGM/PRAD	12 meses	Cláusula em edital	Sob demanda	
Macroárea: Práticas de Sustentabilidade						
Prover limpeza e conservação ambientalmente correta	Manter a limpeza do Lago do Amor	DICM/COA	12 meses	Número de limpezas realizadas	4	Humano
	Arborizar áreas da UFMS	DICM/COA	12 meses	Número de mudas plantadas	220	Humano e financeiro
	Executar compostagem de resíduos orgânicos proveniente de podas, para produção de adubo	DICM/COA	12 meses	Toneladas de adubo produzidas	10	Humano

